UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUCIA MARA DE LIMA PADILHA

# A (IN) EXISTÊNCIA DE UM PROJETO EDUCACIONAL PARA OS NEGROS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA

PONTA GROSSA
2016

**LUCIA MARA DE LIMA PADILHA**

# A (IN) EXISTÊNCIA DE UM PROJETO EDUCACIONAL PARA OS NEGROS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, na área de concentração História e Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof.ª Dra. Maria Isabel Moura Nascimento

**PONTA GROSSA**
**2016**

**Ficha Catalográfica**
**Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG**

Padilha, Lucia Mara de Lima

P123 A (in) existência de um projeto educacional para os negros quilombolas no Paraná: do império a república/ Lucia Mara de Lima Padilha. Ponta Grossa, 2016.
172f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profª Drª Maria Isabel Moura Nascimento.

1.Negros. 2.Quilombos. 3.Educação. 4.Paraná. I.Nascimento, Maria Isabel Moura. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutorado em Educação. III. T.

CDD: 370.981.62

**TERMO DE APROVAÇÃO**

LUCIA MARA DE LIMA PADILHA

**A (IN) EXISTÊNCIA DE UM PROJETO EDUCACIONAL PARA OS NEGROS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a) Profª Dra. Maria Isabel Moura Nascimento - UEPG

Profª Dra. Analete Regina Schelbauer - UEM

Prof. Dr. Paulino José Orso - UNIOESTE

Profª Dra. Rita de Cassia da Silva Oliveira - UEPG

Profª Dra. Vera Lucia Martiniak - UEPG

Ponta Grossa, 02 de março de 2016.

Dedico

*À minha família, em especial a minha mãe Jandira e Acácio, meu pai. Os quais sempre acreditaram na superação e sempre nos fizeram acreditar que podíamos ir além, apesar de toda a adversidade. Ao meu filho Luís Henrique e a minha neta Lavínia que alimentam as minhas esperanças de um mundo melhor.*

# AGRADECIMENTOS

Sou grata a muitas pessoas que me ajudaram durante o percurso desta pesquisa e sem as quais tenho certeza de que não teria chegado até aqui. Entre estas pessoas estão meus familiares, professores, colegas pesquisadores, funcionários das instituições onde consultei documentos, e muitos outros. Nomeadamente, é impossível fazer referência a todos, o que me obriga a citar apenas aqueles que estiveram mais próximos a mim durante todo o doutorado.

Agradeço, primeiramente, a Deus, que é minha fortaleza e meu equilíbrio, a quem recorri em diversos momentos do curso e da pesquisa. Por sua misericórdia, que permitiu as condições físicas para que eu pudesse chegar até aqui;

A minha família que, durante o processo de estudos, por muitas vezes não pude dar a atenção que merecia. Agradeço pelo apoio incondicional em todos os momentos e seguramente vocês são os que compartilham mais de perto da minha alegria;

A minha amiga e “irmã”, Nilvan Laurindo Sousa, pelo apoio nos momentos difíceis, pela companhia na constante busca por fontes e bibliografias, pelas leituras compartilhadas e principalmente por sua amizade;

As amigas Fabiane Tomachewski, Ronir de Fátima Gonçalves Rodrigues e Mirian Margarete Pereira da Cruz que torceram e vibram com meu crescimento;

Sou grata à minha orientadora professora Maria Isabel, pela oportunidade de ingresso no Programa de Pós-Graduação como sua orientanda, pelas sugestões bibliográficas e pela orientação na pesquisa;

Aos membros da Banca Examinadora de Qualificação e Defesa deste trabalho, pela dedicação e seriedade na leitura, os quais contribuíram imensamente para a melhoria deste. Meus sinceros agradecimentos às professoras: Analete Regina Schelbauer (UEM); Vera Lúcia Martiniack (UEPG); Rita de Cássia da Silva Oliveira (UEPG); Rita de Cassia da Luz Stadler (UTFPR) e ao professor Paulino José Orso (UNIOESTE);

Aos colegas do grupo de Pesquisa HISTEDBR – Campos Gerais, que estiveram presentes no decorrer deste trabalho, contribuindo com sugestões e referências bibliográficas;

Não poderia deixar de agradecer a CAPES, pela concessão da bolsa.

*"Sonho com o dia em que todos levantar-se-ão e compreenderão que foram feitos para viverem como irmãos"*

*(Nelson Mandela)*

**RESUMO**

A presente tese teve como objetivo geral analisar a educação pública e estatal republicana e a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná, no período histórico delimitado entre o final do século XIX e início do século XX. Deste objetivo maior decorreram os objetivos específicos: compreender o contexto histórico no qual os negros foram escravizados e a formação dos Quilombos no Paraná; investigar quando se deu o início das ideias liberais e do capitalismo no Paraná como um movimento antagônico à escravidão; Identificar a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná, no período histórico delimitado. As categorias de análise escolhidas para este estudo foram: – Contradição; Luta de Classes e Totalidade. O método teve como pressuposto teórico-metodológico o Materialismo Histórico e Dialético, que pressupõe realizar uma análise da totalidade das relações, políticas, econômicos e sociais, presentes na sociedade da época, pois a educação não se dá de forma isolada, mas faz parte da vida do ser humano e articula-se às transformações do modo como ele produz materialmente a sua existência. A pesquisa teve caráter documental e bibliográfico e os procedimentos metodológicos seguiram as seguintes etapas: revisão bibliográfica; pesquisa documental e levantamento de fontes primárias e secundárias sobre os negros e a educação no Paraná, localizados na Biblioteca Pública do Paraná, Casa da Memória, Museu Paraense e Arquivo Público do Paraná, Casa da Memória, Biblioteca Pública Museu Campos Gerais em Ponta Grossa. Tendo em vista os objetivos propostos para este estudo, a presente pesquisa constitui-se em quatro capítulos: no primeiro capítulo foram abordadas questões sobre a escravidão do negro e a formação dos Quilombos no Paraná como um movimento de resistência a escravidão; no segundo, buscou-se investigar quando se deu o inicio das ideias liberais no Paraná como um movimento antagônico à escravidão; o terceiro capítulo consistiu em compreender como foi a integração do negro à sociedade republicana paranaense, no período pós-abolição, e, no quarto capítulo, tratou-se da análise sobre a educação pública e estatal republicana no Paraná e a (in) existência de um projeto educacional para os negros no final do século XIX e inicio do século XX. Como conclusão, a tese defendida é a de que não houve um projeto educacional voltado para a formação das crianças negras, filhas de ex-escravos, nas primeiras décadas após a abolição da escravatura no Paraná.

Palavras-Chave: Negros. Quilombos. Educação. Paraná.

**ABSTRACT**

This thesis aimed at analyzing the public and republican education and the (in) existence of an educational project for Afro- Americans in Paraná, in the historical period defined between the late nineteenth and early twentieth century. From this larger objective elapsed specific ones: to understand the historical context in which they were enslaved and the formation of “Quilombos” in Paraná; investigate when liberal and capitalist ideas started in Paraná as an antagonistic movement to slavery; identify the (in) existence of an educational project for them in Paraná, within the historical period defined. The categories of analysis chosen for this study were: – Contradiction; Class struggle and Wholeness. The method used had, as theoretical and methodological assumption, the Historical and Dialectical Materialism, which involves carrying out an analysis of the totality of the political, economic and social relations present in the society of the period, taking into account that education does not occur in an isolated form but, is part of the human life and is structured to change the way man produces his existence in a material way. The research was developed under a documentary and bibliographical approach and the methodological procedures were as followed: literature review; documentary research and survey of primary and secondary sources about the afro - American population and education in Paraná, located in Parana´s Public Library, House of Memory, Paranaense Museum and Paraná´s Public Archives, Campos Gerais Public Library and Museum in Ponta Grossa. In view of the proposed objectives for this study, this research is constituted of four chapters: in the first chapter, questions about the slavery of the Afro-American and the formation of “Quilombos” in Paraná, as a slavery resistance movement, were addressed; in the second, we sought at investigating when was the beginning of liberal ideas as an antagonistic movement to slavery in Paraná; the third chapter aimed at understanding how was the integration of Afro-American to Paranaense republican society in the post-abolition period, and, in the fourth chapter, the analysis of public education and republican state in Paraná ,as well as the (in) existence of an educational project for negroes in the late nineteenth century and early twentieth century were carried out. Concluding, the thesis defended is that there wasn’t an educational project aimed at the formation of Afro-American children, children of former slaves, in the first decades after the abolition of slavery in Parana.

Key - words: Afro-American. Quilombos. Education. Paraná.

## LISTA DE FIGURAS


FIGURA 1- A criança branca e a criança negra. Fazenda Quititi - Rio de Janeiro 1865..... 34

FIGURA 2 - Mapa - Quilombolas no Paraná..... 43

FIGURA 3 - Quilombolas em Adrianópolis..... 44

FIGURA 4 - Quilombolas em Doutor Ulysses..... 45

FIGURA 5 - Igreja Santo Antônio na Lapa – construída pelos escravos em 1784 47

FIGURA 6 - Quilombolas na Lapa (Vila Novo príncipe)..... 48

FIGURA 7 - Quilombolas em Bocaíuva do Sul ..... 49

FIGURA 8 - Quilombolas em Campo Largo..... 50

FIGURA 9 - Quilombolas em Ponta Grossa..... 50

FIGURA 10 - Fazenda Capão Alto, formada em 1704, em Castro/PR..... 53

FIGURA 11 - Quilombolas em Castro..... 54

FIGURA 12- Quilombolas em Candói..... 56

FIGURA 13 - Quilombolas em Turvo..... 58

FIGURA 14 - Quilombolas em Apepú..... 60

FIGURA 15 - Quilombolas em Ibaiti..... 61

FIGURA 16 - Escravos indo para a colheita de café - Rio De Janeiro..... 73

FIGURA 17 - Extração da Erva-Mate por imigrantes - Palmeira/PR..... 81

FIGURA 18 - Interior do Engenho de Mate Tibagy – propriedade de Barão do Serro Azul ..... 81

FIGURA 19 - Curitiba em 1855 ..... 82

FIGURA 20 - Cidade de Curitiba em 1905..... 105

FIGURA 21 - Cadeia Pública em Palmeira/PR 1900..... 108

FIGURA 22 - Escolas Noturnas do Paraná/ 1882..... 123

FIGURA 23 - Grupo Escolar Xavier da Silva – Curitiba s/d..... 127

FIGURA 24 - Orfanato do Cajurú..... 129

FIGURA 25 - Oficina da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná..... 131

FIGURA 26 - Quilombolas no Paraná / Escolas públicas /1923..... 136

FIGURA 27 - Mapa discriminativo das escolas públicas em 1923..... 137

## LISTA DE QUADROS


QUADRO 1 - Escravos no Paraná em 1884..... 18

QUADRO 2 - Comunidades Remanescentes Quilombolas/ Comunidades Negras Tradicionais..... 19

QUADRO 3 - Teses e Dissertações sobre a Educação dos negros no Paraná..... 25

QUADRO 4- Quilombos no Paraná: origem e período de criação..... 63

## LISTA DE ANEXOS


ANEXO 1 - Estatística Escolar - Lista das escolas públicas em 1923..... 162

ANEXO 2 - Mapa: Comunidades Remanescentes Quilombolas/ Comunidades Negras Tradicionais..... 170

ANEXO 3 - Mapa discriminativo das escolas públicas em 1923..... 172

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO** ..... 13

**CAPITULO I**

**A ESCRAVIDÃO NEGRA NO PARANÁ E A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS** ..... 27

1.1 O negro escravo no Paraná ..... 34

1.2 A formação dos Quilombos no Paraná como um movimento de resistência ..... 38

**CAPITULO II**

**O SISTEMA CAPITALISTA COMO MOVIMENTO ANTAGÔNICO À ESCRAVIDÃO NO PARANÁ** ..... 64

2.1 As ideias liberais na contramão da escravidão..... ..... 66

2.2 Abolicionistas liberais no Paraná ..... 78

**CAPITULO III**

**O NEGRO E A SOCIEDADE PARANAENSE REPUBLICANA: FINAL DO SÉCULO XIX** ..... 87

3.1 O negro: “cidadão brasileiro” emancipado ..... 93

3.2 O negro e a República no Paraná ..... 104

3.3 A invisibilidade do negro quilombola paranaense ..... 109

**CAPITULO IV**

**A INSTRUÇÃO PÚBLICA E O NEGRO NO PARANÁ: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA** ..... 115

4.2 O projeto republicano de educação: Grupos Escolares um privilégio para poucos 124

4.2 A educação da criança negra paranaense e a formação para o trabalho ..... 127

4.2 A escola pública para o negro quilombola: do discurso republicano a realidade dos fatos. ..... 133

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 142

**REFERÊNCIAS** ..... 146

**ANEXOS** ..... 160

## INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como propósito investigar, por meio de pesquisa bibliográfica e de análise de documentos oficiais, a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná no período histórico delimitado entre o final do século XIX e início do século XX[1]. Período este em que os discursos liberais republicanos propagaram a ideia de 'liberdade' e 'igualdade' e propuseram que a educação fosse oferecida pelo Estado e estivesse ao alcance de todos.

A escolha deste tema está relacionada com minha trajetória acadêmica e profissional, bem como com as preocupações que me acompanharam em relação à educação. Os debates e estudos que realizei sobre o período republicano no Brasil e a criação e institucionalização da escola pública, gratuita e estatal no País, durante o período em que participei como bolsista de iniciação cientifica (2004 a 2007) no Grupo de Pesquisa HISTEDBR- GT Campos Gerais, e, posteriormente, com o aprofundamento dessas discussões na realização da dissertação de mestrado[2], desencadearam a necessidade e o interesse em direcionar uma pesquisa que abrangesse as questões sobre a educação no final do século XIX e início do século XX, bem como o posicionamento do Estado em relação à educação oferecida às crianças negras paranaenses.

Cabe aqui citar também minha participação como pesquisadora no desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado: "Reconstrução Histórica da Educação em Comunidades Quilombolas do Paraná[3]" a partir do qual realizei o levantamento das comunidades existentes no Paraná e que resultou no item 1.2 do primeiro capítulo desta tese.

No início do período republicano, os discursos ideológicos enfatizavam a criação das escolas públicas, em forma de Grupos Escolares, que atenderiam a todas as crianças do Brasil. No período histórico delimitado para esta pesquisa,

---

[1] O projeto inicial dessa tese intitulado: "História, Trabalho, e Educação: O Processo Educativo das Crianças Negras nas Comunidades Quilombolas do Paraná (1880-1900)", foi apresentado no IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5.

[2] Dissertação defendida em 2010 no Programa de Mestrado em Educação (UEPG), com o título: "Ideário Republicano Nos Campos Gerais: A Criação Do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes (1907)".

[3] Projeto de pesquisa financiado pela Fundação Araucária, executado entre os anos de 2012 a 2015, coordenado pela professora Maria Isabel Moura Nascimento.

pouco se tem escrito sobre a educação para as crianças negras paranaenses e de que forma essa educação oferecida pelo Estado ocorreu. Deste modo, esta pesquisa se justificou pela necessidade de se analisarem os cenários de luta e enfrentamentos dos negros quilombolas no Paraná, assim como sua interação no interior da sociedade escravista que passava por uma mudança conjuntural, procurando discutir os ideais Republicanos de educação no País.

O tráfico de escravos para o Brasil, exercido por três séculos e meio (do século XVI até meados do XIX), trouxe mais de três milhões de africanos, que foram distribuídos por várias regiões do País. A escravidão negra[4] foi praticada e legitimada por meio de um discurso que, primeiramente, apoiado na religião que ideologicamente propagava a ideia de que Deus determinava, naturalmente, qual seria a condição de vida das pessoas na sociedade. De acordo com esse discurso, pela sua cor, os negros eram vistos como pecadores, sendo a escravidão a única condição para alcançarem a salvação divina[5].

Posteriormente, pautada na Revolução Francesa (1879), a outra justificativa para a escravidão negra se deu com base no Positivismo de Comte[6]. Para ele os negros, por não serem europeus, eram primitivos e bárbaros, pertencentes a uma

---

4 Neste trabalho é tratada a escravidão dos povos negros africanos, entretanto, a escravidão praticada pelos homens teve suas origens na antiguidade, período esse marcado por lentas e diferenciadas transformações nas formas de trabalho e no emprego da terra para a agricultura, utilizada para o plantio e também para o pastoreio. Esse desenvolvimento trouxe consigo a produção excedente dos bens materiais, e "[...] tão cedo o bem-estar da tribo aumentou, por causa das novas técnicas de produção, os prisioneiros de guerra passaram a ser desejados, e o inimigo vencido passou a ter sua vida garantida com a condição de transformar-se em escravo" (PONCE, 1963, p. 23). Na antiguidade os escravos não eram somente os negros, mas sim todos os inimigos vencidos.

5 O argumento utilizado pela Igreja Católica, no qual a escravidão do negro africano foi justificada, foi baseada em algumas interpretações da Bíblia, nas quais os negros como descendentes de Cam, filho de Noé, foram amaldiçoados - Gêneses: 20. "Começou Noé a ser lavrador, e plantou uma vinha. 21. Bebendo do vinho, embriagou-se e achou-se nu dentro da sua tenda. 22. Cão, pai de Canaã, viu a nudez de seu pai, e contou a seus dois irmãos que estavam fora. 23. Então tomaram Sem e Jafé uma capa, puseram-na sobre os seus ombros e, andando virados para trás, cobriram a nudez de seu pai; tiveram virados os seus rostos, e não viram a nudez de seu pai. 24. Despertando Noé do seu vinho, soube o que seu filho mais moço lhe fizera. 25. E disse: Maldita seja Canaã; Servo dos servos será de seus irmãos".

6 Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, filósofo francês considerado o pai da Sociologia, formulou a Lei dos Três Estados, na qual as sociedades humanas passam por três estágios de evolução histórica. O primeiro é o teológico, no qual os fenômenos são apresentados como sendo produzidos pela ação de seres sobrenaturais que interferem arbitrariamente no mundo. O segundo é o metafísico, no qual os fenômenos são engendrados por forças abstratas. O último estágio é o positivo, em que o homem através da observação e do método científico, passa a estabelecer as leis gerais que os regem. O estado positivo corresponde à maturidade do espírito humano que não é mais enganado por explicações vagas, uma vez que pode alcançar o real, o certo e o preciso. Para aprofundamento ver: Comte, Auguste, 1798-1857. Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista / Auguste Comte.— São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

civilização considerada atrasada perante a Europa, e, deste modo, deveriam ter a "oportunidade" de, por meio da escravidão, tornarem-se humanos ao entrarem em contato com outras civilizações. Essa justificativa teve como objetivo encobrir e mascarar as reais intenções dos europeus ao arrancarem os negros de sua terra natal para escravizá-los em terras distantes.

A exploração do trabalho do negro escravo no Brasil se deu em todas as instâncias econômicas do País, ou seja, na agricultura, na mineração, nos serviços domésticos e também nos centros urbanos. A escravatura influenciou, "[...] decisivamente o modo pelo qual se organizavam as diversas esferas da sociedade. Desde o começo da época colonial até fins do período monárquico, marcou não só a economia, mas também a política e a cultura" (IANNI, 1988, p. 11). A presença do negro foi notada nas plantações, nas roças, "[...] nas cidades e nos campos, os escravos constituíam a principal força de trabalho. Vendedores, ambulantes, artesãos, carregadores, empregados domésticos, carreiros, percorriam as ruas da cidade na sua incessante labuta" (COSTA, 2008, p.23).

O Brasil foi o último País do mundo a abolir a escravidão, mesmo com a criação das leis internacionais de 1831 e 1850[7] que proibiram o tráfico de escravos, o País continuou recebendo milhares de africanos. O comércio e o tráfico negreiro representavam a lucratividade e o acúmulo de enormes fortunas, e, em uma sociedade de classe, onde somente algumas "[...] poucas famílias de poderosos controlavam a política e a administração, era difícil fazê-las respeitar a lei, sobretudo quando esta feria seus interesses. Igualmente difícil era encontrar quem ousasse desafiá-los" (COSTA, 2008, p. 27). Desta forma, o tráfico de negros escravos para o Brasil continuou por mais de cinquenta anos após a criação da Lei de 1831.

O negro escravo era considerado como sendo uma "coisa", desumanizado não tendo direito a nada, nem a sua própria existência lhe pertencia. Como propriedade de seu senhor, sofreu muitas humilhações e castigos. Eram frequentes os açoites, os estupros, as mutilações e os espancamentos que, por muitas vezes, levavam a morte.

---

7 A Lei Feijó, constituída de nove artigos, declarava no primeiro, livres todos os escravos que entrassem no Brasil a partir da data de sua promulgação em sete de novembro de 1831. "Até 1850, o Brasil recebeu aproximadamente 3,5 milhões de africanos escravizados. A **Lei Eusébio de Queiroz** estabeleceu nesse ano medidas para reprimir o tráfico; um dos artigos determinava o julgamento dos infratores pelo Almirantado brasileiro, passando, assim, para o governo central o poder de julgar - antes conferido a júris locais" (NASCIMENTO, 2004, p.26).

No entanto, os africanos escravizados e seus descendentes não foram passivos e apáticos diante de tanta violência e às péssimas condições de vida, muitos reagiram e organizaram a resistência ao regime escravocrata, fugindo e se refugiando em terras afastadas, que receberam o nome de Quilombo[8].

A resistência ocorreu de várias formas, sendo as reações coletivas[9] as que mais se destacaram contra a escravidão sofrida pelos negros no Brasil. A luta e a resistência negra se deram por meio dos suicídios, das fugas e da formação dos Quilombos até a extinção oficial da escravatura no País[10], em 1888.

No Paraná, província de São Paulo até o ano de 1853, a estrutura econômica concentrou-se, basicamente, na mineração (século XVII); na pecuária (século XVIII), e na extração da erva – mate (século XIX), ciclos esses que sucediam e coexistiam ao longo dos períodos históricos. Apesar de o número de negros escravizados na região paranaense não ser tão expressivo comparando-se com as regiões de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro eles estiveram presentes nos diversos trabalhos realizados no interior das fazendas e posteriormente nos centros urbanos, onde exerciam as "[...] ocupações menos qualificadas socialmente. Em atividades agropecuárias, no artesanato urbano, nos serviços domésticos, nos transportes locais e entre as vilas". (IANNI, 1988, p.111). A presença da população negra

---

[8] A expressão Quilombo, deriva da palavra Kilombo da língua Mbundo do tronco linguístico Banto, com significado provável de sociedade como manifestação de jovens africanos guerreiros/as, Mbundo, dos Imbangala.Também a etimologia da palavra deriva do Quimbundo (Kilombo) significando 'acampamento', 'arraial', 'povoação', 'capital', 'união' e ainda 'exército' (LOPES, 2004. p. 550). Em geral, a denominação Quilombo está ligada à ideia de negros fugitivos que se escondiam no meio das florestas, pois está relacionada com a interpretação do Conselho Ultramarino em 1740, que quando consultado pelo rei de Portugal sobre esses grupos sociais respondeu que Quilombo seria: "[...] toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele" (REIS, p.347, et al. 2008). Para aprofundamento ver: Clóvis Moura, *Rebeliões da Senzala*, Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1988, 1ª edição 1959, pp. 140-145. A análise da historiografia sobre quilombos no Brasil foi feita por João J. Reis e Flávio Gomes, "Uma história de liberdade", in Reis e Gomes, *Liberdade por um Fio*; J. J. Reis, "Quilombos e revoltas escravas no Brasil" in *Revista da USP*, n.28 (dez./jan.1995/1996); e Flávio Gomes, Introdução- Em torno dos quilombos" in *A Hidra e os Pântanos- mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil*, São Paulo, Ed. Unesp/ Pólis, 2005.

[9] O primeiro Quilombo, chamado de Palmares, foi formado no final do século XVI por escravos fugidos de engenhos de açúcar que se agruparam na Serra da Barriga, em Pernambuco, um local de densas florestas de palmeiras, com terreno acidentado, o que tornava o acesso mais difícil. Zumbi foi o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, que lutou com bravura até cair morto nas mãos dos bandeirantes em 20 de novembro de 1695.

[10] Entretanto, mesmo abolidos, os negros (ex-escravos e descendentes) não tiveram garantidos os direitos e oportunidades dados aos demais grupos étnicos do Brasil no início do século XX. Neste sentido, a luta dos negros pelo reconhecimento de direitos e pela sobrevivência de seus membros, continuou no período de pós-abolição. Conforme levantamento da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/MEC , atualmente existem 3.524 comunidades remanescentes de quilombos identificadas no território nacional, principalmente nos Estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

escravizada no Paraná pode ser verificada por meio de vestígios presentes nas antigas fazendas que formaram a região. Dados levantados em 1884 apontaram um número de 6.721 escravos distribuídos nos municípios do Paraná.

QUADRO 1 - População negra escravizada no Paraná em 1884

| Município | Número de escravos |
|---|---|
| Antonina | 733 |
| Lapa | 661 |
| Curitiba | 527 |
| Palmeira | 505 |
| Castro | 402 |
| Guarapuava | 371 |
| São José dos Pinhais | 359 |
| Campo Largo | 309 |
| Palmas | 301 |
| Jaguariaíva | 296 |
| Paranaguá | 284 |
| São José da Boa Vista | 279 |
| Ponta Grossa | 250 |
| Morretes | 242 |
| Tibagi | 217 |
| Arraial Queimado | 189 |
| Votuverava | 148 |
| Conchas | 142 |
| Guaraqueçaba | 117 |
| Guaratuba | 94 |
| Porto de Cima | 84 |
| Santo Antonio do Imbituva | 80 |
| Piraí | 77 |
| Rio Negro | 54 |

Fonte: Adaptado de: MARTINS, 1995, p. 385.

Como citado anteriormente, em todos os locais do País onde existiu a escravidão ocorreu à oposição entre escravos e senhores e, consequentemente, a formação dos Quilombos. No Paraná não foi diferente do restante do País, os Quilombos eram localizados em áreas distantes dos centros urbanos e abrigavam os negros que fugiam das fazendas.

Aos negros escravizados, os direitos tão proclamados no Brasil pelo ideário republicano no início do século XX, foram negados, pois os incluía ideologicamente nos discursos, mas na prática o que se evidenciava eram desprezo e indiferença, demonstrados na hostilidade dos brancos para com eles, que eram vistos como vagabundos, baderneiros, pessoas com maus hábitos higiênicos e sem educação.

Após a abolição da escravatura, houve um alijamento da população negra paranaense, e, consequentemente a existência dos Quilombos, foi invisibilizada.

Propagou-se a informação, principalmente pelo Movimento Paranísta[11], de que os negros eram poucos na região. Entretanto, a existência de trinta e seis Comunidades Remanescente de Quilombos/Comunidade Negra Tradicional[12] no Paraná, citadas no quadro abaixo, evidenciou a presença do negro e a intencionalidade da classe dominante[13] de promover ideologicamente o branqueamento da região por meio da negação e invisibilização da população negra paranaense.

QUADRO 2 - Comunidades Remanescentes Quilombolas/ Comunidades Negras Tradicionais

| | |
|---|---|
| **MICRORREGIÃO DE CERRO AZUL** | Comunidade Remanescente: Quilombola João Surá; Quilombola Praia Do Peixe; Quilombola Porto Velho; Quilombola Sete Barras ; Quilombola Córrego das Moças; Quilombola São João; Quilombola Corrego do Franco; Quilombola Estreitinho; Quilombola Três Canais; Comunidade Negra Tradicional do Bairro dos Roque; Comunidade Negra Tradicional de Tatupeva. |
| **MICRORREGIÃO DE CURITIBA** | Comunidade Remanescente Quilombola de Areia Branca; Quilombola Palmital dos Pretos; Comunidade Negra Tradicional Sete Saltos. |
| **MICRORREGIÃO DA LAPA** | Comunidade Remanescente Quilombola da Restinga; Quilombola do Feixo; Quilombola da Vila Esperança. |
| **MICRORREGIÃO DE PARANAGUÁ** | Comunidade Remanescente: Quilombola Rio Verde ; Quilombola de Batuva . |
| **MICRORREGIÃO DE PONTA GROSSA** | Comunidade Remanescente: Quilombola Da Serra do Apon; Quilombola de Mamãs ; Quilombola do Limitão ; Quilombola do Tronco ; Quilombola do Sutil ; Quilombola de Santa Cruz. |
| **MICRORREGIÃO DE GUARAPUAVA** | Comunidade Remanescente: Quilombola Despraiado; Quilombola Vila Tomé ; Quilombola Cavernoso 1; Quilombola Invernada Paiol de Telha; Quilombola Adelaide Maria da Trindade Batista; Quilombola Castorina Maria da Conceição - (Fortunato); Comunidade Negra Tradicional Tobias Ferreira – (Lagoão); Quilombola Campina dos Morenos. |
| **MICRORREGIÃO DE PRUDENTÓPOLIS** | Comunidade Remanescente: Quilombola São Roque; Quilombola Rio do Meio. |
| **MICRORREGIÃO DE TOLEDO** | Comunidade Remanescente: Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos ; Quilombola Apepú. |
| **MICRORREGIÃO DE IBAITÍ** | Comunidade Remanescente: Quilombola Água Morna ; Quilombola Guajuvira. |

Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências Terra e cidadania, CURITIBA, 2008.

[11] O Paranismo apresenta-se em um contexto de exaltação republicana no início do século XX, foi um movimento em favor de uma identidade regional para os paranaenses. “Paranísta é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna” (MARTINS, 1946, p. 91).

[12] Em 2004, o grupo de trabalho inter-secretarial Clóvis Moura do Estado do Paraná, em parceria com outras secretarias realizou um levantamento dos Quilombos existentes no Estado. A partir dos dados coletados foram identificadas oitenta e seis locais nos quais os negros que foram escravizados viveram. Destas comunidades negras trinta e seis já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares e foram reconhecidas como Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) e como Comunidades Negras Tradicionais (CNT).

[13] “A expressão “classe dominante” abrange duas noções, que Marx e Engels distinguiram. A primeira é a de uma classe economicamente dominante que, em virtude de sua posição econômica, domina e controla todos os aspectos da vida social. A segunda noção é a de que a classe dominante, para manter e reproduzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, deve necessariamente exercer o poder de Estado, isto é, dominar politicamente” (BOTTOMORE, 2012, p.93).

No período pós-abolição criou-se o Mito da Democracia Racial[14] com o objetivo de mostrar que no Brasil não existia preconceito contra os negros e que todos eram cidadãos brasileiros. Entretanto, ser emancipado politicamente não representou para os negros a emancipação humana, pois, no pós-abolição os negros ex-escravos e seus descendentes foram impedidos do acesso aos bens e serviços, os direitos concedidos, teoricamente por meio da Constituição Brasileira de 1891, não se concretizaram na prática. Nesse contexto,

> [...] o negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Ele foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente do lado de outros trabalhadores livres, brancos. [...] É o escravo que ganhou a liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica. É uma pessoa cujo estado alienado vai manifestar-se agora plenamente, pois é na liberdade que ele compreenderá que foi e é espoliado. Ele se tornou o cidadão que deverá compreender que já não estará mais integrado, ainda que hierarquicamente na posição mais inferior, mas integrado. Livre, ele estará só escoteiro dos meios de subsistência, dos instrumentos de produção. E tomará consciência de que não tem meios de consegui-los, salvo pela venda da sua força de trabalho, operação essa para a qual não foi preparado (IANNI, 1972, p.49, 50).

Em 1871, após a promulgação da Lei do Ventre Livre, discutiu-se pela primeira vez a questão da educação para os negros, pois, se acreditava que eles poderiam ser utilizados como mão de obra no novo sistema de trabalho, livre e assalariado. Nos Congressos Agrícolas, realizados no Rio de Janeiro e em Pernambuco, em 1878, também se cogitou a possibilidade de se criarem escolas técnicas para preparar os negros para o trabalho livre e assalariado, no entanto,

> [...] a crença de que a liberdade gradativa dos escravos deveria ser acompanhada da presença da escola para transformar os ingênuos e os homens livres, parasitas da grande propriedade e da natureza pródiga, em trabalhadores submetidos às regras do capital [...] não se efetivou e, surpreendentemente, essas discussões desapareceram (SCHELBAUER, 1998, p. 52).

A educação voltada para a formação do negro deixou de ser colocada como necessária, pela classe dominante que estava preocupada com a abolição da escravatura, quando ocorreu a substituição do trabalho escravo pelo trabalhador livre e assalariado, e à medida “[...] que os imigrantes se integravam às fazendas de café garantindo a continuidade da produção, os apelos à criação de colônias

---

[14] Para aprofundamento ver: FERNANDES, F. A Integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”, v.1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

agrícolas, fazendas-escolas e colônias orfanológicas deixaram de ecoar" (SAVIANI, 2008, p. 164).

Com a abolição da escravatura e a transição do Império para a República, os discursos ideológicos sobre a educação foram utilizados para justificar e fortalecer o novo regime no País. Nestes discursos afirmava-se que a educação seria oferecida a todas as crianças, pois, por meio dela se daria a solução para os problemas existentes e o caminho para o progresso do Brasil. Na ideologia burguesa liberal a ascensão econômica e social era uma recompensa pelo mérito pessoal, ou seja, a ideia que se propagava era a de que por meio da educação, do trabalho e da dedicação todos teriam acesso à propriedade privada.

Os discursos liberais republicanos propagaram ideologicamente que a educação oferecida pelo Estado seria ofertada a "todos", inclusive aos negros, proibidos, até então, de frequentarem as escolas. Mas qual foi o real interesse nesse ideal, uma vez que, na sociedade de classes, o Estado, representa a organização política da classe dominante e serve como instrumento de dominação? Desta forma, considera-se fundamental a compreensão do projeto republicano para a educação no Brasil e de que forma os negros tiveram acesso, ou não, à instrução publica oferecida pelo Estado.

Nesse contexto, final do século XIX e início do século XX, foram criados os Grupos Escolares urbanos em algumas regiões brasileiras. Por se tratar de regiões onde se concentrava o comércio, foram matriculados os filhos da burguesia e alguns poucos filhos de empregados que moravam na região. Para atender as crianças pobres e negras que viviam distantes dos centros urbanos e também aquelas que viviam nas colônias de imigrantes, foram destinadas as precárias escolas Públicas Isoladas.

Os grupos escolares republicanos foram construídos nos centros urbanos com toda imponência, diferentemente das escolas criadas no período imperial, considerado pelos republicanos como uma época atrasada. A proposta de educação apresentada pelos liberais colocava a escola e a educação como capazes de modernizar o País, assim, os prédios deveriam atender as necessidades higiênicas e pedagógicas tão enfatizadas pelos republicanos.

Durante as primeiras décadas da criação dos Grupos Escolares, estes atenderam apenas a alguns alunos oriundos das camadas pobres da sociedade brasileira, pois, neste período histórico a maioria das crianças pobres e negras

viviam em locais distantes das áreas urbanas. Pela ausência do Estado em construir Grupos Escolares nas periferias das cidades, esse isentava a obrigatoriedade da matricula e frequência escolar das crianças oriundas dessas regiões. Para elas, restavam as poucas Escolas Isoladas e Escolas Subvencionadas, as quais não davam conta da demanda.

No Paraná, as poucas crianças negras que conseguiram frequentar as escolas republicanas sofreram com a hostilidade e com o preconceito. Eram vistas como desinteressadas e mal educadas, o que acarretaria, segundo o discurso burguês, na transmissão desses maus hábitos para as crianças brancas que teriam que conviver e dividir os espaços escolares com essas crianças.

Diante disso, surgiram então os seguintes questionamentos para esta pesquisa: no período histórico delimitado, final do século XIX e início do século XX, houve a preocupação, por parte do Estado, em se criar um projeto educacional para o atendimento dos negros no Paraná?; Para as crianças negras paranaenses, que moravam nas regiões periféricas dos centros urbanos e para aquelas que moravam nos Quilombos, qual foi a educação pública ofertada? Com vistas a responder essas questões a presente pesquisa teve como objetivos:

Geral:

- Analisar a educação pública e estatal republicana e a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná.

Específicos:

- Compreender o contexto histórico no qual os negros foram escravizados e a formação dos Quilombos no Paraná como um movimento de resistência;
- Identificar como se deu o início das ideias liberais no Paraná como um movimento antagônico à escravidão;
- Compreender como foi a integração do negro à sociedade republicana paranaense, no período pós-abolição;
- Compreender a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná.

Para a compreensão da realidade, em sua totalidade, faz-se necessário entender as relações, econômicas, políticas e sociais, presentes no contexto analisado, pois, as transformações que ocorrem em uma determinada sociedade são frutos das contradições existentes no interior destas relações. Desta forma, o método para análise dessa pesquisa terá como pressuposto teórico o Materialismo

Histórico e Dialético, pois, é na produção dos bens materiais da existência da sociedade que,

> [...] os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 1977, p.23).

Deste modo, a análise para se compreender o objeto em estudo, deve partir das condições materiais de existência dos homens. Analisar a forma como se deu a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná no final do século XIX e início do século XX pressupõe uma pesquisa dialética, que contemple as condições econômicas, políticas e sociais presentes na sociedade brasileira da época.

Para compreender as relações que se deram no período histórico pesquisado foram escolhidas como categorias de análise e investigação – Contradição; Luta de Classes e Totalidade - com as quais se procurou aproximar do objeto em estudo. A análise destas categorias, no âmbito das transformações da sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX, tratando especificamente dos ideais republicanos e processo educacional das crianças negras no Paraná, considerou que:

> [...] o conhecimento histórico-educacional configura um movimento que parte do todo caótico (síncrese) e atinge, por meio da abstração (análise), o todo concreto (síntese). Assim, o conhecimento que cabe à historiografia educacional produzir consiste em reconstruir, através das ferramentas conceituais (categorias) apropriadas, as relações reais que caracterizam a educação como um fenômeno concreto (SAVIANI, 2008, p. 3).

Para compreender a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná, em sua totalidade, fez-se necessário desvendar o passado partindo de um objeto real, ainda como parte de um movimento da história. Percorreu-se um caminho em busca da essência da realidade, que não se dá imediatamente, mas de forma nebulosa e confusa, procurando desvelar o real apresentado na forma de fenômeno. A partir do conhecimento da totalidade foi possível então retornar ao objeto de estudo compreendendo as conexões e a contextualização dos fatos reais. Trata-se então de reconstruir a trajetória do fenômeno à essência (SAVIANI, 2004).

Os procedimentos metodológicos que foram adotados na pesquisa consistiram em:

- Revisão bibliográfica: Esta etapa consistiu na realização de um levantamento bibliográfico sobre a temática da pesquisa;
- Pesquisa documental: levantamento e catalogação de documentos sobre negros e sobre Quilombos/Comunidades Remanescentes Quilombolas, disponíveis no Arquivo Público e Biblioteca Pública do Paraná em Curitiba; Biblioteca Pública, Museu do Tropeiro; Casa da Memória; Secretaria da Educação e Prefeitura de Castro; Casa da Memória; Biblioteca Pública e Museu Campos Gerais em Ponta Grossa;
- Análise da documentação levantada e catalogada, dentre elas, os relatórios dos inspetores de ensino do Paraná - 1922/1923/1924;
- Recursos gráficos: foram utilizados os seguintes: “[...] “itálico” para as fontes primárias. “Sem itálico” para as fontes secundárias” (NASCIMENTO, 2008, p. 22). As citações de fontes primárias mantiveram a redação original, sem qualquer atualização ortográfica.

O levantamento e a catalogação das fontes primárias e secundárias sobre os negros, bem como os dados levantados sobre as Comunidades Remanescentes Quilombolas do Paraná, não podem ser considerados como suficientes para a compreensão do objeto de estudo apresentado, ou seja, as fontes não puderam falar por si só, mas, fizeram parte da análise da totalidade da realidade.

Na revisão bibliográfica[15], realizada na fase inicial desta pesquisa, fez-se necessário um levantamento acerca das produções científicas existentes sobre os negros no Paraná. O levantamento dos trabalhos, na perspectiva da História da Educação, teve como critério de análise os seguintes questionamentos: Existem estudos sobre a educação dos negros e sobre os Quilombos do Paraná na área da História da Educação?

O procedimento metodológico utilizado para a realização deste estudo consistiu no levantamento de pesquisas de mestrado e doutorado, de todas as

[15] A partir deste levantamento foi elaborado um artigo publicado nos seguintes eventos: Comunidades Quilombolas brasileiras na perspectiva da história da educação: Estado da arte. In: XI Jornada do HISTEDBR, 2013, Cascavel-PR. A Pedagogia Histórico-Crítica, a educação brasileira e os desafios de sua institucionalização. Cascavel - Paraná: UNIOESTE, 2013. v. 1.; Estado do Conhecimento: As Comunidades Quilombolas Brasileiras na perspectiva da História da Educação. In: X COLUBHE Congresso Luso Brasileiro da História da Educação, 2014, Curitiba/PR. Percursos e Desafios na História da Educação Luso-Brasileira. Curitiba/PR, 2014. v. 1. p. 01-102.

instituições de Pós Graduação no País, disponíveis no banco de dados da CAPES até o mês de outubro de 2015, com as seguintes palavras chave: Negros no Paraná; Quilombos e Educação; Escravos no Paraná e Quilombos no Paraná.

A partir do levantamento[16] se verificou que as pesquisas acerca da escravidão negra no Brasil não são recentes[17], entretanto, no Paraná os estudos sobre a educação dos negros é um tema que foi pouco estudado. As pesquisas realizadas estão ligadas à Sociologia, à História, à Geografia, à Antropologia e à Educação. Pareceu pertinente citar aqui os trabalhos encontrados no levantamento realizado.

QUADRO 3 - Teses e Dissertações sobre a Educação dos negros no Paraná

(continua)

| Autor | Titulo | Local/Área | Ano |
|---|---|---|---|
| Andressa Lewandowski | "Agentes e agências: o processo de construção do Paraná negro" (Dissertação). | Universidade Federal do Paraná/Antropologia Social | 2009 |
| Maicon Silva Steuernagel | "Entre margens e morros: a geografia narrativa dos filhos da Pedra Branca" (Dissertação). | Universidade Federal do Paraná/Antropologia Social | 2010 |
| Jose Antonio Marcal | Política de ação afirmativa na universidade federal do Paraná e a formação de intelectuais negros (as) (Dissertação) | Universidade Federal do Paraná/ Educação | 2011 |
| Tania Mara Pacifico | Relações raciais no livro didático público do Paraná. (Dissertação) | Universidade Federal do Paraná/ Educação | 2011 |
| Juarez Jose Tuchinski dos Anjos | Uma Trama Na História: A Criança No Processo De Escolarização Nas Últimas Décadas do Período Imperial, Lapa - Província do Paraná(1866-1886). (Dissertação) | Universidade Federal do Paraná/ Educação | 2011 |
| Marcia de Campos | Aspectos De Uma Trajetória Histórica Institucional E Discurso Educativo: Ideário e Formação De Professores em Palmas, Paraná. (Dissertação). | Pontifícia Universidade Católica do Paraná/Educação | 2011 |

[16] A pesquisa concentrou-se no levantamento de Teses e Dissertações defendidas nos Programas de Pós Graduação em Educação existentes no Brasil com resumos disponíveis no Banco de Dados da CAPES – (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

[17] FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 51.ed.São Paulo: Global, 2006. Para uma análise da influência das colonizações portuguesa e espanhola para a sociedade brasileira, especialmente quanto ao conceito de "homem cordial"; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5.ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Unesp,1998; IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Hucitec, 1985.

QUADRO 3 - Teses e Dissertações sobre a Educação dos negros no Paraná

(conclusão)

| Autor | Titulo | Local/Área | Ano |
|---|---|---|---|
| Filipe Germano Canavese | O Testamento de Dona Balbina: Um Estudo de Caso Sobre Escravidão e Propriedade em Guarapuava (1851-1865). | Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/Assis/História | 2011 |
| Carlos Ricardo Grokorriski | "Sutilezas entre ciência, política e vida prática: alfabetização de adultos em uma comunidade remanescente quilombola" (Dissertação). | Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Educação | 2012 |
| Marcolino Gomes de Oliveira Neto | Arte e Silêncio: A Arte Africana e Afro-Brasileira nas Diretrizes Curriculares Estaduais e no Livro Didático Público de Arte Do Paraná. (Dissertação) | Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Educação | 2012 |
| Miriam Furtado Hartung | "A comunidade do Sutil: História e etnografia de um grupo negro na área rural do Paraná" (Tese). | Universidade Federal do Rio de Janeiro / Antropologia | 2000 |
| Claudemira Vieira Gusmão Lopes | "O etnoconhecimento e sua contribuição para o desenvolvimento rural sustentável: o caso da comunidade negra do Varzeão, Vale do Ribeira, PR" (Tese). | Universidade Federal do Paraná / Ciências Agrárias | 2010 |
| Edimara Gonçalves Soares | "Educação escolar quilombola: quando a política pública diferenciada é indiferente" (Tese). | Universidade Federal do Paraná / Educação | 2012 |
| Ilton Cesar Martins | Veredicto Culpado: A Pena de Morte Enquanto Instrumento De Regulação Social Em Castro - Pr (1853-1888) | Universidade Federal do Paraná/História | 2012 |
| Noemi Santos da Silva | O "Batismo na Instrução": Projetos e Práticas de Instrução Formal de Escravos, Libertos e Ingênuos no Paraná Provincial. (Dissertação) | Universidade Federal do Paraná/História | 2014 |

Fonte: elaborado pela autora com base no Banco de Dados da CAPES – outubro de 2015

A partir deste levantamento pode se verificar que apesar de o número de pesquisas, sobre o tema em questão, ter aumentado nos últimos anos no Brasil, no Paraná existe uma lacuna no que diz respeito a estudos que estejam voltados para a História da Educação dos negros, desta forma tornou-se necessária esta pesquisa. Ressalta-se, ainda, que o levantamento das pesquisas já realizadas é um procedimento necessário, pois permite ao pesquisador uma aproximação que possibilita o reconhecimento do estágio do conhecimento sobre o tema ou objeto a ser investigado. O processo de levantamento do que já foi publicado sobre o tema é de fundamental importância para o pesquisador, pois, delimita "[...] o objeto da pesquisa e realizar a sua problematização de forma que situe e defina o estudo proposto. A elaboração do estado do conhecimento é, também, uma pesquisa para outra e que pode ser trabalhado de diversas formas" (NASCIMENTO, 2006, p 130).

Assim, a presente tese está organizada em quatro capítulos: No primeiro capítulo buscou-se compreender o contexto histórico no qual os negros foram escravizados no Brasil. Abordou-se também a existência da escravidão no Paraná e a utilização da força de trabalho do negro escravo na mineração, na agricultura de subsistência, na pecuária, nos trabalhos domésticos, nos ofícios rurais e urbanos da região, bem como, a compreensão da formação dos Quilombos paranaenses como movimento de resistência à escravidão.

No segundo capítulo procurou-se identificar os movimentos abolicionistas no Paraná em defesa da abolição gradual da escravatura. Abordaram-se também as ideias liberais sobre a propriedade privada e o trabalho livre e assalariado. Os princípios do liberalismo, liberdade, igualdade e fraternidade, que se apresentaram juntamente com o capitalismo, quando o Brasil passou a incorporar as ideias de liberdade de comércio e de representação política para a classe dominante. A entrada de trabalhadores europeus no Paraná, incentivada pelos abolicionistas, que, ideologicamente, enfatizaram a superioridade do imigrante branco, considerado "dotado" de uma inteligência e força espiritual elevada, perante o negro.

No terceiro capítulo buscou-se compreender como se deu a integração dos negros à sociedade paranaense pós-abolição da escravatura. Foram abordados os discursos ideológicos da classe dominante que, por meio do Mito da Democracia Racial, procurou transmitir a ideia de que no Brasil não existia o racismo e que todos os cidadãos brasileiros eram "iguais", portanto, "todos tinham direitos iguais". Assim, como se procurou evidenciar o movimento da classe dominante no qual se propagou a inexistência e, consequentemente, a invisibilidade do negro quilombola no Paraná republicano.

No quarto capítulo tratou-se da análise sobre a educação pública e estatal republicana e a (in) existência de um projeto educacional para os negros no Paraná no final do século XIX e início do século XX, a partir da documentação oficial. Com a criação dos Grupos Escolares e a modernização do Paraná a educação foi colocada como a responsável pela ascensão social da população. O acesso a esses Grupos Escolares deveria ser garantido a "todas as crianças", entretanto, era restrito de negros nestes espaços, e, os poucos que neles tiveram acesso sofreram com a discriminação presente na sociedade.

# CAPITULO I
# A ESCRAVIDÃO NEGRA NO PARANÁ E A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS

> *O escravo não vendia a sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, de uma vez para sempre a seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. Ele mesmo é uma mercadoria, mas* sua força de trabalho não é sua mercadoria (MARX, 1954, p. 63).

O sistema escravocrata se apresentou de várias formas e em diferentes períodos da história da humanidade. A forma como se deu o trabalho do escravo nas sociedades primitivas, quando ocorreu a divisão da sociedade em classes, ou do trabalho escravo da Antiguidade Clássica, não ocorreu da mesma forma como se deu a exploração do escravo negro no Brasil (do século XVI até final do XIX). Entretanto, mesmo se apresentando em períodos históricos distintos, a escravidão teve o mesmo caráter de exploração e dominação do homem pelo homem, em todos eles.

Durante o período histórico (1550-1888) em que a escravidão dos negros foi praticada no Brasil, o negro escravizado foi submetido a todos os tipos de castigos e humilhações. Foram transportados da África para o Brasil em navios negreiros, onde a falta de comida e água eram constantes "[...] a única comida que tivemos durante a viagem foi milho velho e cozido. [...] sofríamos muito por falta de água, que nos era negada na medida de nossas necessidades" (Biografia de Mahommah G. Baquaqua, apud, LARA, 1988, p.222). Muitos negros morreram durante a viagem e os que conseguiram chegar vivos, estavam em péssimas condições físicas.

Ao chegarem ao Brasil, após longo período de viagem, os negros escravos ficaram expostos como animais nos mercados existentes nos portos. Vistos como mercadorias, foram avaliados pela qualidade de seus músculos, sua idade, sua saúde "[...] uma "peça das Índias" [18] no geral era 1,75 metros de negros. Dessa forma, cinco negros entre os 30 e 35 anos, que somados tinham 8,34 metros, representavam não cinco escravos mas 4,76 peças" (CHIAVENATO, 1987, p. 123 -

[18] A Companhia do Comércio do Maranhão foi a primeira a ser organizada para promover as conquistas portuguesas no Norte do Brasil. Foi criada a partir do Alvará de 12 de fevereiro de 1682, que estabelecia as cláusulas de seu funcionamento. Fôlego Vivo. Nome que, após o Alvará de 12 de fevereiro, aparecia nos contratos para designar o escravo, a "peça-da-índia". Os negros eram negociados por cabeça e, às vezes por toneladas. (MOURA, 2013, p. 108).

grifos do autor). A venda dos negros africanos era feita por meio de leilões ou de maneira individual, na qual o vendedor os vendia diretamente ao comprador, "[...] tem lugar geralmente nos portos de importação e se inicia dez a quinze dias após o desembarque dos africanos e durava até esgotar a carga, o que pode demorar bastante" (MATTOSO, 1981, p.67), o negro escravo era uma mercadoria viva que circulava pelos portos. O comércio de compra e de venda dos negros escravos,

> [...] foi também, quanto a sua forma, compra e venda de mercadorias. Porém o dinheiro não poderia exercer esta função se não existisse a escravidão. Há que partir da existência da escravidão, para que o dinheiro possa ser investido na compra de escravos. Por outro lado, para tornar possível a escravidão não basta que o comprador disponha de dinheiro (MARX, 1954, p.33).

A compra garantia aos senhores o poder absoluto sobre o negro escravizado, dando-lhes o direito de explorá-lo o quanto e de que forma quisesse. Eles foram coisificados, reduzidos à imagem de "burros de carga", sendo seu trabalho explorado ao máximo. Quando o ser humano é obrigado a trabalhar como escravo, o trabalho deixa de ser fundamental, pois ele não retira mais os bens da natureza para satisfazer suas necessidades, o resultado do seu trabalho lhe é estranho, sem significado.

O trabalho, na concepção materialista da história, é uma atividade vital para o homem, pois, por meio dele o homem retira os bens materiais necessários para a sua sobrevivência. No trabalho, o homem "[...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana" (MARX, 1982, p. 211). Como um ser histórico, o homem se relaciona socialmente, e, nestas relações sociais produz por meio do seu trabalho: os bens materiais; as instituições sociais, as ideias e concepções humanas. Nas relações sociais exercidas pelos homens cujo fundamento é o trabalho, ocorre à divisão deste, que é sempre determinado pelas relações de produção existentes num período histórico da humanidade. A divisão social do trabalho apresentou vários estágios[19] de desenvolvimento que determinam

[19] A partir da divisão social do trabalho surge a propriedade privada, e, consequentemente a divisão da sociedade em classes antagônicas, cujos interesses também divergem. A primeira forma de propriedade corresponde ao período primitivo, no qual o homem vivia em comunidade, assentada sobre a propriedade comum da terra e unida por laços de sangue. "[...] A divisão do trabalho é, então, muito pouco desenvolvida e limita-se a constituir uma extensão da divisão do trabalho natural que existia no âmbito da família" (MARX, ENGELS, 1979, p.9). Com as transformações ocorridas na sociedade primitiva, devido ao emprego de novas formas de trabalho e o uso das terras para a agricultura, aumentou a produção dos bens materiais, e desta forma, começou a exploração do

quais serão as relações entre os homens, no que diz respeito à força de trabalho, os meios de produção e a propriedade privada,

> [...] simultaneamente a repartição do trabalho e dos seus produtos, a distribuição desigual tanto em qualidade como em quantidade; dá, portanto, origem à propriedade, que aqui já corresponde, aliás, à definição dos economistas modernos segundo a qual é constituída pela livre disposição da força de trabalho de outrem. De resto, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas - na primeira, enuncia-se relativamente à atividade o que na segunda se enuncia relativamente ao produto desta atividade (MARX; ENGELS, 1979, p. 23).

A produção da vida material dos homens se dá pelas relações sociais das quais ele faz parte. Para poder produzir os bens materiais, que garantam a sua subsistência, o homem, por meio do seu trabalho se relaciona com os outros homens, sendo capaz de transformar sua realidade, e a si mesmo. A maneira como o homem produz esses meios depende em primeiro lugar da natureza, "[...] mas não deveremos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista. [...] pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida" (MARX; ENGELS, 1979, p. 7). Essas relações de produção se dão de diferentes formas, dependendo do momento histórico no qual a sociedade está inserida, a maneira como "[...] os indivíduos manifestam a sua vida, reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide, portanto, com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem" (MARX; ENGELS, 1979, p. 7).

Na sociedade de classes a divisão social do trabalho separa os trabalhadores braçais dos trabalhadores "intelectuais". A exploração do trabalhador, feita pela classe dominante econômica, política e socialmente, é legitimada pelo Estado que, "[...] situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal" (ENGELS, 1991, p.190).

---

homem pelo homem. A sociedade, até então homogênea, passa a dividir-se em classes antagônicas, a propriedade, bem comum de todos os membros da tribo, passa a ser privada. Nesta segunda forma de propriedade, a divisão social do trabalho está mais evoluída e os homens exercem coletivamente "[...] o seu poder sobre os escravos que trabalham para eles, o que os liga à forma da propriedade comunitária." (MARX, ENGELS, 1979, p.10). A terceira forma de propriedade corresponde a feudal, na qual o escravo torna-se servo que produziria os bens para o seu senhor. Nesta estrutura, da mesma forma como ocorria na sociedade baseada na propriedade comunitária, a exploração do homem pelo homem continuou, só que numa nova configuração, agora se explorava o trabalho dos servos e não mais dos escravos. Na sociedade Capitalista a exploração do trabalho se dá entre a burguesia e o proletário, o trabalho livre e assalariado, subordinado ao capital, faz com que o homem não mais atue sobre a natureza, seu trabalho é realizado de maneira alienada.

Os negros escravizados forneceram a mão-de-obra produtora de riquezas, e, [...] não é somente a sua força de trabalho que é mercadoria; eles próprios são mercadoria, pois são colocados entre os meios de produção pelos seus proprietários (IANNI, 1988, p. 112). Esta condição de "coisificado" fez parte de estratégias de dominação, exercidas pela classe dominante, que teve como intenção desumanizar os negros para que os mesmos fossem vistos como inferiores, e, desta forma, passíveis de serem escravizados. A coisificação do negro escravizado,

> [...] era uma ideologia senhorial, não refletia a visão de homens e mulheres escravizados. Estes nunca perderam a sua humanidade: amaram, buscaram constituir suas famílias, valorizaram os laços de parentesco e de amizade, cultuaram seus deuses, lutaram por melhores condições de vida e não se conformaram com a escravidão (AMARAL, 2011, p.13).

Após desembarcarem no Brasil os negros foram enviados para diversas regiões do País para realizarem todos os tipos de trabalho. Trabalharam na extração da madeira, nos engenhos de açúcar, na mineração, na criação de muares e gado, nos serviços domésticos, no comércio de alimentos e como "negros de ganho", atividade essa que consistia no aluguel do escravizado para terceiros.

Em todos os locais onde foram explorados os negros foram submetidos a condições desumanas. Obrigados a dormirem no chão, após muitas horas de trabalho, muitos agonizavam com as dores das feridas abertas pelos açoites recebidos no tronco, feridas estas que muitas vezes os levaram à morte. Rebelando-se contra essas crueldades, muitos escravos cometeram o suicídio, fato esse que causava grande raiva nos senhores, pois, com cada escravo morto ia embora o capital investido. "[...] O negro morto só é lastimado pela perda do capital e odiado porque além de morrer ainda causava um grave problema: é preciso enterrá-lo" (CHIAVENATO, 1987, p. 135). Outra forma que os negros encontraram para resistir a escravidão foi por meio de fugas para lugares distantes dos quais moravam seus senhores, nos quais formaram os Quilombos. Essa atitude teve como resposta o aprimoramento do castigo físico, por meio do qual os senhores reafirmaram o seu domínio e poder e inibir o desejo de fuga dos seus escravos.

Os escravos que foram alugados por seus senhores para trabalharem como "negros de ganho"[20], puderam ter acesso a outros escravos de diferentes

[20] Escravos que trabalhavam fora das propriedades dos senhores exercendo várias atividades, eram obrigados a entregar uma quantia fixa, frequentemente uma vez por semana, e, e geral tinha que prover seu sustento. Além da possibilidade de fazer trabalhos extras, de esconder seus ganhos reais,

localidades e divulgaram as notícias sobre os Quilombos e sobre as rebeliões que ocorriam em diferentes locais. Em todas as regiões urbanas das cidades eram encontrados os “escravos de ganho” que se ocupavam do transporte de pessoas e mercadorias nas ruas e nos portos. Foram utilizados também como “[...] pedreiros, pintores, carpinteiros, estivadores, marinheiros, canoeiros, cocheiros, carroceiros, sapateiros, barbeiros, alfaiates, ferreiros, costureiras, bordadeiras, parteiras, enfermeiras” (ALBUQUERQUE, 2006, p.82-83). Nas casas localizadas nos centros urbanos as negras escravizadas trabalharam na limpeza e na organização doméstica, além da amamentação e cuidado com as crianças brancas. Nas ruas executaram atividades no comércio com a venda de comidas tipicamente africanas.

Muitas negras de ganho que trabalhavam como vendedoras ambulantes, por terem acesso às ruas, passavam informações e foram acusadas de cumplicidade com negros que fugiram dos seus senhores e formaram os Quilombos. A “liberdade” concedida ideologicamente a esses escravos foi vigiada constantemente pela sociedade que contou com um aparato policial responsável por manter a ordem nas ruas e inibir qualquer movimento organizado de resistência à ordem escravocrata vigente (ALBUQUERQUE, 2006).

Além da exploração do trabalho braçal o escravo foi submetido à exploração sexual, as mulheres negras serviram seus donos e, por muitas vezes, engravidaram desses. Humilhadas e abusadas sexualmente ainda foram acusadas, pelas senhoras, de serem culpadas pelo abuso sexual, uma vez que elas ficavam se “oferecendo” para seus senhores. Muitas escravas sofreram agressões e mutilações por parte da sinhazinha, que por ciúmes, mandava arrancar os dentes, os olhos, e até cortar os seios das negras escravizadas.

> Alguns senhores, mais “racionais”, sequer admitiam que as negras engravidassem: obrigavam-nas ao aborto quando suspeitavam da gravidez, e como só suspeitavam dessa gravidez aos quatro, cinco meses, é fácil perceber a violência do aborto que se cometia. Muitas negras, sabendo do triste destino das suas “crias”, abortavam antes que fossem descobertas (CHIAVENATO, 1987, p. 132).

As crianças negras muitas vezes representaram um peso morto para os senhores, pois, tinham que as sustentar até que fossem úteis para o trabalho. Algumas foram vendidas por valores ínfimos para, posteriormente, serem

---

podia construir relações com escravos de outras localidades. Diferentemente do negro escravo que era alugado por meio de um contrato de trabalho firmado entre o proprietário e o locatário do negro escravo (MOURA, 2013, p.150).

comercializadas por um valor maior, proporcionando assim lucro para o seu comprador. As crianças que ficaram com suas mães, desde cedo as acompanharam no trabalho árduo do dia a dia, isso representou alta taxa de mortalidade infantil. Considerada uma mercadoria, a criança negra foi submetida as mais duras penas,

> Era impedida de ser sujeito de direitos e por vezes, nem mesmo de piedade. Foram vítimas da mortalidade infantil, dadas às precárias condições as quais eram submetidas por seus senhores. Tiveram cerceado o seu "direito" de amamentar, posto que suas mães eram alugadas ou cedidas para servirem de ama-de-leite para as crianças brancas. As negrinhas e os negrinhos eram brinquedinhos para as crianças brancas e até mesmo para o adulto (VALENTIN. BRAZIL, 2011, p.20).

As negras escravizadas eram obrigadas a trabalhar, normalmente, dois ou três dias após darem a luz e afastadas de seus filhos durante parte do dia, quando lhes era permitido voltar para junto deles, elas levavam um aleitamento defeituoso, devido às condições desumanas às quais eram submetidas durante o dia de trabalho (MOURA, 2013). A vida destas crianças foi bastante penosa "[...] todo o movimento do sistema escravista se dava no sentido de quebrar desde cedo sua resistência, atingindo logo de início sua dignidade humana" (VOLPATO, 1993, p. 146). A sobrevivência destas crianças esteve ligada ao trabalho exercido por sua mãe. Carregadas nas costas participavam das longas horas de trabalho, muitas vezes recebendo todo o calor do sol enquanto a mãe preparava a terra para o plantio nas grandes fazendas, na fabricação de telhas, nas quais trabalhavam "[...] negras jovens e maduras, quase completamente nuas, só com uma tanga, e algumas com crianças presas às costas, inclinadas sobre bancos e pondo barro em moldes" (EWBANCK, 1976, p.80).

Enquanto a criança branca está sentada em seu carrinho recebendo os cuidados da escrava, a criança negra, ainda pequena, está amarrada nas costas de sua mãe a acompanhando em seus afazeres e as outras estão sentadas no chão acompanhando os pais no trabalho com o café.

FIGURA 1 - A criança branca e a criança negra - Fazenda Quititi - Rio de Janeiro 1865

Fonte: Georges Leuzinger/Acervo Instituto Moreira Salles

Para a sociedade escravocrata, desde cedo, as crianças[21] negras deveriam aprender a trabalhar nas atividades que eram realizadas nas fazendas. Após crescerem um pouco e serem consideradas "adultas", por volta de seis anos de idade, as "crianças" negras desempenharam atividades nas fazendas limpando feijão, cuidando dos animais, carregando roupas, compras e executando pequenas atividades domésticas. Essas "crianças" sobreviveram num ambiente hostil e precário, enquanto as crianças brancas receberam os cuidados necessários para sua sobrevivência. As "crianças" negras foram exploradas pela sociedade escravocrata e sofreram com as precárias condições de sobrevivência às quais foram expostas.

> [...] Não conheço criatura mais infeliz que essa criança. Nunca se assenta, jamais sorri, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado à parede e é frequentemente maltratado pelos filhos do dono (SAINT-HILAIRE, apud, MOURA, 2013, p.119).

Pressupondo superioridade, o homem branco torturou e oprimiu o negro. Essas barbáries foram exercidas pela classe dominante brasileira como um ato natural por mais de três séculos. Sua ideologia foi a que prevaleceu e suas práticas de opressão foram transmitidas culturalmente para atender as necessidades do regime escravocrata. Nesse sentido, no período histórico em que a escravidão negra foi legitimada no Brasil, a Igreja Católica era representante desta classe e procurou

[21] Ver: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1996. 176 p.

transformar as ideias dominantes em universais, ou seja, ideias que representavam "todos" os homens.

## 1.1 O negro escravo no Paraná

Assim como no restante do Brasil a base econômica da sociedade paranaense foi escravocrata e utilizou a força de trabalho do escravo. Os primeiros escravos negros que chegaram à região foram trazidos nos séculos XVII e XVIII para trabalharem na mineração. Neste período histórico, Paranaguá e Antonina foram tomadas por paulistas que se empenharam na busca pelo ouro existente nestas regiões, seja ele de aluvião, encontrado no leito dos rios cuja extração se dava por meio do trabalho realizado com o uso de peneiras que separavam o ouro da água e da areia dos rios ou o ouro da cabeceira dos rios e córregos.

Para a extração do ouro no Paraná, o trabalho do escravo negro foi utilizado, tanto para retirar o ouro das margens dos rios, como para o "[...] represamento, desvio ou escoamento das águas; a construção de canais; as escavações às margens dos rios ou nas encostas dos morros; o transporte das terras e pedras; o processo de pescar o ouro; a lavagem dos seixos" (IANNI, 1988, p.24). O trabalho na mineração era desgastante, principalmente na atividade da lavagem dos seixos, na qual o escravo ficava com a metade do corpo submersa e a outra metade exposta aos raios solares, fator esse que, por muitas vezes, ocasionou a morte de vários escravos.

O ouro existente contribuiu para a organização dos agrupamentos e povoados que formou a região. As localidades denominadas de Vila de Paranaguá[22] e Vila de Curitiba deram início aos primeiros núcleos populacionais e, em suas redondezas, enraizou-se um povoamento[23] "[...] que ao mesmo tempo começava a expandir-se para o sertão. Na [...] segunda metade do século XVII, os Campos de Curitiba, gradativamente transformaram-se em áreas anexas ao litoral" (RITTER, 1982, p. 19).

---

[22] Em 1648, Gabriel de Lara requer ao Rei de Portugal a elevação do povoado à categoria de Vila. Em 6 de janeiro de 1649, depois de efetuadas as eleições, foi instalada a Vila de Paranaguá, a primeira estabelecida na região do Paraná" (SANTOS, 2001, p.23).

[23] Coexistiram no Paraná, no inicio do século XIX, três fases distintas de povoamento - a dos campos de Curitiba, onde a população consolidava a pequena propriedade, quase sempre apossamentos, desenvolvendo um comércio interno; a dos Campos Gerais, onde a existência de grandes fazendas contribuiu para o comércio exportador, em grande escala, configurado pela criação de gado, e, por ultimo, a integração dos Campos de Guarapuava ao território paranaense. É uma nova área que iniciava seu desenvolvimento sócio econômico, foco de interesse dos fazendeiros dos Campos Gerais que procuravam novas terras de campo limpo para ampliação de seus rebanhos (RITTER, 1982).

Ressaltando que, até o final do século XVIII Curitiba era uma Vila da Capitania de São Paulo, posteriormente no início do século XIX, com a divisão da Capitania de São Paulo em duas Comarcas, a do Norte e a do Sul, Curitiba passou a ser denominada a capital da 5ª Comarca da Província de São Paulo, e, somente após a emancipação da Comarca, em 1853, Curitiba passou a ser a capital da Província do Paraná.

O ouro em Paranaguá e Curitiba, apesar de não ser abundante, foi extraído até seu esgotamento. Com o declínio da mineração na região, que deixara de ser economicamente atrativa, e a descoberta de ouro em Minas Gerais, nos primeiros anos do século XVIII, toda a "atenção" dos portugueses se voltou para essas localidades que estavam despontando no comércio do ouro.

Com o comércio do ouro na região de Minas Gerais[24] a mão-de-obra escrava tornou-se essencial para o trabalho na mineração, e onde havia negros escravizados a violência fora cometida. Com a descoberta do ouro ocorreu o "[...] deslocamento da mão-de-obra dos engenhos de cana-de-açúcar, particularmente dos engenhos nordestinos, com a consequente queda da produção, e a perda da posição de principal produto de exportação da economia brasileira" (NASCIMENTO, 2009, p.28). Para suprir a mão-de-obra escrava nas minas de ouro, o tráfico negreiro se intensificou, os africanos foram transportados para o Brasil em navios, onde a falta de comida e água era uma constante, muitos morreram durante a viagem e os que conseguiram chegar vivos estavam em péssimas condições físicas. O número de escravos negros no Brasil cresceu de maneira significativa neste período histórico:

> [...] em 1789 era de: brancos 1.010.000; índios 250.000; libertos 406.000; Pardos 221.000 e negros 1.361.000. Se somar o número de libertos, pardos e negros terá um contingentes de negro de 1.988.000 de um montante de brancos de 1.010.00, isso significa um número de negros superior ao número de brancos. Cerca de 50% da população, 1582.000 era constituída de escravos (BASBAUM, 1975, p.93).

A mineração na região de Minas Gerais tornou-se referência econômica no século XVIII, e de certo modo, integrou as diferentes regiões do País. "A notícia dos achados espalhou-se rapidamente por toda a colônia; de todas as partes as populações se deslocavam à região do ouro anunciado. [...] brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem" (RITTER, 1982, p 27). Com o

[24]Até o final do século XVII a economia brasileira era baseada na produção de açúcar para exportação, posteriormente, no século XVIII, passa a ter como base a mineração do ouro na região de Minas Gerais. Trabalho nos engenhos de açúcar do Brasil ver: Nascimento, 2009.

grande número de pessoas que se dirigiram para aquela região, tornou-se necessário a produção de alimentos para garantir a subsistência e a manutenção da atividade exploratória nas minas, a atividade agrícola e a criação de gado tornaram-se essenciais.

Na Província de São Paulo iniciou-se a formação das grandes fazendas criadoras de bovinos, e com ela, o interesse em se estender cada vez mais as áreas territoriais para o aumento da lucratividade com o comércio interno que despontava entre as regiões brasileiras. A região sul do Brasil foi organizada para atender as necessidades dessa nova fase econômica, “[...] estimulados pelas demandas dos mercados centrais (de mineração), os campos da 5º Comarca de São Paulo (Paraná) se integraram rapidamente a esta nova conjuntura econômica” (SANTOS, 2001, p. 26), como fornecedores de gado, e, posteriormente, com a locação das fazendas nos períodos de inverno para a engorda do gado e dos muares[25].

Note-se que, durante o período de extração do ouro na região da 5ª Comarca de São Paulo (Paraná) a população já criava bovinos para suprir suas necessidades. Porém, foi a partir da decadência da mineração em Paranaguá e Curitiba, quando ocorreu a ascensão do Tropeirismo[26], a partir de 1730, que essa atividade se intensificou. Com a abertura do caminho de Viamão, que ligou a cidade de Vacaria, no Rio Grande do Sul, à Sorocaba em São Paulo, os lugares utilizados para a paragem formaram vários povoamentos que, posteriormente, transformaram-se na cidade de Jaguariaíva, Piraí do Sul (Lança), Castro (Iapó), Carrapatos, Ponta Grossa (Santa Cruz), Palmeira e Campo Largo (MARTINS, 1995). Neste período, a estrutura econômica se modificou e a pecuária se expandiu de forma a se tornar fundamental para a região paranaense.

Os negócios com os tropeiros e o lucro com o comércio de muares nas fazendas de invernadas chamou a atenção da classe dominante[27] da época, residente em São Paulo, Santos e Paranaguá, que se interessou em ocupar as terras da 5ª Comarca de São Paulo (Paraná). Nesse contexto, “[...] a posse da terra era a mais segura reserva de riqueza do Brasil Colônia e a melhor garantia de

---

[25] Somente os estancieiros do Rio Grande podiam criar mulas sendo proibida a sua criação ao norte do rio Iguaçu, nos campos paranaenses, portanto. E, cada vez mais, nos séculos XVIII e XIX, se fazia necessário grande número de muares para "a condução das minas"e para todo o transporte nas Capitanias e Províncias de S. Paulo,Minas, Goiás, Mato Grosso, Rio deJaneiro, que se abasteciam na Feira de Sorocaba (PINHEIRO, 1962, p. 143)

[26] Tropeirismo para aprofundamento ver: MARTINS, 1995; BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969; SANTOS, 2001.

[27] Para aprofundamento ver: Marx K. Ideologia Alemã, 1979.

permanência na classe dominante por parte das principais famílias" (OLIVEIRA, 2000, p. 37). As terras existentes na região dos Campos Gerais, que fazia parte da rota dos tropeiros, foram distribuídas pela Coroa Portuguesa, que não mediu esforços em beneficiar essas famílias com a doação de grandes extensões de terras, por meio das sesmarias, cuja única obrigação era a de que as essas fossem cultivadas e povoadas.

No século XVIII, a sociedade paranaense que se integrou à economia do País como criadora de gado e dona de fazendas de invernagem, era formada por famílias tradicionais descendentes dos portugueses que vieram para o Brasil e que viram nessa economia uma possibilidade de lucrar com o comércio e transporte do ouro extraído em Minas Gerais. As famílias que povoaram a região da 5ª Comarca da Província de São Paulo (Paraná), com o estabelecimento das primeiras fazendas, foram os: Marcondes; Camargos; Martins; Ribas; Carneiro; Oliveira; Mendes de Araújo; Albuquerques; Pimpões; Neves, Correias, entre outras. Todas essas famílias eram de origem branca e possuíam "[...] além das fazendas e sítios, uma biografia já quase completa de vida familiar, trabalho, viagens regionais, relações sociais e, no caso de alguns, de incursões em política, cargos públicos, corpo militar e hierarquia eclesiástica" (GUTIÉRREZ, 2004, p.106). Ou seja, eram representantes da classe dominante existente no País, aqueles que, por deterem o poder econômico e político, dominaram e controlaram também todos os outros aspectos da vida em sociedade (BOTTOMORE, 2012).

As fazendas de invernagem, com o desenvolvimento da pecuária, se multiplicaram nas regiões do caminho de Viamão, neste contexto, a mão-de-obra escrava do negro, antes empregada na mineração em Paranaguá, passou a ser requerida na criação do gado e manutenção das fazendas. Em 1772, a

> [...] Relação das Fazendas de Curitiba, acusa na área dos campos, que vai desde o rio Pitangui, até o rio Itararé, tendo eixo o caminho de Sorocaba-Curitiba, a existência de 29 grandes fazendas e 100 pequenos sítios. Das grandes propriedades, apenas 9 proprietários residiam na própria fazenda. Os outros moravam em Paranaguá, S. Paulo e Santos, e as fazendas eram trabalhadas por escravos sob as ordens de um feitor (MACHADO, 1962, p. 136).

O trabalho do negro escravizado nas fazendas se deu por meio de atividades diversas, nelas eles trabalharam como carpinteiros, sapateiros, alfaiates, cozinheiros, domadores, entre outros (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN,

1969). E assim como no restante do País as condições de vida as quais os negros escravizados foram submetidos, motivaram-nos a cometer suicídios e fugas para se libertarem da opressão em que viviam:

> *Suicidou-se em Campo-Largo, um escravo pertencente a Candido Gonsalves Cordeiro. Fez-se corpo de delicto, e verificou-se que o infeliz não querendo servir a seu senhor, e recusando este vendel-o, procurou dest'arte libertar-se do captiveiro (*PARANÁ PROVINCIA, 1856, p.11).

As fazendas que se destacaram, no final do século XVIII e inicio do século XIX, pelo número de escravos existentes, foram as do povoamento de Castro que somavam trinta e três fazendas e as de Ponta Grossa com doze fazendas. Os dois povoamentos somaram a quantia de setecentos e sessenta e dois escravos.

> Na localidade de Castro os donos de fazendas representavam por volta de 20% do conjunto dos proprietários de escravos e, por outro lado, nas suas propriedades viviam mais de 63% do total de cativos da vila. Já em Ponta Grossa a presença dos fazendeiros revelou-se mais modesta face aos mesmos parâmetros: perfaziam quase 16% do total de escravistas e detinham cerca de 35% dos escravos da freguesia (GUTIÉRREZ, 2004, p.103).

Assim como nas fazendas existentes no restante do Brasil, os negros escravos que chegaram na 5ª Comarca de São Paulo (Paraná), sofreram com os castigos e humilhações. Os corpos deles foram marcados pela crueldade com a qual foram tratados na região. Rebelando-se contra seus senhores, por não aceitarem a condição desumana na qual se encontravam, muitos negros escravizados fugiram para regiões distantes das fazendas, formando os Quilombos do Paraná.

## 1.2 A formação dos Quilombos no Paraná como um movimento de resistência

Como já citado, a exploração do trabalho escravo, ideologicamente considerado como um fenômeno natural pela classe dominante deu-se em todas as instâncias econômicas do País. Os negros que foram escravizados trabalharam na agricultura, na mineração, na realização de serviços domésticos e também nos centros urbanos. Tratados como animais, muitos não aceitaram a condição à qual foram submetidos, se revoltaram e fugiram para localidades distantes formando os quilombos. Entretanto, a fuga e a formação desses espaços não garantiu o sossego deles, pois "[...] os quilombos eram sistematicamente combatidos e exterminados por

tropas do governo ou de particulares contratados pelo governo" (CARVALHO, 2002, p.22).

O primeiro Quilombo[28] do Brasil, o de Palmares, representou o movimento dos cativos mais conhecido contra a escravidão negra no País. Por quase cem anos, de 1630 a 1695, os negros de Palmares lutaram pela conquista de sua liberdade. Localizado na Serra da Barriga, em Alagoas, a região do Quilombo de Palmares abrigou milhares de negros e se tornou o reduto dos escravos fugidos, o símbolo da resistência negra no Brasil[29]. Palmares era rodeado por densas florestas, as terras eram férteis e produtivas e a água abundante.

> A região era montanhosa e difícil – cômoros, colinas, montes, montanhas, rochedos a pique se estendiam a perder de vista [...] Vinha desde o planalto de Garanhuns, no sertão de Pernambuco, atravessando várias ramificações dos sistemas orográficos central e oriental, até as serras dos Dois Irmãos e do Bananal, no município de Viçosa (Alagoas), compreendendo entre outras, as serras do Cafuchi, da Jussara, da Pesqueira, do Comonati e do Barriga ( CARNEIRO, 1988, p.45).

Liderado por Ganga Zumba e, posteriormente, por Zumbi, o Quilombo de Palmares foi um espaço de liberdade em um País que apoiava a escravidão. Localizado numa região de difícil acesso, com uma população de mais ou menos vinte mil negros, Palmares era composto por várias aldeias chamadas Mocambos[30], todos governados por um rei, eleito pelos chefes de cada aldeia. Palmares contava com o Mocambo de Zumbi; o de Acotirene; das Tabocas; o de Dambrabanga; a cerca de Bubupira; o do Macaco; o de Osenga;do Amaro; o de Andalaquituche; e o de Alquatune, entre muitos outros Mocambos menores (MOURA, 1986).

Para a sobrevivência os negros, no inicio de sua instalação no Quilombo de Palmares, utilizavam-se da caça e da pesca, do recolhimento de frutas e da caça de

---

[28] Não existem documentos oficiais que descrevam minuciosamente a respeito dos Quilombos de Palmares, sua história foi escrita por vários autores, muitas destas versões a descreveram de forma romantizada, outras procuraram apresentar Palmares como uma negação e resistência ao escravismo. Alguns autores que escreveram sobre o tema: PITTA, Sebastião da Rocha. História da América Portuguesa (1950); RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil (1982); RAMOS, Arthur. O Negro na Civilização Brasileira. (1971); CARNEIRO, Edison. O Quilombo dos Palmares. (1958); MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala. Quilombos, insurreições, guerrilhas. (1959); FREITAS, Décio. Palmares: A Guerra dos Escravos. (1990); ALVES FILHO, Ivan. Memorial dos Palmares. (1988).

[29] O reconhecimento dos Quilombos no Brasil surgiu, pela primeira vez, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 68. Em 2001, pela edição de uma medida provisória, conferiu-se ao Ministério da Cultura as funções de identificar, delimitar, demarcar e titular as terras quilombolas e, à Fundação Palmares, a função de realizar os respectivos registros dos títulos. http://www.palmares.gov.br/

[30] "Era como se denominavam, inicialmente, os redutos de negros fugidos do cativeiro. Vocábulo de origem africana, do quimbundo *mukambu,* passou a ser usado de modo geral pelos senhores e autoridades até o século XVIII, quando foi substituído por quilombo" (MOURA, 2013, p. 277).

animais, mas, conforme o número de habitantes que se instalavam no Quilombo crescia, os quilombolas precisaram criar uma economia que, de acordo com a disponibilidade da área, possibilitasse o acesso à matéria-prima e a produção da alimentação que seus habitantes necessitavam. Isso permitiu uma economia em abundância "[...] suas roças floresciam, dando abundante colheita. Ali plantavam milho, banana, mandioca, batata-doce, feijão; aproveitavam-se do coco abundante da região, criavam animais domésticos, aves, etc." (MOURA, 1988, p. 206).

A origem do Quilombo de Palmares, assim como a de outros quilombos, deu-se a partir das rebeliões ocorridas em diferentes décadas, sejam no século XVIII ou no século XIX. As fugas foram constantes e representou para a sociedade escravocrata um ato de rebeldia, o que tornou o escravo um criminoso, passível de ser recapturado e castigado duramente. Considerado como uma ameaça para a organização política e social da colônia, os Quilombos tornaram-se alvos de várias expedições organizadas pelo governo colonial para reprimir e dominar os negros que ali habitavam. As medidas repressivas contra os negros quilombolas se deram concomitantemente às fugas e compreendiam em dois níveis, um punitivo e outro preventivo.

> No primeiro nível, um conjunto de ordens legais impunham penas e sanções severas às fugas, criação de quilombos, ou qualquer outro tipo de ação que favorecesse tais comportamentos por parte dos escravos. [...] No segundo nível situa-se o corpo de profissionais voltados para a captura dos fugitivos e a destruição dos quilombos: os homens-do-mato (GUIMARÃES, 1988, p.63)

Os dois níveis, tanto o da repressão das ações rebeldes por meio de castigos corporais, quanto o da preparação de homens dispostos a se embrenharem nas matas em busca dos escravos fugidos, ocorreu devido à necessidade dos proprietários de escravos reagirem contra essas rebeliões buscando a preservação do regime escravocrata.

Quando eram descobertos os escravos sofriam com os castigos aplicados em praça pública, torturas e prisões, marcas a ferro e condenação à morte. Com medo de serem capturados, os negros que ousavam fugir, buscavam refugio em terras distantes e isoladas em meio a florestas. Os Quilombos representavam "[...] a rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos" (CARNEIRO, 1988, p 14). Nesse sentido,

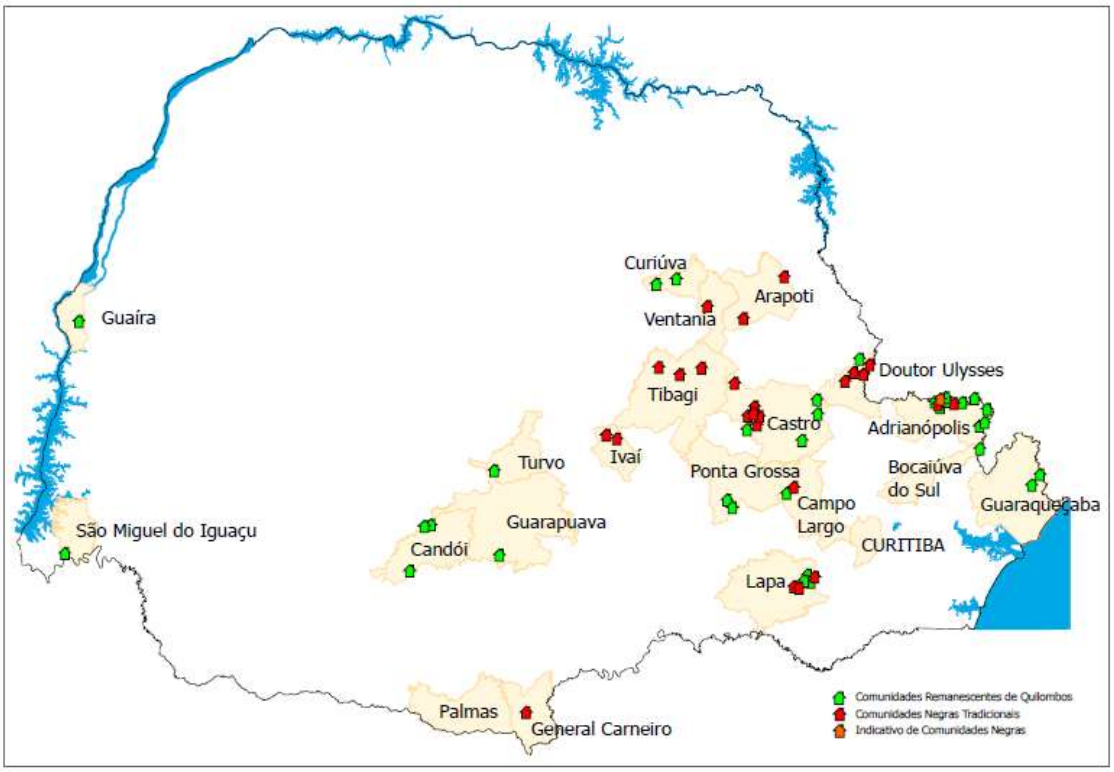
> Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural (NASCIMENTO, 1980, p.32).

Representavam a negação e a resistência ao regime que rebaixava os negros desumanizando-os ao tratá-los como “coisas” sem vontade própria e sem direito à voz e à liberdade. E em todas as regiões em que o trabalho escravo se “[...] estratificasse, surgia o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando, desgastando em diversos níveis as forças produtivas escravistas” (MOURA, 1987, p. 14). Os Quilombos tiveram várias formas de organização no Brasil, dependendo do contexto histórico, alguns se formavam com apenas alguns escravos fugidos e outros maiores, mas em todos os quilombos existentes, durante o regime escravocrata, o objetivo principal era o da resistência ao sistema que os escravizava.

A grande maioria dos Quilombos foi formada, assim como o Quilombo de Palmares, por meio de fugas com a ocupação de terras, geralmente isoladas; outros poucos foram formados a partir da doação de alqueires de terras, feitas pelos senhores aos negros escravizados em suas propriedades; alguns Quilombos se deram a partir do recebimento de terras como pagamento de serviços prestados, pelos escravos, ao Estado e alguns se formaram por meio da compra de terras, que a minoria da população negra dispôs, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição.

No Paraná, os Quilombos datam do século XVIII e XIX e foram formados em diversas regiões. As regiões paranaenses, reconhecidas pela fundação Palmares, nas quais existem descendentes de quilombolas, denominadas por Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) e Comunidade Negra Tradicional (CNT) são: Mesorregião de Curitiba, que compreende as microrregiões: do Cerro azul, de Paranaguá, da Lapa e de Curitiba; a mesorregião Centro-oeste com a microrregião de Ponta Grossa; a mesorregião Centro Sul que compreende as microrregiões de: Candói, Guarapuava, Palmas e Turvo; a mesorregião do sudeste com a microrregião de Prudentópolis; a mesorregião do Oeste que compreende as microrregiões de Guaíra e de São Miguel do Iguaçu; mesorregião do Norte com a microrregião de Ibaiti (CURITIBA, 2008).

FIGURA 2 Mapa - Quilombolas no Paraná




Fonte: http://www.itcg.pr.gov

A região de *Adrianópolis* está localizada na divisa entre o Paraná e São Paulo fazendo parte do Vale do Ribeira.[31] Essa região concentrou o maior número de Quilombos no Paraná, num total de onze, sendo a grande maioria da população existente nestes espaços formada por escravos fugidos de Minas Gerais e de São Paulo. Dentre os Quilombos de Adrianópolis o mais antigo é o da região de Porto Velho[32], cujo nome se deu devido ao local ter sido utilizado para transportar os escravos pelo rio Ribeira, nos séculos XVIII e XIX. O transporte era feito por meio de canoas e quando "[...] não podiam prosseguir viagem devido às cachoeiras existentes no rio aportavam em Porto Velho e seguiam o caminho a pé ou no lombo de cavalos e burros para as regiões de Apiaí e Sorocaba" (SÃO PAULO, 2003, p.23).

[31]O Vale do Ribeira está localizado no sul do estado de São Paulo e norte do estado do Paraná, abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Sua área de 2.830.666 hectares abriga uma população de 481.224 habitantes [3] e inclui integralmente a área de 31 municípios (9 paranaenses e 22 paulistas). No Vale do Ribeira os negros escravizados foram trazidos de várias regiões da África em meados do século XVIII e se concentraram na região de Iguape, onde trabalharam nas minas de ouro, na agricultura e nos afazeres domésticos. Para aprofundamento ver: Carvalho, 2006. Souza, 2012.

[32] Para aprofundamento ver: Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da Comunidade de quilombo de Porto velho/Iporanga-SP, 2003.

Nessa região várias fazendas foram formadas, dentre elas a de Manoel da Roza Luiz, fazendeiro e dono de muitas terras e escravos na região de Apiaí. Nas terras deste fazendeiro a mão-obra-escrava foi muito explorada, além dos bens materiais, os escravos que a ele pertenciam foram separados em grupos, e cada um destinado para uma das fazendas herdadas pelos seus filhos e netos. Uma de suas netas, Martinha Dias Batista, herdou o sítio do Porto e com ele seus respectivos escravos negros, que após sua morte, em meados do século XIX, ocuparam o local, que ficou abandonado, e formaram o **Quilombo de Porto Velho**. (SÃO PAULO, 2003). Neste mesmo período histórico, se formou também, na região, o **Quilombo São João**, cujos moradores, vieram fugidos da cidade de El Dourado Paulista.

FIGURA 3 - Quilombolas em Adrianópolis

Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/quilombolas_2009/ADRIANOPOLIS.pdf

No início do século XIX, mais quatro Quilombos passaram a existir em Adrianópolis: o **Quilombo João Surrá**, cuja ocupação se deu a partir das fugas de negros escravizados na mineração de ouro existente em Apiaí, São Paulo, que “[...] chegando ao território em busca de liberdade, estabeleceram vínculos de amizade com os índios que moravam na região, toda de mata fechada” (CURITIBA, 2008, p.55); o **Quilombo Córrego das moças**; o **Quilombo Praia do Peixe** cuja formação se deu, aproximadamente em 1806, com a chegada de dois irmãos negros que fugiram de Iguape. Francisco Pires, um dos irmãos, “[...] fugiu pelo rio Ribeira, abriu picadas na mata com um machado, fez uma oca com folhas, sobreviveu da pesca, raízes e frutas. Com o passar dos tempos casou com uma índia” (CURITIBA, 2008,

p.55), dando origem a população do local; e o **Quilombo Córrego do Franco**, formado por negros fugidos de Iguape. Em meados do século XIX foram formados mais sete Quilombos em Adrianópolis: o **Quilombo de Sete Barras**, em 1840; o **Quilombo São Roque,** por volta de 1850; o **Quilombo Três Canais,** em 1870; o **Quilombo Tatupeva;** o **Quilombo Estreitinho.** A mão-de-obra dos negros dos Quilombos de Adrianópolis, utilizada nas diversas atividades, já citadas, também foi muito explorada nos engenhos de beneficiamento do arroz, durante o século XIX. O número de escravos que exerceram essa função foi grande. Em "[...] 1828 a população escrava em Iguape era de para 29,4% sobre a população total, alcançando 31,15% em 1836, superando então a média da Província" (DIEGUES, 2007, p.6). A produção de arroz nesses engenhos representava quase que a totalidade da produção alcançada em toda a província de São Paulo.

Na região de Doutor Ulysses o Quilombo formado no início do século XIX foi o **Quilombo Varzeão** e o **Quilombo de Queimadinhos,** em 1850. Além da região de Cerro azul, os negros que foram escravizados no Vale do Ribeira se refugiaram em Guaraqueçaba na região de *Paranaguá,* no final do século XIX, e formaram o **Quilombo Rio Verde** e o **Quilombo Batuva**, ambos com escravos negros oriundos da região de Iguairape e Cananéia.

Figura 4 – Quilombolas em Doutor Ulysses

Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/quilombolas_2009/DOUTOR_ULYSSES.pdf

A região da *Lapa*[33], também conhecida como a Vila Nova do Príncipe, assim como as outras regiões da 5ª Comarca de São Paulo (Paraná) foi local de pouso utilizado pelos tropeiros que passaram pelo caminho de Viamão com destino a São Paulo no século XVIII e XIX. Assim como em outras regiões, na Vila Nova do Príncipe, o trabalho do escravo negro foi explorado, em 1854, a partir do levantamento populacional da Província do Paraná, constatou-se que havia um total de 5.406 habitantes, sendo 1.858 escravos. (PARANÁ, 1854). A mão-de-obra escrava foi utilizada nas fazendas com o trabalho com a criação do gado, na agricultura de subsistência, nos trabalhos domésticos, na extração da erva-mate e na região urbana nas construções de casas, igrejas, cemitérios e também no comércio.

Na igreja Matriz de Santo Antônio da Lapa os negros escravizados trabalharam na retirada e no carregamento das pedras, extraídas da Serra do Monge[34], para o levantamento da obra. Após o término da construção o acesso dos negros escravos a essa Igreja só se deu por meio de uma divisão[35] feita pelos sacerdotes da época: "[...] existia uma ala que era destinada aos escravos, onde não possuía um altar, e outra ala destinada aos senhores e sinhazinhas da época, com altar, onde o sacerdote proferia a missa" (SILVEIRA; SILVEIRA, 2006, p.116). A entrada das duas alas era separada, o contato dos escravos com os senhores brancos não era permitido durante as missas. Além das diferenças estruturais das duas alas, o culto a Deus[36], celebrado pelos escravos, que ficavam acorrentados, também se dava de forma diferente, uma vez que, para os representantes da classe dominante os negros eram indignos de se prostrarem perante a um altar "santo".

---

[33] Em 1731 o povoado que surgiu na localidade foi chamado de Capão Alto, evoluindo posteriormente, em 1797, para Freguesia de Santo Antônio, em 1806 para Vila Nova do Príncipe, e em 1872, para Lapa.

[34] A Serra ou Gruta do Monge é um local rochoso que está localizado nos arredores da cidade da lapa. Atualmente é frequentada pelos turistas que visitam a cidade.

[35] É possível notar na imagem abaixo as alas pertencentes às classes distintas da sociedade, a ala á esquerda do prédio, marcada com o numero um (1) pertenceu aos escravos e ala que abrangia toda a região central do prédio, marcada pelo numero dois (2), foi frequentada pela classe dominante da cidade da Lapa.

[36] Uma celebração tradicional dos negros escravos da Lapa foi a Congada, que era realizada sempre no período do Natal em adoração a São Benedito. Para festejar os negros recebiam restos da ceia de natal dos senhores com as quais comemoravam com batuques, danças e cantos (Silveira; Silveira, 2006).

FIGURA 5 - Igreja Santo Antônio na Lapa – construída pelos escravos no séc. XVIII.

Fonte: Adaptado de: Lapa tropas e tropeiros. SILVEIRA; SILVEIRA, 2006, p.116.

Muitos fazendeiros dedicaram-se ao tropeirismo na Vila Nova do Príncipe, dentre eles David dos Santos Pacheco descendente dos fundadores da região, intitulado como Barão dos Campos Gerais, e fundador do Partido Liberal paranaense. Esse fazendeiro possuía grandes fazendas no Paraná e no Rio Grande do Sul, na região da Lapa morou com sua família na 'Fazenda Bom Jardim' que, posteriormente, passou a se chamar 'Fazenda Santa Amélia'.

O número de escravos que o Barão dos Campos Gerais possuía na Vila Nova do Príncipe era de trinta e quatro, dos quais vinte e três eram homens, onze eram mulheres e doze crianças: "[...] crianças de 0 a 10 anos, compondo 34% do total de escravos [...] entre 41-50 anos, contabilizando 18% do total de cativos e logo depois, as idades de 11-20 anos, 21-30 anos e 31-40 anos, apresentam 15% cada uma no total da escravaria de Pacheco" (NASCIMENTO, 2009, p.61).

Explorados, os negros desta fazenda serviram ao Barão dos Campos Gerais e sua família até a fazenda ser vendida para Hipólito Alves de Araújo, que, próximo à abolição da escravatura ocorrida em 1888, libertou os escravos e doou a eles, parte das terras da fazenda, nas quais os negros formaram o **Quilombo da Restinga**, no início do século XX.

FIGURA 6 - Quilombolas na Lapa (Vila Novo Príncipe)

Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/quilombolas_2009/LAPA.pdf

O **Quilombo do Feixo**, também na região da Vila Nova do Príncipe (Lapa), foi formado por escravos que trabalhavam para a família Braga, da qual, após abolição receberam um pedaço de terra. Alguns moradores do Quilombo do Feixo trocaram as suas terras com um fazendeiro local que lhes propôs terras legalizadas e com casas novas, no entanto, após terem feito a troca e deixarem "[...] as terras que possuíam ancestralmente no Feixo, viram que o fazendeiro nada cumpriu do que prometeu em relação à construção das casas, nem forneceu os documentos da terra permutada" (CURITIBA, 2008, p.76). A nova localidade não tinha nenhuma estrutura, nela os negros que foram enganados formaram o Quilombo Vila Esperança do Feixo.

Na região de *Curitiba*, os Quilombos foram formados por escravos fugidos da região e de outras localidades da região dos Campos Gerais e de São Paulo. Os negros fugiram pelo sertão e se embrenharam nas matas, para a sociedade da época, tornaram-se bandidos que deveriam ser capturados. "Para combater esses *bandidos*, cujo perigo era crescente, inclusive para os tropeiros que vinham dos sul, o capitão General de São Paulo autorizou a Câmara de Curitiba a nomear *Capitães do Mato*" (WACHOWICZ, 1995, p. 78 – grifos do autor) para saírem em busca dos negros e neles fazer a marca de 'fugidos', utilizando o ferro quente. Apesar de todas as perseguições e capturas realizadas, muitos dos escravos que fugiram obtiveram sucesso e alcançaram a liberdade por meio da formação das comunidades negras

na região de Curitiba, uma na região de Bocaiúva do Sul e duas na região de Campo Largo.

FIGURA 7 - Quilombolas em Bocaíuva do Sul

Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/quilombolas_2009/BOCAIUVA_DO_SUL.pdf

O **Quilombo de Areia Branca**, em Bocaiúva do Sul, foi formado por negros descendentes de Francisco Miguel da Rosa, negro escravo que após ter fugido da região de Curitiba foi capturado e teve sua mão-de-obra utilizada, "[...] por um criador de porcos, que colocou em prática, a seu serviço, os conhecimentos e as habilidades que havia herdado dos seus ancestrais: a construção de canoas e de monjolos" (CURITIBA, 2008, p.69). Após anos de escravidão, Francisco, que já tinha constituído família com uma negra escrava que também vivia na região, recebeu um pedaço de terra na qual formou o Quilombo Areia Branca.

Na região de Campo Largo formaram-se dois Quilombos: o **Quilombo de Palmital dos Pretos**, localizado a 83 quilômetros do município, foi formado por negros que vieram fugidos da região de Ponta Grossa, mais precisamente da Fazenda Santa Cruz, e de comunidades da região de Palmeira, cuja população, em 1853, era constituída por "[...] 1318 pessoas, repartidas da seguinte maneira: Brancos, 1028, mulatos e pardos 427 e pretos 363" (MICHAELE, 1969, p.99). Nesse Quilombo iniciaram atividades como agricultura de subsistência e extrativismo, principalmente a extração do palmito, muito abundante na região; e o **Quilombo de Sete Saltos**, que assim como o de Palmital dos Pretos, foi formado por negros fugidos da região de Ponta Grossa e das fazendas existentes em Palmeira.

FIGURA 8 - Quilombolas em Campo Largo

Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/quilombolas_2009/CAMPO_LARGO.pdf

Na região de Ponta Grossa os Quilombos se formaram nos municípios de Ponta Grossa e Castro. Em Ponta Grossa, que em 1853 contava com uma população de “[...] 3033 habitantes, que estavam assim relacionados quanto à cor: 1889 brancos, 746 mulatos e pardos e 398 pretos” (MICHAELE, 1969, p.100), os dois Quilombos da região tiveram sua origem atrelada a Fazenda Santa Cruz e os quatro Quilombos de Castro, atrelados a Fazenda Capão Alto.

FIGURA 9 - Quilombolas em Ponta Grossa

Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/quilombolas_2009/PONTA_GROSSA.pdf

A Fazenda Santa Cruz[37], pertencente à Família de Manuel Gonçalves Guimarães, português rico que no Brasil se dedicou a criação de animais na região de Curitiba, Ponta Grossa, Castro, Piraí e Palmeira, durante o auge do tropeirismo na região dos Campos Gerais, assim como as fazendas localizadas em Castro, também serviu de pouso para os tropeiros durante as viagens pelo caminho de Viamão.

> Os tropeiros saiam de Curitiba para os Campos Gerais no período de chuvas na região, cujos pastos eram abundantes para a engorda do gado. Após alguns meses iam para Sorocaba, ponto de parada dos rebanhos, onde acontecia uma grande feira em que aproximadamente 30.000 animais, procedentes da região dos Pampas, eram comercializados (NASCIMENTO, 2008, p. 28).

As terras da fazenda, com mais de 13 mil hectares de terras o trabalho na fazenda era organizado no modelo colonial da época, Manuel Gonçalves Guimarães adquiriu um grande número de escravos africanos que eram fiscalizados constantemente e tinham muitas obrigações para cumprirem no interior da fazenda "[...] os donos da fazenda eram os senhores conhecidos pelas maldades aplicadas aos negros, que eram revoltados pela falta de liberdade e pelos castigos aplicados durante a escravidão" (WALDMANN, 1992, p. 25). A principal atividade exercida pelos escravos na fazenda Santa Cruz era a criação de gado de corte, e, posteriormente a criação de porcos e cabritos. Trabalharam na construção da casa sede da fazenda, das senzalas e nos afazeres domésticos.

Com a morte desse fazendeiro, em 1818, a fazenda ficou sob a responsabilidade de seus dois filhos Joaquim Gonçalves Guimarães e Maria Clara do Nascimento. Joaquim Gonçalves Guimarães morreu em 1850, e, antes de sua morte havia concedido aos escravos a Carta de Alforria sob a condição de continuarem a servir a família até que ocorresse a libertação oficial dos escravos. Maria Clara do Nascimento morreu quatro anos após o irmão, em 1854, e deixou em testamento a metade da fazenda para seus escravos. Por muitas décadas o testamento de Maria Clara foi contestado, os negros que lá viviam não tinham

[37]Neste período histórico a delimitação das terras da Fazenda Santa Cruz abrangia as localidades de "[...] Fazenda Nova Santa Cruz, Campo da Porta, Invernadinha, Tabuleiro do Sutil, pertencentes ao município de Entre Rios, Distrito de Papagaios Novos e ao município de Palmeira". Atualmente a região da fazenda, na qual estão situados os dois Quilombos, pertence ao Distrito de Guaragi, município de Ponta Grossa. Sobre a Fazenda Santa Cruz ver: WALDMANN, 1992.

documentação para garantir a posse da terra, desta forma, por meio da revisão[38] do testamento, a extensão de terras herdadas por eles foi diminuindo progressivamente. Cabe aqui ressaltar que no inicio do século XIX, antes de ocorrer a doação das terras da fazenda e se formarem os Quilombos de Ponta Grossa, vários negros fugiram para os arredores de Curitiba em busca de liberdade, como já citado.

Outra região do Paraná, na qual os Quilombos foram formados a partir de fugas e rebeliões, é a de *Castro* nos Campos Gerais. Localizada no caminho de Viamão no período em que o tropeirismo estava no seu auge essa região abrigou em suas terras muitos tropeiros e comerciantes que por lá passaram. “As fazendas, que desenvolviam o criatório de animais para atender as tropas, foram s formando nos Campos Gerais, juntamente com a abertura dos caminhos, organizando e realizando as atividades de subsistência dos habitantes” (NASCIMENTO, 2008, p. 28).

A principal fazenda, na qual era possível acampar durante longos períodos de viagem, era a Capão Alto, originada da sesmaria concedida em 1704 a Pedro Taques de Almeida e que, posteriormente em 1751 foi adquirida pelos religiosos de Monte do Carmo[39] de São Paulo. Nesta fazenda centenas de cabeças de gado foram criados, currais construídos e muitos negros escravizados, o número de escravos particulares da fazenda era o maior da região do Paraná. O discurso ideológico propagado pela classe dominante, que defendia a escravidão exercida por religiosos, apoiava-se na teoria de que o escravo era um elemento rebelde, indisciplinado e mau, que deveria ser “abrigado” na fazenda para a sua recuperação.

Por volta de 1760 os carmelitas retiraram-se da região deixando as fazendas sob a responsabilidade de um administrador que cuidava dos interesses do local e dos escravos que nela residiam. Cem anos após a saída dos carmelitas, em 1864, a

---

[38] Essa revisão aconteceu nos anos de: 1876, 1878, 1895 e 1916. Ver: HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. Topoi. Rio de Janeiro, v.6, n.10, PP.143-191, jan. –jun. 2005.

[39] Os carmelitas tinham três fazendas em Castro dedicadas à pecuária: Capão Alto com 16.335 ha, Fundão com 9.801 e Cunhaporanga com 3.267 ha. Tinham fazendas, imóveis e propriedades em toda a província de São Paulo, em números fantásticos. Na cidade de São Paulo, onde estavam instalados desde 1597, tinham em 1835, 31 casas de aluguel, seis estabelecimentos de agricultura, uma fazenda de criar e 130 e tantos escravos, de onde provém o seu rendimento. Em Mogi das Cruzes, três casas de morada, cinco estabelecimentos de agricultura e 80 escravos; em Santos, 18 moradas de casas, quatro fazendas, terrenos que aforavam, e 140 escravos para rendimento, e assim por diante. (Horácio Gutiérrez, Fazendas de Gado no Paraná escravista, 2004, p. 123)

Fazenda Capão Alto foi vendida, e, além das terras e todas as dependências foram incluídos na venda os mais de trezentos escravos que nela residiam.

FIGURA 10 - Fazenda Capão Alto, formada em 1704, em Castro/PR

Fonte: CURITIBA, 1985.

O interesse dos novos proprietários da fazenda era o de levar para São Paulo o maior número de escravos possíveis para trabalharem nas fazendas de café, ficaram de fora apenas os velhos e os inválidos. Esse "[...] deslocamento resultava de transação comercial feita entre os frades carmelitas e a firma paulista de banqueiros e comerciantes escravistas Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião"[40] (INCRA, 2010, p.85). A negociação fez parte do tráfico interno de escravos no Brasil e visou suprir a falta da mão-de-obra escrava nas lavouras de café paulistas, escassas com a proibição da entrada de escravos no país por meio da promulgação da Lei Euzébio de Queiróz, em 1850. Se rebelando contra os novos donos, os negros da fazenda Capão Alto não aceitaram ser transferidos para o trabalho em São Paulo, "dos onze escravos apontados como cabeças do movimento foram presos, e no dia 10 de maio de 1864, a fazenda foi cercada, os negros levados ao terreiro. [...] dominados os escravos viram a policia invadir as senzalas" (CURITIBA, 1985, p.29).

Os negros "rebeldes", presos na Fazenda Capão Alto, foram encaminhados para as cadeias existentes em Castro e Curitiba, para posteriormente, serem entregues a firma paulista. Muitos dos escravos fugiram para locais distantes, cerca

[40] O documento com data de 27 de agosto de 1864, por meio do qual a Tesouraria Provincial redige carta cobrando da firma Gavião, Ribeiro Gavião, os impostos de saída dos escravos da fazenda Capão Alto, está disponível no acervo documental do Arquivo Publico do Paraná.

de sessenta e cinco quilômetros da região urbana de Castro, e formaram os Quilombos: **Serra do Apon, Limitão e Mamãs** “[...] divididos estrategicamente em dois grupos: os Acróbios foram para a Serra do Apon, em Faxinal de São João e na Porteira, e os Mamãs foram para a região que hoje tem este nome, no Ribeirão e no Imbuial” (CURITIBA, 2008, p.84). Entretanto, muitos negros não conseguiram fugir e foram levados para exercer o trabalho escravo nas lavouras de café paulistas. O outro Quilombo da região de Castro é o do **Tronco**, localizado a dez quilômetros da região urbana, cuja formação se deu a partir da fuga dos negros da Fazenda Cunhaporanga, uma das mais antigas da região que, assim com a Fazenda Capão Alto, pertencia aos padres Carmelitas e foi destinada à produção pecuarista.

FIGURA 11 - Quilombolas em Castro

Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/quilombolas_2009/CASTRO.pdf

Os negros escravizados que foram trazidos para a região de *Guarapuava*, no início do século XIX, vieram de São Paulo e de outras regiões da 5ª Comarca (Paraná). Alguns acompanhando a Expedição Colonizadora[41], em 1810, e outros em 1818, quando vieram para cuidar das terras que seus senhores, adquiriram por meio de sesmarias. Os senhores eram, em sua grande maioria, políticos paulistas e

[41] A Carta Regia de 05 de novembro de 1808 reconhecia que a ocupação dos Campos de Guarapuava (3º Planalto) apresentava-se como uma das prioridades para a efetiva posse do território paranaense. Duas foram às razões de fundamental importância: o recrudescimento das guerras espanholas no sul do Brasil, garantindo o princípio do "uti possidetis" e o domínio sobre os índios, que dificultavam a marcha de expansão da comunidade paranaense para o Oeste. Pare que esses objetivos fossem executados, preparou-se em 1809 uma expedição militar. Essa expedição foi composta por soldados que "soubessem lavrar e serrar madeiras; dois índios que soubessem a língua, trabalhadores que soubessem arrear tropas". Além de escravos e gado, lavradores cem farinha e feijão, que foram fornecidos pelos fazendeiros dos Campos Gerais e todos "os vadios para trabalhar na estrada que ia se abrir para a conquista" (MACEDO, apud, KROETZ, 1985, p.25).

também “[...] fazendeiros, criadores de gado e, como a criação de modo extensivo exigia grande espaço físico, alguns deles adquiriram mais de uma sesmaria, para onde enviaram parte de seus escravos” (MARCONDES, ABREU, 1991, p. 102).

O século XIX representou a conquista de terras localizadas no interior paranaense com a expansão de criadores de gado na região “[...] solidificando nas áreas dos Campos Gerais, de Guarapuava e de Palmas a manutenção da grande família patriarcal, escravocrata e latifundiária” (RITTER, 1982, p.45). Nas fazendas em Guarapuava os negros escravizados trabalharam em diversas funções. Dados apontados no Mapa Estatístico da População do Paraná[42], em 1854, mostraram o número de negros escravos que faziam parte da população de Guarapuava era de trezentos e setenta e nove, para um total de dois mil seiscentos e vinte habitantes, o que representava 14% da população local.

Por volta de 1836, os campos de Palmas foram conquistados pelas bandeiras formadas por José Ferreira dos Santos, que apoiado pelo governo provincial, chefiou um grupo de fazendeiros moradores de Guarapuava, que se reuniram para conquistar e povoar os campos de Palmas[43] e Pedro Siqueira Cortes, morador de Palmeira que não sendo aceito no grupo de José Ferreira dos Santos, “[...] organizou por sua vez uma bandeira com o mesmo objetivo lançou-se no sertão, abriu uma vereda abaixo do “passo” descoberto por Ferreira dos Santos, e saiu nos Campos de Palmas na sua maior extensão” (MARTINS, 1995, p. 293). Esses dois grupos disputaram as terras da região ficando cada um com uma parte.

Para a conquista dessas terras, o trabalho do negro foi explorado, “[...] a mão escrava foi a que mais contribuiu no desempenho das moradias, arrancando pedras dos morros e transportando-as até o local da obra, em carretão e zorras puxados por bois, ou mesmo pelo próprio punho do escravo” (BAUER, 2002, p. 153). Segundo dados apontados no Mapa Estatístico da População do Paraná de 1854, já citado, em Palmas, nesse período histórico, a população local era composta por setecentos e trinta e quatro pessoas, das quais cento e sessenta e oito eram escravas, que representava 23% das pessoas. Além do trabalho inicial com a construção das

---

[42] Dados contidos no Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1854.

[43]Em 1836, Guarapuava achava-se muito opulenta em riquezas e população habitada por abastados fazendeiros e negociantes, o campo todo povoado e coberto de animais de criar, não havendo mais lugar para se estenderem as fazendas e muito menos para o estabelecimento de novas, deliberaram alguns indivíduos para o Campo de Palmas. (RITTER, 1982, p.43). Para aprofundamento ver: LAGO, Lourdes Stefanello. Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.

casas e estabelecimento das fazendas, o escravo negro trabalhou na roça, na criação do gado e nos serviços domésticos.

Explorados e maltratados muitos se rebelaram e fugiram para locais distantes onde formaram os oito Quilombos na região de *Guarapuava:* em Candói, . Cabe aqui ressaltar que na região de Guarapuava existia um grande numero de negros, pois, em 1853 a região contava com "[...] 2610 habitantes, sendo: brancos 1193, mulatos e pardos 909, negros 418" (MICHAELE, 1969, p.99), ou seja, somando o número de mulatos, pardos e negros, estes representavam 50% da população local.

Em Candói o **Quilombo da Vila São Tomé** teve seu início com ocupação, feita por escravos fugidos, de terras pertencentes a alguns padres da região. Para os negros aquelas terras eram pertencentes dos 'santos', desta forma, não tiveram a preocupação de pedir aos padres alguma documentação que assegurasse a eles a posse das terras. Quando os padres foram embora a escritura desapareceu e os fazendeiros da região, ansiosos para tomarem posse das terras "[...] soltavam o gado, para engordar com o que os negros plantavam e vendo que mesmo assim os negros não saíam da terra, passaram a atear fogo nos paióis de colheita" (CURITIBA, 2008, p.90). Desta forma, os negros foram expulsos de suas terras, ficaram apenas com o mínimo possível para sobreviverem; formado também em Candói o **Quilombo Cavernoso** teve sua origem com a vinda de negros fugidos das fazendas locais. Outro Quilombo que foi formado na região foi o do **Quilombo Despraiado,** que se deu a partir da compra de alguns alqueires de terra da Fazenda Sepultura, na qual os negros foram escravizados e permaneceram após a abolição.

FIGURA 12 - Quilombolas em Candói

Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/quilombolas_2009/CANDOI.pdf

Em Guarapuava o **Quilombo Paiol da Terra**, diferentemente dos outros existentes na região, originou-se da doação de parte das terras da "[...] Fazenda Capão Grande área também conhecida por Fundão, deixada para os escravizados e alguns libertos por testamento da fazendeira Dona Balbina Francisca de Siqueira" (CURITIBA, 2008, p.92). Os negros que formaram o Quilombo nas terras da fazenda foram perseguidos e travaram uma luta constante contra os fazendeiros de Guarapuava que, por diversas vezes, contestaram o testamento deixado por Balbina. A disputa pelas terras herdadas se deu pela ânsia que os fazendeiros tinham em conquistar mais espaço para a instalação de novas fazendas e por não aceitarem que os negros pudessem ser proprietários de terras.

Em *Palmas* a exploração dos negros escravos se deu da mesma forma que em outras regiões do Paraná, os negros foram coisificados,

> [...] inúmeras foram às atrocidades contra os negros escravizados, usadas para mantê-los sob o jugo do trabalho escravo. Relegam-se ao esquecimento os registros de inúmeros negros escravos que foram compulsoriamente trazidos para trabalhar na localidade, ou que na região nasceram, agonizaram e morreram, seja pela precariedade do trabalho e das condições ambientais a que estavam sujeitos, seja pela mão cruel do escravizador. (ALVES, 2013, p.41)

Rebelando-se contra a crueldade com a qual foram tratados os negros fugiram das fazendas e formaram os três Quilombos da região. O **Quilombo São Sebastião do Rocio/Adelaide Maria da Trindade Batista;** O **Quilombo Fortunato/Castorina Maria da Conceição** e o **Quilombo Lagoão/ Tobias Ferreira.** Os integrantes dos três Quilombos tiveram a mesma origem, compondo ramificações das famílias: Batista, Fortunato e Ferreira. Assim como os negros dos Quilombos de Curitiba, os de Palmas também possuíam laços parentescos com os negros da região de Ponta Grossa e Palmeira. Acompanhando a bandeira de Pedro Siqueira Cortes no povoamento e ocupação da região de Palmas,

> [...] os ex-escravizados que haviam herdado de Maria Clara do Nascimento Guimarães parte da Fazenda Santa Cruz, situada na freguesia de Ponta Grossa, foram forçados pelo subdelegado de Palmeira a trabalhar como jornaleiros (trabalhadores que ganham por dia) na abertura da estrada (CRUZ, 2013, p.89 – grifos do autor).

Obrigados a trabalhar como escravos, apesar de serem libertos e herdeiros das terras da Fazenda Santa Cruz, na região dos Campos Gerais, os negros tiveram

que obedecer as ordens do subdelegado, ou seja, não eram mais escravos da fazenda, mas ainda eram vistos como tal pela sociedade da época.

Na região do *Turvo, e*m 1867, existiam doze fazendas nas quais se criavam o gado. O número de escravos na região era grande fato que pode ser constatado por meio dos resquícios deixados por eles como as taipas que foram construídas na época (PORTELLA, 2001). Destas fazendas os negros escravos se rebelaram e fugiram formando o **Quilombo Campina dos Morenos**, que teve sua origem com a fuga de escravos que fugiram das fazendas da região, bem como de outras localidades do país, no final do século XIX.

FIGURA 13 - Quilombolas em Turvo

Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/quilombolas_2009/TURVO.pdf

Em *Prudentópolis* a chegada de negros escravos remonta no final do século XVIII. Neste período histórico os escravos que fugiram de diferentes regiões do Paraná e de São Paulo formaram o Quilombo **São Roque**. Nesse Quilombo as terras eram compartilhadas por todos os negros que lá chegaram, os negros trabalharam na agricultura de subsistência, na criação de animais e no cultivo do fumo. Com a chegada dos imigrantes ucranianos, poloneses e alemães na região, por volta de 1900, as terras nas quais o Quilombo estava localizado foram distribuídas pelo Estado. Nelas os imigrantes foram construindo suas casas, fato esse que acabou por dividir o Quilombo em duas comunidades, o Quilombo de **São Roque** e o Quilombo **Rio do Meio** (CURITIBA, 2008).

Em Guaíra, está localizado o **Quilombo Manoel Ciriaco dos Santos** formado também do final século XIX. Esse Quilombo teve seu inicio quando negros descendentes de escravos que tiveram seu trabalho explorado nas minas de ouro

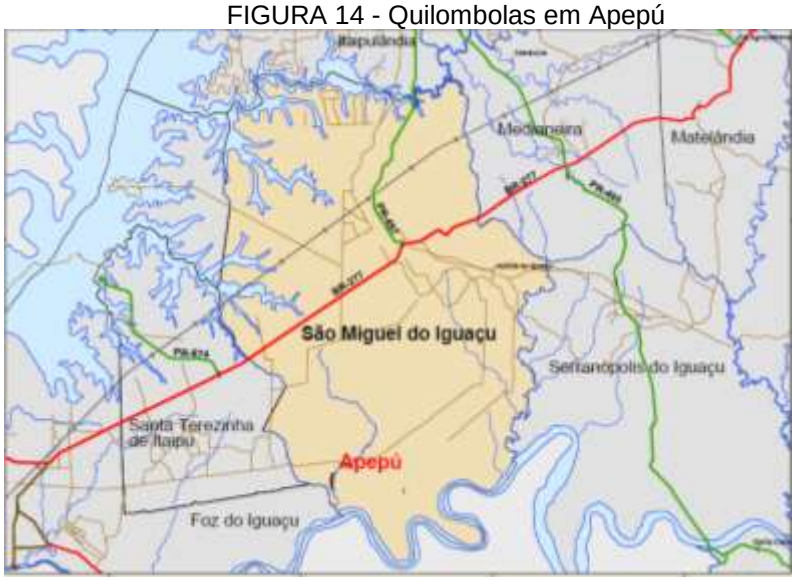
em Minas Gerais e nas lavouras de café em São Paulo estabeleceram morada no local. O casal, José João Paulo e Maria Joana, trabalharam nessas minas e sofreram todas as atrocidades exercidas contras os escravos na região. Sem terem as mínimas condições necessárias para a sobrevivência, eles criaram os cinco filhos com,

> [...] *os restos, que seu sinhô dava, e ás vezes ficavam até sem comer, e às vezes misturavam terra no meio da comida para render mais porque a comida era pouca, até a água era retirada da mina, eles tinham que beber água suja para poder até cozinhar, aí se um nego chegasse perto dessa mina, eles era amarrado e chicoteados e ficavam preso numa das parte da senzala e ficavam muito dia, até sem comer e doentes por causa das chicotadas que eles levavam em Minas Gerais* (Testemunho de José Maria Gonçalves, apud, HOFFMANN, 2012, p.73).

Por décadas os filhos e netos do casal, assim como eles, foram explorados e, mesmo depois de alforriados, continuaram a trabalhar para os senhores sob as mesmas condições às quais seus antepassados foram submetidos. Somente a partir da quarta geração, com os bisnetos de José João Paulo e Maria Joana, o ciclo de vida da família na região de Minas Gerais alterou-se quando os mesmos foram para São Paulo e para o Paraná em busca de uma nova vida. Manoel Ciriaco dos Santos, um dos bisnetos do casal, deu inicio a formação da comunidade negra na região de Guaíra a qual, posteriormente, recebeu o seu nome.

Em São Miguel do Iguaçu no Quilombo de **Apepú** teve sua origem no final do século XIX com a vinda de trabalhadores livres e ex-escravos para o trabalho na construção das ferrovias e das linhas telegráficas no Paraná. Neste contexto foi fundada “[...] uma colônia militar na Foz do Iguaçu e abertura de uma estrada que a ligasse a Guarapuava, e a construção de uma linha telegráfica de Guarapuava à Foz do Iguaçu, com um ramal para a colônia militar de Chopim” (PONDÉ, 1994, p. 35). O objetivo era o de criar a ligação, por meio da abertura das estradas e da instalação do telégrafo, entre Guarapuava e a fronteira do país, além, de desbravar e ocupar as terras do Oeste paranaense. Após a instalação da linha, em 1905, os negros receberam um pedaço de terra na qual formaram o Quilombo Apepú. O espaço cedido era o equivalente a “[...] oitenta alqueires de terras onde hoje é São Miguel do Iguaçu. Dessas terras restaram apenas vinte alqueires, pois no decorrer do avanço da fronteira agrícola no sudoeste foram-lhe tomando/ ”comprando” pedaço por pedaço” (CURITIBA, 2008, p.106- grifos do autor).

FIGURA 14 - Quilombolas em Apepú




Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/quilombolas_2009/SAO_M_DO_IGUACU.pdf

Em *Ibaiti* os negros se organizaram no município de Curiúva, no inicio do século XIX, formando os dois Quilombos da região. O **Quilombo Água Morna** teve sua origem a partir da fuga de um casal de escravos[44]. Estes andaram por muitos quilômetros, até encontrarem um local no qual acharam conveniente habitar, trouxeram consigo seus poucos pertences e a esperança pela conquista da liberdade e do livramento do sofrimento. Eles vieram de local desconhecido, *"andando, com balaieiro na cabeça, mudança né, e parava nos trecho assim, e pousavam, tornavam a viajar de novo com a tralheira nas costas, até chegar Água Grande*[45] *[onde começou a ocupação do território]"* (COFRÉ, 2010, p.62). Durante o trajeto o casal Maurício Carneiro do Amaral e Maria Benedita de Jesus encontraram outros negros que também estavam fugindo da escravidão e que os acompanharam na caminhada.

A busca por um lugar no qual pudessem habitar, sem a opressão e a humilhação, foi motivada pela negação ao sistema escravista e pelo sonho de liberdade. As terras escolhidas para moradia eram cobertas por matas nativas, nas quais, colheram o pinhão, o palmito e a caça de animais para o consumo da carne. Trabalharam a terra da qual retiraram o alimento para a sobrevivência da comunidade, cultivaram milho, feijão, mandioca e batata doce.

---

[44] Não existem dados que confirmem a data aproximada dessas fugas, e, consequentemente a data da formação dos dois Quilombos da região de Ibaiti. As informações sobre essa localidade divergem, alguns estudos apontam a informação de que esse Quilombo se formou a partir da doação das terras da Fazenda Agua Morna aos escravos que nela residiam.

[45] Agua Grande é a denominação da localidade onde o Quilombo começou, era considerada pelo grupo como um local sagrado, no qual se reuniam para rezar.

FIGURA 15 - Quilombolas em Ibaiti

Fonte: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/quilombolas_2009/CURIUVA.pdf

O sossego e a tranquilidade do Quilombo de Agua Morna deixaram de existir quando as terras nas quais os negros se estabeleceram passaram a chamar a atenção de pessoas que, aos poucos, foram se estabelecendo na vizinhança. As disputas pelo espaço territorial começaram quando um compadre do casal, fundadores da localidade, vendeu para pessoas não pertencentes ao Quilombo os "[...] pinheiros que ocupavam aquela área. Este elabora um documento e a faz assinar dizendo que ia vender o pinhal em seu lugar. Só que, o compadre acabou vendendo os pinheiros, e junto com eles, a terra" (COFRÉ, 2010, p.71). O interesse pelas terras da comunidade quilombola, por parte de pessoas de fora, tendeu a aumentar a ponto de serem utilizados artifícios violentos, como a queima de casas, com o intuito de oprimir e pressionar os negros, que aos poucos foram sendo obrigados a deixarem as suas terras.

O outro Quilombo da região de Ibaiti é o de **Guajuvira**, formado pelo casal de negros africanos, Rita Francisca dos Impossíveis e Thomé Rodrigues Ferreira, considerados africanos "livres" [46]. Rita e Thomé foram traficados da África para o Brasil, em medos do século XIX, período esse em que o tráfico era considerado atividade ilícita e os escravos negros que fossem encontrados em navios clandestinos eram considerados "livres'" "[...] e, que, por esse motivo, receberiam uma "Carta de Alforria" que permitiria posteriormente a que fossem "empregados em

[46] Para aprofundamento ver: SILVA, Luiz Geraldo, PORTELLA, Bruna Marina, SOUZA, Fernando Prestes de. (2009) Guajuvira: dos "africanos livres" aos "quilombolas remanescentes". (Texto produzido pela equipe de História para o Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Guajuvira com base no Projeto Direito à Terra e Comunidades Quilombolas no Paraná).

qualidade de Criados ou trabalhadores livres"" (COFRE, 2010, p.96 - grifos do autor). Rita e Thomé, após serem encontrados em uma embarcação no litoral paranaense, tiveram como destino o aldeamento de São Pedro de Alcântara, onde viveram juntamente com a população indígena do local. Neste aldeamento eles se casaram e tiveram um filho, e em 1885, já com a carta de emancipação recebida em 1865, o casal recebeu a autorização para poder permanecer, como proprietários, nas terras do aldeamento que passou a denominar-se de Guajuvira. Entretanto, apesar da pose da terra ter sido feita pelo casal, em 1886, somente em 1899 é que se deu o processo de demarcação do terreno, processo esse que ocorreu em 1902, sendo finalmente concluído em 1912 com a elaboração do titulo de domínio pleno favorecendo o casal e sua família (COFRE, 2010). O Quilombo de Guajuvira foi um dos poucos existentes no Paraná que foram formados a partir da pose das terras.

A partir do exposto evidencia-se que, assim como no restante do País, os Quilombos formados no Paraná, durante o período em que a escravidão dos negros foi praticada, representaram o movimento de resistência e de negação ao sistema escravocrata. Muitos autores negaram por décadas a presença do negro no Paraná, entretanto, o negro teve participação efetiva na economia paranaense desde os tempos primórdios de sua existência.

Com a abolição da escravatura, em 1888, e o início do período republicano no Brasil, o negro paranaense como "cidadão emancipado", "teve" garantido, teoricamente, os mesmos direitos da população branca e livre, direitos esses apontados na Constituição de 1891. Entretanto, a luta e a resistência dos negros contra a opressão e a discriminação praticada pela classe dominante não se encerrou no período pós-abolição, elas apenas se modificaram. Por meio dos movimentos negros, ocorridos nas primeiras décadas do século XX, foram reivindicados os direitos políticos, econômicos e sociais, proclamados pelos republicanos, dentre eles o acesso à educação pública e gratuita oferecida pelo Estado, assunto este que será abordado no próximo capítulo.

QUADRO 4 - Quilombos no Paraná: origem e período de criação

(continua)

| **Região – Adrianópolis** | **Origem** | **Data/ aproximada** |
|---|---|---|
| João Surá | Fugas – Minas de ouro Apiaí/SP | 1800 |
| Praia Do Peixe | Fugas - Iguape/SP | 1806 |
| Porto Velho | - | 1750 |
| Sete Barras | - | 1850 |
| Córrego Das Moças | - | 1800 |
| São João | Fugas - El Dourado Paulista | 1760 |
| Córrego Do Franco | - | 1760 |
| Estreitinho | Egressos de Quilombos da região do Ribeirinha | - |
| Três Canais | Fugas – Cananéia - São Paulo e de outras regiões do Paraná. | 1870 |
| Bairro Dos Roque | - | 1850 |
| Tatupeva | Egressos de Quilombos localizados em Minas Gerais | - |
| | | |
| **Região – Doutor Ulysses** | **Origem** | **Data/aproximada** |
| Varzeão | Pagamento | 1800 |
| Queimadinhos | Fugas | 1850 |
| | | |
| **Região – Castro** | **Origem** | **Data/aproximada** |
| Serra do Apon | Fugas- Fazenda Capão Alto | 1860 |
| Mamãs | Fugas- Fazenda Capão Alto | 1860 |
| Limitão | Fugas- Fazenda Capão Alto | 1860 |
| Tronco | Fugas- Fazenda Cunhaporanga | - |
| | | |
| **Região - Ponta Grossa** | **Origem** | **Data/aproximada** |
| Sutil | Doação- Fazenda Santa Cruz | 1854 |
| Santa Cruz | Doação- Fazenda Santa Cruz | 1854 |
| **Região – Curitiba** | **Origem** | **Data/aproximada** |
| Bocaíuva do Sul - Areia Branca | Doação | - |
| Campo Largo - Palmital dos Pretos | Fugas – diversas regiões dos Campos Gerais | 1800 |
| Campo Largo - Sete Saltos | Fugas – diversas regiões dos Campos Gerais | - |
| **Região – Lapa** | **Origem** | **Data/aproximada** |
| Restinga | Doação de terras | 1800 |
| Feixo | Doação de terras | - |
| Vila Esperança | - | - |

QUADRO 4 - Quilombos no Paraná: origem e período de criação

(conclusão)

| **Região – Paranaguá** | **Origem** | **Data/aproximada** |
|---|---|---|
| Rio Verde | Fugas - Município de Cananéia/SP | - |
| Batuva | Fugas - Município de Cananéia/SP | - |
| | | |
| **Região- Guarapuava** | **Origem** | **Data/aproximada** |
| Despraiado | Compra – Fazenda Sepultura | 1800 |
| Vila Tomé | Fugas | - |
| Cavernoso 1 | Fugas | - |
| Invernada Paiol de Telha | Doação – Fazenda Capão Grande | 1860 |
| Adelaide Maria da Trindade Batista | Povoamento da região – Bandeiras Paulistas | 1836 |
| Maria da Conceição | Povoamento da região – Bandeiras Paulistas | 1836 |
| Tobias Ferreira | Povoamento da região – Bandeiras Paulistas | 1836 |
| Campina dos Morenos | Fugas- Fazendas/Turvo | 1850 |
| São Roque | - | 1750 |
| Rio do Meio | - | 1750 |
| | | |
| **Região-Toledo** | **Origem** | **Data/aproximada** |
| Manoel Ciriaco dos Santos | - | 1900 |
| Apepú | Pagamento | 1900 |
| | | |
| **Região – Ibaiti** | **Origem** | **Data/aproximada** |
| Água Morna | Doação- Fazenda Água Morna | - |
| Guajuvira | Doação- Fazenda Guajuvira | - |

Fonte: Elaborado pela autora com base em: CURITIBA, ITCG, 2008.

# CAPITULO II
# O SISTEMA CAPITALISTA COMO MOVIMENTO ANTAGÔNICO À ESCRAVIDÃO NO PARANÁ

> *[...] e sem a emancipação successiva dos actuaes cativos , nunca o Brasil firmará a sua independência nacional, e segurará e defenderá a sua liberal Constituição; nunca aperfeiçoará as raças existentes, e nunca formará, como imperiosamente o deve, hum exercito brioso, e huma marinha florescente. Sem liberdade individual não pode haver civilisação nem solida riqueza (SILVA, 1825, p.40).*

O liberalismo teve como principio fundamental a "liberdade", e, quando o "[...] indivíduo, ao se associar com outros indivíduos, passa a viver em sociedade, a liberdade torna-se o seu bem supremo e, enquanto tal tem preponderância sobre qualquer outro bem que possa ser imaginado" (CHAVES, 2007, p.7). Essa liberdade deveria ser garantida por meio de um espaço privado, e o Estado[47] a obrigação de garantir esse espaço, deste modo, para o liberalismo a liberdade é um bem supremo nas relações dos indivíduos entre si e nas relações com o Estado.

Para o materialismo histórico e dialético, o liberalismo não é uma doutrina ou filosofia liberal, mas sim, uma ideologia da classe dominante. Tomando por ideologia um instrumento de dominação que a classe dominante, utiliza para reprimir as outras classes, sendo essa dominação perpetuada por meio da transmissão de ideias de liberdade, igualdade, etc., que são tomadas como verdadeiras. A ideologia é

> [...] uma consciência equivocada, falsa, da realidade. Desde logo, porque os ideólogos acreditam que as ideias modelam a vida material, concreta, dos homens, quando se dá o contrário: de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si. Não são, portanto, a ideia Absoluta, o Espírito, a Consciência Crítica, os conceitos de Liberdade e Justiça, que movem e transformam as sociedades. Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais. Não é o Estado, como pensava Hegel, que cria a sociedade civil: ao contrário, é a sociedade civil que cria o Estado (MARX, 1968, p. 11).

A liberdade não deve depender da propriedade privada, pois, o homem é verdadeiramente livre quando não é forçado a vender sua força de trabalho. Para Marx a execução do trabalho faz com que o homem se perverta a ponto de não ter o

[47] Estado – surge com a instituição da propriedade privada – ver Engels 1991

quer comer, e, quanto mais trabalhar menos condições terá para satisfazer as suas necessidades. (1983).

O trabalho como elemento de subordinação ao capital, onde o homem o exerce de forma alienada, tem sua expressão máxima revelada na perda do que o homem produz por meio do trabalho, e no próprio ato da produção, no qual ele é excluído. A alienação do trabalhador se dá quando o trabalho é algo exterior a ele, quando se torna uma atividade que não satisfaz nenhuma necessidade imediata e sim apenas um meio para garantir um salário no final do mês. Neste processo de produção material, o trabalhador se distancia do que produz e,

> [...] torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2011, p.111 – grifos do autor).

Assim, a alienação surge e se desenvolve a partir da divisão social do trabalho, ou seja, ela não é própria do trabalho do homem, mas é característica do trabalho exercido pelo homem em determinadas condições materiais.

> [...] a divisão social do trabalho no capitalismo estabelece o lugar dos indivíduos na sociedade, colocando-os em classes sociais opostas: a classe dos proprietários dos meios de produção e a classe dos que possuem apenas a sua força de trabalho para vender no mercado de trabalho, em relações baseadas na exploração dos trabalhadores pelos que são proprietários e, realmente, controlam os meios de produção (NASCIMENTO, 2009, p.4).

Na sociedade capitalista o trabalho representa o dinheiro e a posse, isso faz com que o homem necessite cada vez mais de trabalho e, consequentemente, de dinheiro. Esta forma alienada torna o homem totalmente dependente deste sistema, pois essa necessidade de se obter o dinheiro constitui-se na “[...] verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz. A quantidade de dinheiro torna-se progressivamente a sua única propriedade” (MARX, 2001, p.149).

O capitalismo não se apresentou num mesmo período histórico para todos os países, portanto, não se pode afirmar que exista uma única história do capitalismo no mundo, mas sim “[...] uma coleção de histórias do capitalismo, todas com uma

semelhança geral de forma, mas cada qual separadamente datada no que diz respeito aos seus estágios principais" (DOBB, 1981, p.30). No entanto, o capitalismo segue sempre seu principal objetivo, ou seja, o de explorar o trabalho realizado pelos homens utilizando-se do discurso liberal, que, ideologicamente garante aos homens os direitos naturais de liberdade e igualdade. Assim, como o Capitalismo não se apresenta da mesma maneira em diferentes períodos históricos, o liberalismo que está atrelado ao capitalismo, também se modifica para atender as necessidades deste.

## 2.1 As ideias liberais na contramão da escravidão

No Brasil o liberalismo e o capitalismo se apresentaram de forma distinta, uma vez que a estrutura econômica do País não era igual à da Europa[48], baseada no trabalho camponês, mas sim na exploração rural que se perpetuou desde o início da colonização brasileira e se adaptou ao sistema capitalista de produção, em um processo de desenvolvimento de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (PRADO JUNIOR, 1986).

No início do século XIX, paralelamente a exploração do trabalho escravo, as ideias liberais sobre a propriedade privada e o trabalho livre e assalariado, começaram a despontar no Brasil. Os princípios do liberalismo, liberdade, igualdade e fraternidade, se apresentaram juntamente com o capitalismo, quando o País passou a incorporar as ideias de liberdade de comércio e de representação política para a classe dominante brasileira. Diferentemente do liberalismo Clássico Europeu[49], cujos objetivos foram os de superação do feudalismo, no Brasil o Liberalismo se apresentou como uma ruptura com os vínculos coloniais.

---

[48] O capitalismo surgiu na Europa, no século XVI, como resultado das grandes navegações que estabeleceram ligações marítimas entre os continentes, fator esse que gerou a formação de um mercado mundial. Neste período histórico o capitalismo era essencialmente manufatureiro que, apoiado pelas monarquias absolutas, além das possibilidades econômicas para seu desenvolvimento, dependia também do apoio político para poder exercer as atividades de compra e venda nos mercados. O processo histórico de desenvolvimento do capitalismo manufatureiro foi lento, sempre dependente do apoio e das lutas entre as nações europeias (HOBSBAWM, 1970).

[49] O liberalismo clássico teve sua origem atrelada ao capitalismo, nos séculos XVI e XVIII na Europa, período esse marcado pela transição do feudalismo para o capitalismo. Foram condições para seu surgimento: o desenvolvimento do empirismo, o racionalismo, a reforma religiosa, o surgimento do comércio e das cidades. Nascido para atender aos interesses da burguesia, o liberalismo apresenta-se como uma [...] expressão historicamente necessária do modo de produção capitalista, não só na fase de estruturação e consolidação – na qual o liberalismo foi imposto como visão de mundo através da qual a burguesia dirigiu o processo de luta contra a antiga ordem e a construção da nova – como

> Na Europa, o liberalismo era uma ideologia burguesa voltada contra as Instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo ao desenvolvimento da economia. No Brasil, as ideias liberais teriam um significado mais restrito, não se apoiariam nas mesmas bases sociais, nem teriam exatamente a mesma função (COSTA, 1999, p.32).

As reivindicações a favor da Independência do Brasil, ocorrida em 1822, foram feitas pela classe dominante que ansiava pelo domínio do Estado brasileiro, que até então, estava nas mãos de Portugal. E também por políticos brasileiros que se posicionaram nesse sentido, pois, queriam um Estado no qual fossem perfeitamente representados, dentre eles: Visconde de Cayru, José Bonifácio, José Clemente Pereira e Gonçalves Ledo. Desta forma, "[...] os princípios liberais não se forjaram, no Brasil, na luta da burguesia contra os privilégios da aristocracia e da realeza. Foram importados da Europa" (COSTA, 1999, p.32), e não chegaram aleatoriamente e de maneira deslocada, mas, reproduziram exatamente o que os seus defensores queriam.

Os principais interessados em disseminar as ideias liberais no Brasil foram os representantes da classe que detinham o poder econômico da época, dentre eles encontravam-se proprietários de muitas terras e donos de escravos que estavam interessados na abertura dos portos às nações amigas[50] com o objetivo de integrar o país ao capitalismo europeu, por meio da economia de exportação e importação. O processo de independência do Brasil significou um arranjo político,[51] no qual houve apenas uma transferência de poderes, cujo objetivo foi o de libertar o Brasil de Portugal visando ao livre comércio, mas, manter a estrutura econômica e social baseada no trabalho escravo.

> Os adeptos das ideias liberais pertenciam às categorias rurais e sua clientela. As camadas senhoriais empenhadas em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária não estavam, no entanto, dispostas a renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava (COSTA, 1999, p. 30).

---

também nas fases seguintes, de crescente expansionismo, nas quais a burguesia precisou de disponibilidade subjetiva para que o capitalismo fosse aceito como natural e necessário, identificado a progresso, desenvolvimento, democracia (WARDE, 1984, p.25).

[50] A abertura dos portos ocorreu oficialmente com a vinda da família real para o País, em 1808. A Inglaterra foi um dos países que beneficiou com a abertura dos portos ao enviar para o Brasil todos os tipos de mercadorias, dentre elas, muitas que não apresentavam serventia alguma para a população brasileira.

[51] Durante o período imperial ocorreram tensões e conciliações entre os grupos políticos existentes no Brasil. Ver: CARVALHO, 2003. MATTOS, 2004.

O termo liberal, até meados do século XIX, foi utilizado pela classe dominante brasileira: economicamente - como liberdade para comprar, vender e produzir; politicamente - significou a liberdade de representação política, concretizada com a Independência em 1822. Socialmente - o termo liberal significou a liberdade que o proprietário tinha de manter o negro escravizado por meio da coação jurídica; e liberal em defesa da liberdade de compra da propriedade privada, adquirida nesse contexto por meio da aquisição de terras.

O liberalismo no Brasil consolidou o atributo principal do capitalismo, ou seja, a busca pela conquista de riquezas por meio da exploração do homem pelo homem. Embora o liberalismo no país tenha se apresentado com nova roupagem e em diferentes contextos, o objetivo maior foi alcançado por meio da garantia da concentração do lucro nas mãos da classe dominante (BOSI, 1988). Neste contexto, o Brasil surgiu como um País moderno e,

> [...] a opção por uma monarquia constitucional de base liberal teoricamente considerava todos os homens cidadãos livres e iguais. Apesar disso, a instituição da escravidão permaneceu inalterada, garantida que era pelo direito de propriedade reconhecida na nova Constituição (MATTOS, 2000, p. 7).

Após sua Independência política, o Brasil passou a depender[52] cada vez mais do comércio com a Inglaterra, fato esse que acarretou no desprestígio do produto brasileiro frente aos produtos ingleses, e, "[...] mais grave ainda: depois da Independência o país passara a dever milhões de libras à Inglaterra. Esta se tornara a mediadora entre Portugal e o Brasil" (COSTA, 2008, p.25). A partir dos primeiros empréstimos, a dívida da classe dominante brasileira aumentou e a Inglaterra era solicitada sempre que necessário, desta forma, se abriu espaço para que ela interferisse nas questões nacionais, dentre elas a abolição da escravatura.

A partir dos ideais liberais, foram questionadas as origens da escravidão, pautada nas doutrinas da Igreja Católica, que determinava o destino dos negros como sendo vontade divina. Passou-se "[...] a criticar a escravidão em nome da moral, da religião e da racionalidade econômica. Descobriu-se que o cristianismo era incompatível com a escravidão e o trabalho escravo menos produtivo do que o livre"

[52] Esta dependência datava da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, quando D. João VI, em recompensa pela ajuda que os ingleses lhe haviam prestado naquela ocasião, considera-lhes vários privilégios comerciais. Com os tratados comerciais de 1810, a Inglaterra passa a usufruir de uma situação privilegiada no mercado brasileiro. Graças a tarifas favoráveis, produtos ingleses invadiram o mercado brasileiro. Simultaneamente, a Inglaterra tornou-se a maior compradora dos produtos nacionais (COSTA, 2008, p.25).

(COSTA, 2008, p.14). As pressões externas feitas pela Inglaterra contra a escravidão no Brasil intensificaram-se com a assinatura da Convenção entre o Império e a Grã-Bretanha, em 23 de novembro de 1826, na qual ficou estipulada a abolição da escravidão e a declaração da ilegalidade do comércio interatlântico de escravos negros. No artigo I, ficou declarado que em até três anos após a assinatura da Convenção, aqueles que praticavam o tráfico de escravos deveriam se adequar e não mais praticar tal atividade, pois,

> *Acabados tres annos depois da troca das Ratificações do presente Tratado, não será licito aos Subditos do Imperio do Brasil fazer o Commercio de Escravos na Costa d'Africa, debaixo de qualquer pretexto, ou maneira qualquer que seja. E a continuação deste Commercio, feito depois da dita época, por qualquer pessoa subdita de Sua Magestade Imperial, será considerada, e tratada de pirataria (BRASIL, 1826, p. 390-391).*

Os princípios liberais de liberdade e igualdade de direitos de todos os indivíduos foram divulgados no País e a questão da escravidão começou a ser discutida e os discursos a favor da gradual emancipação[53] dos escravos se fizeram presentes. A escravidão foi colocada como incompatível com esses princípios e,

> [...] constituiria o limite do liberalismo no Brasil. Em todos os movimentos revolucionários levantou-se o problema da escravidão. Apesar das eventuais divergências de pontos de vista entre os participantes, acabou prevalecendo sempre a opinião dos que eram contrários à emancipação dos escravos (COSTA, 1999, p.22).

Os abolicionistas da época, influenciados pelas ideias liberais europeias, propagaram que a liberdade deveria ser concedida aos escravos em doses homeopáticas para que não houvesse prejuízos para o País. José Bonifácio de Andrada e Silva[54], por meio de uma "Representação sobre a Escravatura" [55], que

---

[53] O termo/conceito de Emancipação possui várias interpretações: O **Dicionário Houaiss** da Língua portuguesa apresenta a seguinte definição para o termo: substantivo feminino, ato ou efeito de emancipar (-se) 1qualquer libertação; alforria, independência. No **Dicionário de Filosofia,** Nicola Abbagnano (p. 362), define o conceito como: 1 Processo de libertação da humanidade em relação a qualquer vínculo religioso, político, econômico etc. que impeça sua plena realização. Tom Buttomore, no **Dicionário Marxista** (p.181,182), explicita que o conceito de emancipação está relacionado à concepção de liberdade. Na perspectiva liberal clássica, trata-se da "ausência de interferência ou, ainda especificamente, de coerção. Para os marxistas a liberdade é vista em termos da eliminação dos obstáculos da emancipação humana, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e a criação de uma forma de associação digna da condição humana". Para aprofundamento ver: Marx - A questão judaica; Contribuição a Crítica da Filosofia de Hegel – Introdução e Manuscritos Econômicos filosóficos. No **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil** Clóvis Moura define o termo Emancipado como: o Africano Livre.

54 Filho de família aristocrata portuguesa, José Bonifácio nasceu em 1793, em Santos, no litoral da então Capitania de São Paulo. Conhecido como "Patriarca da Independência" era um homem de ciência, mineralogista, químico, botânico, político, administrador, parlamentar, escritor, poeta e

seria apresentada à assembleia constituinte do Brasil em 1823, defendeu o trabalho livre frente ao trabalho escravo. Para ele era preciso convencer os brasileiros de que o trabalho livre e assalariado renderia mais lucros do que o trabalho escravo.

> *Causa raiva, ou riso vêr vinte escravos occupados em transportar vinte sacos de assucar, que podião conduzir huma ou duas carretas bem construídas com dois bois ou duas bestas muares. A lavoura do Brasil, feita por escravos boçaes e preguiçosos, não dá os lucros , com que homens ignorantes e fantásticos se illudem. Se calcularmos o custo actual da acquisição do terreno, os capitães empregados nos escravos que o devem cultivar , o valor dos instrumentos ruraes com que deve trabathar cada hum destes escravos, (i) sustento e vestuário, moléstias reaes e affectadas, e seu curativo, as mortes numerosas filhas do máo tratamento e da desesperação , as repetidas fugidas aos inatos, e quilombos, claro fica , que o lucro da lavoura deve ser mui pequeno no Brasil, ainda a pezar da prodigiosa fertilidade de suas terras , como mostra a experiência (SILVA, 1825, p.17)*

Legitimando as ideias liberais de liberdade e igualdade entre os homens, os abolicionistas, preconizaram que a escravidão não era mais compatível com a sociedade brasileira, pois, em uma sociedade civil que defende a justiça e a felicidade dos homens, como pode um homem

> *[...] roubar a liberdade de outro homem, e o que he peór, dos filhos deste homem, e dos filhos destes filhos ? Mas dirão talvez que se favorecerdes a liberdade dos escravos será attacar a propriedade. Não vos illudaes, Senhores , a propriedade foi sanccionada para bem de todos, e qual he o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturaes, e se tornar de pessoa a cousa, na phrase dos Jurisconsultos ? Não he pois o direito da propriedade, que querem defender, he o direito da força, pois que o homem, não podendo ser cousa, não pôde ser objecto de propriedade. Se a lei deve defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não pode ser propriedade de ninguém (SILVA, 1825, p.20-21).*

Nos discursos os abolicionistas defenderam a emancipação gradual do escravo, pois, o negro era visto como um animal, e como tal, precisava ser domesticado para poder viver livremente em sociedade, fato esse que se daria por meio de uma gradual preparação. “[...] A ideia de revolução esbarrava sempre no receio de uma revolta de escravos. O comportamento dos revolucionários, com exceção de poucos, era frequentemente elitista, racista e escravocrata” (COSTA, 1999, p.22). Desta forma, propuseram que, para emancipar os escravos em sua

---

pensador social. Foi influenciado pelos pensadores Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Descartes, Locke, Leibniz entre outros.

[55] A Representação, escrita por Bonifácio, deveria ser apresentada na Assembleia Constituinte de 1823, no entanto, esse texto não pôde ser lido em virtude da sua dissolução por D.Pedro I, em 1823. Com o fechamento da Constituinte, José Bonifácio foi exilado e a sua representação somente foi publicada em 1825, em Paris.

totalidade, era preciso, em primeiro lugar, inculcar os ideais liberais nos negros convertendo-os em homens livres.

A partir dessas pressões, foi criada a primeira lei brasileira contra a escravidão, promulgada em sete de novembro de 1831, também conhecida com a Lei Feijó, que proibia a importação de escravos africanos para o País. A referida lei apresentava um discurso voltado para as questões humanitárias, no entanto, a real intenção dos legisladores fora a de apenas cumprir uma formalidade entre o Brasil e a Inglaterra, pois, na prática ela nunca fora executada, fato esse evidenciado na grande quantidade de escravos que foram trazidos para o País no período posterior a 1831. E ainda que ilegal, "[...] o tráfico continuava sendo considerado legítimo pela maioria da população. Fortunas enormes continuavam a ser feitas à custa do tráfico de escravos e negreiros ilustres continuavam a circular entre as elites da época" (COSTA, 2008, p.26). A lei de 1831 foi burlada e foram trazidos para o Brasil mais de três milhões de africanos para trabalharem como escravos após esse período histórico.

Até meados do século XIX, apesar da Lei de 1831, muitos negros foram traficados da África para o Brasil. A mão-de-obra do negro escravo foi muito requisitada, neste período histórico, para ser explorada nos engenhos de açúcar e na mineração. A partir do crescimento da produção cafeeira no País, em 1850, houve o aumento da procura da mão-de- obra escrava para as lavouras cafeeiras de São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, os donos dos cafezais começaram a sentir dificuldades para suprir a falta de escravos, visto que, nesse mesmo ano, foi assinado o decreto que proibia a entrada de escravos africanos no País. A Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, estabeleceu medidas para reprimir o tráfico,

> [...] um dos artigos determinava o julgamento dos infratores pelo Almirantado brasileiro, passando, assim, para o governo central o poder de julgar - antes conferido a júris locais. Os abolicionistas esperavam que, quando o fornecimento de escravos parasse, a escravidão fosse sumindo gradualmente, o que não aconteceu (NASCIMENTO, 2004, p.26).

Com o mercado cafeeiro em ascensão era preciso aumentar o número de escravos para trabalharem nas lavouras, desta forma intensificou-se o tráfico interno de escravos no País por meio da transferência da mão-de-obra escrava de uma região para outra. De "[...] 7 mil a 10 mil escravos entraram anualmente nas províncias do Centro-Sul, vindos de outras partes do País. Os escravos foram deslocados das cidades para as zonas rurais e das áreas de menor produtividade

para as mais produtivas" (COSTA, 2008, p.36). Neste período histórico, muitos escravos foram transferidos para São Paulo e Rio de Janeiro, fato esse que acarretou a valorização da mão-de-obra escrava existente no Brasil. Na figura abaixo é possível verificar a presença de várias crianças negras que acompanhavam os pais na colheita do café em uma lavoura, situada no Rio de Janeiro.

FIGURA 16 - Escravos indo para a colheita de café - Rio De Janeiro

Fonte: Instituto Moreira Salles – foto de Marc Ferrez

Não era raro encontrar nos jornais da época anúncios de compra e venda de escravos, bem como de recompensa ofertada para quem conseguisse capturar algum escravo rebelde. *"Fugio da villa do Principe, na tarde do dia 3 corrente, e montado em um cavalo alazão magro, o escravo João, Benguella, pertencente a D. Leocádia Ferreira Maciel"* (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 12 de abril de 1971, p.4). Nos anúncios, o que era colocado, visando à identificação do negro fugido, era sua descrição física.

> São numerosos os casos de negros "rendidos" e "quebrados"; de pretos com "veias estouradas" ou calombos no corpo; os de escravos de andar cambaio ou banzeiro; vários os de negros fugidos com máscaras ou mordaças de flandres na boca: máscaras, algumas, deformadoras das fisionomias dos negros. Às vezes máscaras ou mordaças fechadas com cadeado (FREYRE, 2010, p.191).

Neste contexto histórico, em que o tráfico de negros foi proibido, foi instituída a Lei de Terras[56], em 1850, na qual se expressou os interesses da elite agrária

[56] Para aprofundamento ver: COSTA, 1999.

brasileira, formada pelos grandes fazendeiros de café, que temiam que ocorresse a extinção da mão-de-obra do negro escravo. O objetivo da referida Lei foi o de limitar o acesso a terras públicas, pois, diferentemente das sesmarias, o acesso às terras ficou restrito, unicamente, a quem teve condições de comprá-las.

> A caótica situação da propriedade rural e os problemas da força de trabalho impeliram os setores dinâmicos da elite brasileira a reavaliar as políticas de terras e do trabalho. A Lei de Terras de 1850 expressou os interesses desses grupos e representou uma tentativa de regularizar a propriedade rural e o fornecimento de trabalho, de acordo com as novas necessidades e possibilidades da época (COSTA, 1999, p.176).

A questão da substituição do escravo negro pelo imigrante europeu foi fortemente enfatizada na Lei de 1850. O dinheiro obtido com a venda e taxas de registro cobradas pelas terras do governo foram destinados exclusivamente para a "[...] demarcação das terras públicas e para a "importação de colonos livres". Criou-se um serviço burocrático encarregado de controlar a terra pública e de promover a colonização: a Repartição Geral das Terras" (COSTA, 1999, p.171). A partir dessa Lei o governo autorizou a entrada de imigrantes no País a fim de serem empregados como trabalhadores livres na agricultura, em obras públicas ou para formarem núcleos coloniais de imigrantes.

Em várias regiões do Brasil (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) houve a implantação de uma agricultura familiar baseada na pequena propriedade cujos espaços territoriais, destinados à formação das colônias, foram ocupados por imigrantes estrangeiros vindos de diferentes países. Foram muitas as dificuldades encontradas pelos imigrantes que formaram os núcleos coloniais, pois, no período inicial de formação das colônias as estradas de acesso entre as mesmas e os centros urbanos eram deploráveis, o afastamento tornava o acesso a,

> [...] justiça, escola e igreja muitas vezes inacessíveis devido ao isolamento dos núcleos coloniais. A falta de recursos de muitos imigrantes tornavam os primeiros tempos penosos, principalmente quando vinham atraídos por promessas mirabolantes. Instalados em meio à floresta, sem contar com infra-estrutura viária e sem auxílio nenhum, não foram poucos os que abandonaram seu lote à procura de melhores condições nas cidades (PETRONE, 1997, p.123).

Além de limitar o acesso às terras públicas somente àqueles que possuíam recursos financeiros para comprá-las, fato esse que excluiu a possibilidade de compra por negros livres, ex-escravos e libertos, a lei teve por objetivo garantir a

mão-de-obra para o trabalho nas lavouras de café em São Paulo e no Rio de Janeiro.

> O assunto foi discutido pela primeira vez no Conselho de Estado em 1842 e um projeto de lei formulado pelo Conselho foi apresentado à Câmara dos Deputados no ano seguinte. O projeto baseava-se nas teorias de Wakefield e inspirava-se na suposição de que, numa região onde o acesso à terra era fácil, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas, a não ser que elas fossem compelidas pela escravidão. A única maneira de obter trabalho livre, nessas circunstâncias, seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas (COSTA, 1999, p. 176).

Desta forma, a Lei de Terras foi decretada no mesmo ano em que a Lei Eusébio de Queiroz reprimiu o tráfico e o comércio de negros vindos da África para serem escravizados no Brasil. Nesse contexto, vários imigrantes foram introduzidos nas lavouras de café paulistas e tiveram seu trabalho explorado nestas fazendas. O incentivo à imigração vinha ao encontro dos sonhos de se ter uma pequena propriedade onde todos pudessem "[...] trabalhar sem patrão, como melhor lhes aprouvesse. Era a ideologia do camponês europeu em geral: o ideal do imigrante era ser dono de um pedaço de terra e dela tirar o sustento da família" (KREUTZ, 1985, p.64). Após comprarem as terras pertencentes ao governo, contraíram muitas dívidas, uma vez que, essas terras foram vendidas por preços elevados com o objetivo de subsidiar a vinda de mais imigrantes europeus para o Brasil, garantindo assim a substituição da mão-de-obra escrava pela livre e assalariada (COSTA, 1999).

A partir da década de 1850, a produção do café[57] em São Paulo e no Rio de Janeiro, transformou-se em uma das maiores geradoras de riquezas para o País, de todas as exportações realizadas aqui, cerca de 60% delas, era a de café. O aumento das exportações dos produtos brasileiros se deu com o inicio das construções das Estradas de Ferro[58]. "[...] A precariedade dos transportes por tropas representava um ponto de estrangulamento no processo de crescimento da produção agrária no País. A cultura do café se distanciava cada vez mais dos portos de exportação escoar a produção" (BORGES, 2010, p. 29).

A construção das ferrovias no Brasil representou a consolidação do capitalismo, pois, além da economia do País ela modificou a forma como se dava a

---

[57] Para aprofundamento ver: PRADO JUNIOR, 1986; MARTINS, 1990; TAUNAY, 1939. TOLEDO, 1992.

[58] Para aprofundamento ver: KATINSKY, 1994. BORGES, 2011.

comunicação entre as pessoas facilitando o contato entre as regiões que estavam distantes dos centros urbanos, o transporte e a comunicação interna. As ferrovias brasileiras

> [...] impulsionaram a indústria de bens de capital acelerando, assim, a transformação na indústria metalúrgica. A Inglaterra – berço das ferrovias – exportou grande soma de capital e tecnologia para o resto do mundo. Alguns números comprovam tal fato. Entre 1850 e 1875, o país exportou anualmente uma média de 15 milhões de libras. (BORGES, 2010, p.28).

Além da importação de produtos o Brasil dependeu também de recursos financeiros para a construção das Estradas de Ferro, que vieram por meio de investimentos externos. A construção das ferrovias cresceu significativamente entre as décadas de 1850 a 1890. Em 1854, foram construídos apenas 14,5 quilômetros de Estradas de Ferro no País, já em 1894, o número aumentou para 12.300 quilômetros. Entre 1850 e 1870, foram construídos 744 quilômetros de ferrovias, e, entre 1871 e 1890, 9.228 quilômetros (KATINSKY, 1994). Grande parte dos recursos financeiros, destinados à construção dessas estradas, vieram de investimentos que Inglaterra fez no Brasil.

O interesse dos ingleses esteve voltado para os "[...] setores estrategicamente relevantes como portos, estradas-de-ferro, comunicação, bancos e outras formas de investimento" (MOURA, 1988, p. 26). Esses investimentos propiciaram, ainda mais, a subordinação do Brasil ao capital externo, pois o processo de industrialização no País

> [...] esteve ligado à economia cafeeira, mas com forte controle pelo capital financeiro estrangeiro. A composição do empresariado industrial, portanto, se mostrou socialmente fraca. Vinculada aos grupos latifundiários e ao capital estrangeiro, inviabilizou-se a autonomia e o fortalecimento de uma economia nacional. Gerou, assim, uma situação de dependência em relação às potencias capitalistas que, por sua vez, repercutiu na própria organização política e social do Brasil (JACOMELI, 1998, p. 28).

Com a construção das estradas de ferro as fazendas, localizadas distantes dos centros urbanos, passaram a ser acessíveis. Os produtos produzidos nessas fazendas, anteriormente transportados pelos animais, passaram a ser levados pelos trens. Desta forma, a mão-de-obra do negro escravizado utilizada na manutenção e na condução das tropas de mulas e bois não precisou ser mais utilizada nessa atividade. Com essas alterações,

> [...] tanto, no sistema de transporte quanto no sistema de produção, não era mais necessário manter ocupado, durante o ano todo, grande numero de

> escravos. Tornou-se possível reduzir a mão-de-obra permanente e contratar mão-de-obra extra, por ocasião das colheitas. Desta forma, o trabalho livre tornou-se mais viável, senão mais lucrativo. Em vez de investir dinheiro na compra de escravos, o fazendeiro contratava um colono e na época da colheita recrutava sua família (COSTA, 2008, p. 64).

A substituição da escravatura pelo trabalho livre e assalariado passou a ser vista como lucrativa para o modo de produção capitalista. A preocupação dos proprietários de escravos com o investimento de dinheiro na compra desses, que por muitas vezes fugiam e/ou morriam, ocasionando prejuízo para o seu dono, deixaria de existir, uma vez que a responsabilidade pela vida deste como trabalhador livre, diferentemente da vida do escravo que pertencia ao senhor, deixaria de ser responsabilidade dos fazendeiros.

Com o incentivo à imigração europeia, objetivando substituir o trabalho escravo pelo livre e assalariado, as décadas finais do Império foram marcadas pelos debates acerca da abolição da escravatura em todas as regiões do Brasil. Como resposta, o governo Imperial se manifestou para acalmar os ânimos dos abolicionistas com: a instituição da Lei do Ventre Livre em 1871[59]; a Lei do Sexagenário[60], em 28 de setembro de 1885, e, finalmente, em 13 de maio de 1888 a Lei Aurea[61] que, oficialmente, aboliu o trabalho escravo no País.

Ao criar essas leis abolicionistas, o Estado estava coerente com a ideia da substituição gradual da escravatura pelo trabalho livre, em momento algum o bem estar dos negros escravizados foi colocado como principal objetivo. A Lei do Ventre Livre significou apenas uma pequena concessão, pois, deixou a critério dos senhores a opção entre entregar as crianças negras livres ao Estado e receber a indenização ou explorar o trabalho delas até que completassem 21 anos de idade. Previu também a criação do Fundo de Emancipação destinado à libertação dos

---

[59] A lei do Ventre Livre de 28 de Setembro de 1871 declarou de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros e providencia a criação e tratamento daqueles filhos menores e dispõe sobre a libertação anual dos escravos. Tratou também da educação para as crianças livres, assunto aprofundado no IV capítulo desta tese.

[60] A Lei nº 3270 de 28 de Setembro de 1885, conhecida como a Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenário: §10. São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta lei, ficando, porém, obrigados a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos. §11. Os que forem maiores de 60 e menores de 65 anos, logo que completarem esta idade, não serão sujeitos aos aludidos serviços, qualquer que seja o tempo que os tenham prestado com relação ao prazo acima declarado.

[61] A Lei nº 3.353, de 13 de Maio de 1888 declarou: Art. 1°: extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

negros escravizados que se enquadrassem nos artigos 4º [62] da referida lei. O projeto de emancipação concedia

> [...] ao escravo o direito de formar um pecúlio próprio com o que lhe proviesse de herança, legados ou ações, ou com o que obtivesse de seu trabalho, desde que contasse com o consentimento do senhor. Por morte do escravo, metade do pecúlio pertenceria ao cônjuge sobrevivente e a outra metade, a seus herdeiros. Na falta de herdeiros, este reverteria ao Fundo de Emancipação (COSTA, 2008, p.55).

Esse fundo trouxe inúmeras vantagens para o Estado e para os senhores de escravos, pois além de garantir a manutenção da ordem social vigente, dividida em classes, legitimou o direito dos senhores a indenização pela propriedade dos escravos. Era concedida a liberdade aos escravos bem comportados, pelo fundo de emancipação, com isso se disseminou a ideia de que todos os escravos que demonstrassem a passividade poderiam ser libertos, garantindo, desta forma, a tranquilidade pública ao permitir as ações de autoridades contra aqueles que vadiassem pelas ruas obrigando-os a trabalhar até conseguirem sua alforria (OTTONI, 1871).

O Fundo de Emancipação deveria ser composto por impostos cobrados sobre os escravos: doações e legados para esse fim; multas criminais cobradas de escravos e libertos; produtos de loterias; de heranças arrecadadas e qualquer outro valor destinado a esse fim (MALHEIROS, 1867). Uma parcela deste fundo deveria ser destinada ao amparo e educação dos libertos, no entanto, essa quantia, na maioria das vezes, era desviada, pois, o Fundo de Emancipação foi um

> [...] emaranhado de normas jurídicas, administrativas e burocráticas para, de um lado, dificultar ao máximo a possibilidade de o escravo conseguir a emancipação e, de outro, criar toda uma sistemática de corrupção na distribuição de verbas para o fundo. O sistema corruptor tinha diversos

---

[62] Art. 4.º - É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O govêrno providenciará nos regulamentos sôbre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.
§ 1.º - Por morte do escravo, a metade do seu pecúlio pertencerá ao cônjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmitirá aos seus herdeiros, na forma da lei civil. Na falta de herdeiros o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação, de que trata o art. 3.º...
§ 4.º - O escravo que pertencer a condôminos e fôr libertado por um dêstes, terá direito a sua alforria indenizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indenização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete anos...
§ 7.º - Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe
§ 8.º - Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma família, e nenhum dêles preferir conservá-lo sob seu domínio, mediante reposição da quota, ou parte dos outros interessados, será a mesma família vendida e o seu produto rateado.

> níveis, desde a arrecadação do produto da loteria criada com esse fim até a fraude na distribuição dos fundos arrecadados (MOURA, 2013, p.164).

Assim como a Lei do Ventre Livre, a criação da Lei dos Sexagenários não teve como intuito beneficiar os escravos. Os poucos que conseguiram chegar aos sessenta anos de idade já estavam inaptos ao trabalho devido à velhice e à invalidez. Dessa forma, a lei beneficiou mais aos senhores do que aos escravos, pois, continuar com os "velhos" sob sua responsabilidade significaria ter mais despesas, sendo lucrativo para os proprietários conceder-lhes a liberdade. A "[...] burocracia, subserviente aos senhores de escravos, sempre conseguia classificar aqueles a serem emancipados segundo os seus interesses, privilegiando os velhos, estropiados e incapazes, em detrimento dos sadios e jovens" (MOURA, 2013, p.164). Emancipar os velhos e incapazes significou lucro para os senhores de escravos, pois eles recebiam uma indenização, paga pelo Estado, por um escravo que não estava mais produzindo. Significou também a manutenção do controle social sobre os escravos, uma vez que, criou-se no imaginário dos escravos a esperança de que também pudessem alcançar a liberdade.

A Lei Áurea[63], última lei abolicionista, aquela que se destacou pelo "esplendor" de finalmente emancipar os negros escravos, não foi a "salvadora" deles, pois, nesse período histórico, final da década de 1880, a maioria dos negros escravos brasileiros já haviam sido libertos por meio do recebimento das cartas de alforria, das fugas para os Quilombos e do abandono do trabalho nas grandes fazendas. A referida Lei aboliu "[...] a escravidão, mas não seu legado. Trezentos anos de opressão não se elimina com uma penada" (COSTA, 2008, p. 12). A abolição da escravatura no Brasil, por meio da Lei Áurea, representou apenas o início da emancipação dos negros no Brasil.

## 2.2 Abolicionistas liberais no Paraná

Os grandes fazendeiros da 5ª Comarca de São Paulo (Paraná), que praticaram todos os tipos de atrocidades contra a população negra e escrava, foram também os principais políticos da época e representaram a classe dominante que formou as primeiras fazendas da região, já citados anteriormente. Na organização

[63] Áurea: adj. Que faz referência a ouro; desenvolvido com ouro ou encoberto por ele; que possui a cor de ouro. Figurado. Primoroso; que se destaca pelo brilho, pelo esplendor (HOUAISS, 2013 – Dicionário Eletrônico).

política da região os postos foram ocupados com o intuito de se prepararem os representantes para uma possível ascensão visando à conquista de lugares privilegiados na esfera nacional.

Os partidos políticos alternavam a presença nos cargos políticos, tanto liberais como conservadores participaram ativamente na consolidação do governo imperial, discordaram em alguns aspectos, mas em alguns pontos concordaram plenamente, dentre eles os que diziam respeito à "[...] manutenção da unidade do país, à condenação de governos militares de estilo caudilhesco ou absolutista[64], a defesa do sistema representativo, à manutenção da monarquia e, sem dúvida, também à necessidade de preservar a escravidão" (CARVALHO, 2002. p.124). Ou seja, independente de serem liberais ou conservadores, os políticos da 5ª Comarca defenderam a continuidade da exploração do trabalho do escravo negro no Brasil.

Na 5ª Comarca de São Paulo (Paraná), paralelamente ao tropeirismo, a produção da erva-mate, que atendia apenas o consumo interno, passou a ser produzida em grande escala e integrou a região na economia de exportação[65]. "[...] A abertura dos portos brasileiros ocasionou um movimento maior no porto de Paranaguá que, por sua vez, estabeleceu um maior contato comercial com Buenos Aires em virtude, também, da abertura deste porto" (SANTOS, 2001, p.40). Além da facilidade em se exportar, o aumento da produção para exportação da erva se deu em virtude das novas formas de beneficiamento.

O processo de elaboração da erva-mate era distribuído entre a coleta, o preparo, a embalagem, o transporte e o embarque do produto final. "[...] Cada uma dessas fases exige um conjunto de atividades adequadamente organizadas e encadeadas umas em relação às outras, em função da obtenção de um produto que atenda a padrões estabelecidos uniformes" (IANNI, 1988, p. 55). Neste contexto, meados do século XIX, foram criados os primeiros engenhos em Curitiba movidos à força humana, trabalho esse realizado pelos escravos, e, posteriormente pelos imigrantes europeus.

---

[64] Caudilhesco - 1chefe militar, ger. de forças irregulares que lhe são fiéis; chefe político que possui uma força militar própria 2Derivação: por extensão de sentido. ditador espanhol ou latino-americano 3 Derivação: por extensão de sentido. m.q. mandachuva. Governo absolutista – 1 Rubrica: política, sistema político de governo em que os dirigentes assumem poderes sem limitações ou restrições. (HOUAISS, 2013 – DICIONÁRIO ELETRÔNICO).

[65] Em 1820 a extração da erva-mate na 5ª Comarca de São Paulo foi impulsionada por uma crise política que impediu o Paraguai de exportar a erva-mate produzida para a Argentina, Uruguai e Chile. Para aprofundamento ver: LINHARES, 1961; BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969; PADIS, 1981; IANNI, 1988; SANTOS, 2001.

FIGURA 17 - Extração da Erva-Mate por imigrantes - Palmeira/PR

Fonte: Museu Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

Os lucros obtidos com a extração de erva-mate na 5ª Comarca propiciou o enriquecimento da classe dominante[66] da região que estava dividida entre, os que apoiavam as ideias liberais descentralizadoras que estavam sendo disseminadas no País, e os conservadores que, interessados no comercio crescente da erva-mate, defendiam a livre comercialização do produto, sem interferências da Província de São Paulo[67], a qual a Comarca estava atrelada.

FIGURA 18 - Interior do Engenho de Mate Tibagy – propriedade de Barão do Serro Azul

Fonte: Edição FAC-Similar da Revista Publicada em Curitiba (1888-1889), 1979, p. 87).

[66] Fizeram parte da elite ervateira: Manuel Antônio Guimarães, nomeado Visconde de Nacar, grande exportador de erva-mate; Antônio Alves de Araújo maior produtor de erva-mate em Curitiba e Antonina; Antônio Ricardo dos Santos, um dos principais lideres do partido conservador; Francisco Face Fontana, dono de fortuna adquirida no Rio de janeiro, que investiu grande parte dela na construção de engenhos de erva-mate na região da 5ª Comarca (GREGÓRIO, 2012).

[67] Até meados do século XIX o Brasil contava com dezoito províncias: Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, São Pedro do Rio Grande, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Com a emancipação da Comarca do Amazonas, em 1850, que foi desmembrada da Província do Pará, e, da emancipação da Comarca de Curitiba desmembrada da Província de São Paulo, em 1853, o País passou a ter vinte Províncias (GREGÓRIO, 2012).

Neste sentido, começaram a surgir reivindicações em favor da emancipação[68] da 5ª Comarca de São Paulo, composta pela Capital Curitiba e pelas povoações de Paranaguá, Castro, Antonina, Guaratuba e Vila Nova do Príncipe. E quando os

> [...] embates entre conservadores, defensores da centralização, e liberais, que empunhavam bandeira descentralizadora, estavam no auge, a Revolta Liberal de 1842 trouxe a primeira oportunidade efetiva de os paranaenses emanciparem-se. Este movimento de contestação, somado à Revolta Farroupilha no Rio Grande do Sul, potencializou as chances de os paranaenses obterem sua emancipação (CORRÊA, 2006, p.25).

O acordo feito entre os políticos, que se propuseram a apoiar o governo de São Paulo, frente à Revolta Liberal e a Revolta Farroupilha, garantiu a emancipação da 5ª Comarca. A partir da aprovação do projeto criado em 1853, por Antônio Candido Cruz Machado, a 5ª Comarca passou a ser independente de São Paulo e Curitiba foi eleita a Capital da Província do Paraná.

No ano da emancipação, Curitiba contava com apenas 308 casas e o centro da Vila era iluminado por lampiões de azeite, a comunicação com outras localidades era extremamente difícil, pois as estradas eram péssimas. “Em dezembro de 1853 duas carroças conseguiram transpor a serra e levaram 5 dias. Nos maiores declives os condutores aliviaram os veículos, trazendo a carga às costas” (WACHOWICZ, 1995, p.71).

FIGURA 19 - Curitiba em 1855

Fonte: Revista do Paraná – 1981

[68] Ver: TRINDADE, 1997. PILOTTO, 1986.

No primeiro relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná, Zacarias de Goes e Vasconcelos, então seu presidente, destacou a necessidade de se ampliar as estradas paranaenses.

> *[...] o comércio não póde desenvolver-se, em quanto as estradas se conservarem como estão, e o anhelo de attrahir, aos excelentes terrenos da província, colonos europêos em certa escala, encontra forte resistência no estado deplorável das via actuaes de comunicação, onde não póde rodar hum carro, e tudo se transporta, mal e mui dispendiosamente, em costas de animaes* (PARANÁ, 1854, p.86).

Era grande o interesse da classe dominante do Paraná em construir estradas interligando as diversas regiões da Província, cujo objetivo era o de tornar mais ágil o transporte e o escoamento da produção da erva-mate e da madeira, que neste período histórico era comercializada apenas no litoral paranaense. Desta forma, "[...] os vários presidentes da Província tomaram medidas no sentido de dotá-la inicialmente com uma estrada entre o planalto e o litoral. Já Zacarias de Goes e Vasconcellos havia determinado estudo técnico da viabilidade da estrada da Graciosa" (KROETZ, 1985, p. 34). A utilização das precárias estradas e dos muares, para o transporte da produção paranaense, perdurou até a década de 1880, quando foi concluída a construção da Estrada de Ferro[69] entre Curitiba e Paranaguá, em 1885.

A mão-de-obra utilizada[70] na construção das primeiras ferrovias do País foi, quase em sua totalidade, do escravo negro que, mesmo após a Lei Euzébio de Queiróz, em 1850, continuava a ser traficado internamente, e também a mão-de-obra dos imigrantes recém-chegados. No Paraná a construção da primeira estrada de ferro se deu no período em que a Lei do Ventre Livre de 1871[71] já havia sido

---

[69] A construção da primeira ferrovia paranaense teve origem na concessão obtida pelo Decreto Imperial nº 4.674, de 10 de janeiro de 1871. Esta concessão autorizava os engenheiros Antônio Pereira Rebouças Filho, Francisco Antônio Monteiro Tourinho e Maurício Schwartz construírem uma estrada de ferro entre o porto de Antonina e Curitiba. Com o decreto, foram baixadas 37 cláusulas contratuais que orientariam os procedimentos administrativos e técnicos e que os habilitariam rara a execução da construção da estrada de ferro e seu funcionamento operacional (KROETZ, 1985, p.44)

[70] Para aprofundamento ver: Maria Lúcia Lamounier. Entre a escravidão e o trabalho livre. Escravos e imigrantes nas obras de construção das ferrovias no Brasil no século XIX. ANPEC - XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008.
Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211117010-.pdf

[71] A "Lei Rio Branco", sancionada com o número de 2.040/1871, foi popularizada nos folhetinhos abolicionistas como sendo a Lei que tornou o ventre das escravas "Livres". Essa Lei era o melhor acordo do Governo brasileiro com os grandes senhores escravocratas. A Lei assim popularizada pelos abolicionistas, dizia que: Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre Art. 1.º (Lei 2.040/1871).

institucionalizada e a segunda[72] grande leva de imigrantes europeus entrado no País.

Nesse contexto histórico, os debates sobre a abolição da escravatura no Brasil, e o incentivo à entrada de trabalhadores europeus foram disseminados pelos abolicionistas, que, ideologicamente, enfatizaram a superioridade do imigrante branco, considerado "dotado" de uma inteligência e força espiritual elevada.

No Paraná, o "movimento libertador" começou em Paranaguá, em julho de 1870, por iniciativa da loja maçônica "Perseverança". A campanha abolicionista e republicana paranaense foi espalhada na Província por meio dos jornais da época. Em Antonina, o jornal Labor circulou entre os anos de 1871 e 1888; Em Campo Largo, o jornal Guahyra, criado em 1887; Em Castro; os jornais: Echo dos Campos (1883), o jornal Correio dos Campos (1887) e o jornal Yapó (1887); na cidade da Lapa, o jornal Despeertador Lapeano (1880) (GRAF, 1981).

Dentre os abolicionistas paranaenses que se destacaram estavam: Visconde de Guarapuava, Barão do Serro Azul, Comendador Antônio Alves de Araújo, Desembargadores: Vicente Machado, Itaciano Teixeira e Casimiro dos Reis Gomes e Silva, José Francisco da Rocha Pombo, Nestor Vitor dos Santos, Ciro Veloso, Manoel Correia de Freitas, João Régis, Brasilino e Eduardo Moura, Joaquim Soares Gomes, Professor José Cleto da Silva, Joaquim Bittencourt, Manoel do Rosário Correia, João e José Carvalho de Oliveira, Eduardo Chaves, Fernando Simas, Eduardo Gonçalves, Albino Silva, Mauricio Sinke, Guilherme Leite e Ernesto Lima. (MORAES, 1986).

Os abolicionistas, que defendiam as ideias liberais, questionavam as condições de desenvolvimento do Paraná, que no final do século XIX continuava baseado no trabalho escravista, frente aos avanços tecnológicos, científicos e econômicos que revolucionavam "[...] as relações sociais, nos principais países da Europa e Estados Unidos, com repercussão na área periférica, esses novos recursos eram aplicados em um País ainda escravista" (MOURA, 1988, p. 53). Nesse sentido, os abolicionistas paranaenses não mediram esforços para comprovar que o trabalho livre e assalariado era mais rendoso que o trabalho escravo, e os negros escravos, os mulatos e os mestiços foram considerados como aqueles que

[72] Para aprofundamento ver: KREUTZ, Lúcio. Magistério e Imigração Alemã: O professor paroquial católico teutobrasileiro do Rio Grande do Sul no movimento da restauração. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 1985.

“[...] pertenciam ao “outro” grupo, à outra camada social; aqueles que possuem faculdades intelectuais e morais diferentes do branco; que devem ser utilizados por este nos trabalhos menos ‘dignos’” (IANNI, 1988, p. 218).

Ao incentivar a entrada de imigrantes, o governo provincial do Paraná e os representantes da classe dominante visavam garantir a continuidade do desenvolvimento das atividades exercidas até então pelos escravos, por meio de mão-de-obra barata do trabalhador livre[73], uma vez que o processo de abolição estava quase em sua fase final. Além disso, objetivaram o povoamento de áreas ainda desabitadas do Paraná e, mesmo que de forma velada, promover o branqueamento da nação. O incentivo para a vinda desses imigrantes ao País envolveu,

> [...] companhias transportadoras que negociavam, por meio de contratos efetivados com governos ou com particulares, centenas de trabalhadores. As condições de importação desses imigrantes, a viagem, a negociação dos contratos com os interessados no país de destino, assim como as condições dos contratos a que os trabalhadores ficavam submetidos eram, na época, denunciados como outro tipo de escravidão (LAMOUNIER, 2008, p.9).

Ao chegar ao Paraná, os imigrantes ficaram a mercê desses contratos e foram submetidos a condições deploráveis. As condições de trabalho eram precárias e os salários recebidos eram ínfimos, mal dando para garantir a sobrevivência. Os escravos e os trabalhadores livres foram explorados ao máximo na construção da ferrovia paranaense, e, devido às dificuldades encontradas para essa construção, pois, grande parte da estrada foi feita sobre a Serra do Mar, muitos trabalhadores perderam suas vidas. Enquanto a população pobre da província do Paraná, composta por escravos, libertos e imigrantes tiveram sua mão-de-obra explorada na construção da ferrovia, a classe dominante começou a desfrutar dos lucros que o crescimento da produção e da exportação da erva-mate estava proporcionando.

Com a construção da Estrada de Ferro, a classe dominante paranaense visou à modernização e à melhoria de condições de vida dos centros urbanos, que se deu por meio da infraestrutura urbana e da viabilização da melhoria do transporte, fato esse que resultou na expansão do comércio da erva-mate e da madeira. Durante a segunda metade do século XIX, entre 1850 a 1900, a economia brasileira

---

[73] Nesse contexto foi criada a Lei de Locação de Serviços, aprovada em fins dos anos de 1870, também chamada de Lei Sinimbu, que deve ser compreendida a partir dos marcos de uma política mais geral implementada para a extinção da escravatura (LAMOUNIER, 1988, p.109).

desenvolveu-se de forma significativa. No Paraná, o mercado exportador se expandiu com a atividade ervateira, cuja participação correspondeu a 1,6% em meados do século, e 2,0% no final (FURTADO, 1959). A substituição do trabalho escravo pelo livre e assalariado, a expansão da produção ervateira, a industrialização da madeira, que desenvolveu a partir da inauguração da ferrovia e o surgimento de novas fábricas destinadas à fabricação de fósforos, velas, cerâmicas e alimentos, marcou as ultimas décadas do século XIX paranaense.

A abolição e a propagação dos ideais liberais de liberdade, igualdade e fraternidade, foram difundidas como prioridade do governo republicano paranaense. O trabalho livre e assalariado foi apontado como aquele que daria condições econômicas de ascensão social a “todos os cidadãos”, por meio da conquista da propriedade privada, mas a mudança do modo de trabalho não extinguiu a exploração do homem pelo homem, ela apenas se modificou.

Se no sistema de trabalho escravista o negro era um meio de produção, um objeto que foi explorado e utilizado para a conquista de riquezas, com a República o trabalhador livre passou a ser o operário produtor de mercadorias para o sistema Capitalista e a exploração se deu por meio da mais-valia. Nesse contexto,

> [...] o trabalhador livre, em face do antecessor escravizado, é o produto de uma verdadeira revolução no modo de produção, mas é ainda um trabalhador com possibilidades escassas de beneficiar-se do próprio trabalho. O domínio da sociedade continua nas mãos dos proprietários dos meios de produção. A sociedade continua, por isso, secionada em camadas sociais hierarquicamente distribuídas (IANNI, 1988, p.251).

O trabalho livre e assalariado, na sociedade capitalista, foi colocado ideologicamente pela classe dominante, como aquele que, por meio do qual, o homem era capaz de conquistar seus bens materiais. Diferentemente do escravo, o qual o trabalho era lhe tirado à força, o trabalhador livre e assalariado, dentre eles o negro liberto, oferece seu trabalho “voluntariamente” e trabalha além de sua jornada diária produzindo a mais-valia[74], e, de forma alienada, acredita que todo seu trabalho está sendo pago. No “[...] sistema do salariado, até o trabalho não remunerado parece trabalho pago. Ao contrário, no trabalho dos escravos parece ser trabalho

[74] “A mais-valia é a parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o trabalho não remunerado, ou seja, o lucro. O valor de uma mercadoria se determina pela *quantidade total de trabalho* que encerra. Mas uma parte dessa quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual *nenhum* equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho *remunerado*; a outra parte trabalho *não remunerado*” (MARX, 1996, p. 102).

não remunerado até a parte do trabalho que se paga” (MARX, 1968, p. 100), pois, os escravos tinham que trabalhar para manter, mesmo que precariamente, seu sustento. Nesse contexto, final do século XIX, o negro escravo passou a ser o “cidadão” republicano, livre para vender a sua força de trabalho na sociedade capitalista que se afirmava no Brasil e no Paraná. Entretanto, cabe aqui indagar: Que liberdade foi essa? Quais foram os direitos e os deveres, garantidos na Constituição Federal de 1891, para os recém-libertos? O que a emancipação da escravatura representou para os negros?

# CAPITULO III

## O NEGRO E A SOCIEDADE PARANAENSE REPUBLICANA: FINAL DO SÉCULO XIX

> *Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepara-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes (FERNANDES, 2008, p.30).*

No Brasil, o final do século XIX foi marcado pela decadência do Império e início do período Republicano; pela transição do trabalho escravo para o livre e assalariado; pela abolição da escravatura; pelo início da industrialização e pelo fortalecimento do capitalismo. As ideias liberais ganharam destaque neste contexto e a ênfase na liberdade e na igualdade de direitos foi utilizada como justificativa para o novo regime. Como uma proposta política, a República foi "[...] fundamentada no projeto liberal de uma fração da classe dominante dos proprietários rurais, foi engendrada em meio ao processo histórico de constituição das relações sociais capitalistas e da emergência do Estado burguês[75] no Brasil" (SALLES, 1980, p. 9), o qual deveria agir como mediador dos conflitos sociais inerentes ao processo de dissociação entre o capital e o trabalho.

Dependente financeiramente, principalmente da Inglaterra, como já citado anteriormente, o Brasil contou com investimentos estrangeiros que foram destinados para a construção das ferrovias, a organização bancária, o comércio portuário e para a formação das primeiras fábricas. Com a expansão do café, os lucros obtidos com o produto foram direcionados para a indústria crescente, possibilitando, assim, o desenvolvimento do setor industrial, bem como, a organização da burguesia industrial (HARDMAN; LEONARDI, 1982).

Os discursos republicanos enfatizavam a democracia e a cidadania como direitos conquistados pelo povo. Baseados na concepção liberal, os governantes propagaram a ideia de que, por meio do trabalho, todos os brasileiros teriam o direito de adquirirem os bens materiais dos quais necessitavam. Mas, para que isso

---

[75] Engels definiu burguesia como "a classe dos grandes capitalistas que, em todos os países desenvolvidos, detém quase que exclusivamente, a propriedade de todos os meios de consumo e das matérias primas e instrumentos (máquinas, fábricas) necessários à sua produção. A burguesia, enquanto classe dominante nesse sentido, eu também controla o aparelho do Estado e a produção cultural" (BOTTOMORE, 2012, p.55).

ocorresse era preciso garantir a ordem e a paz no País, e a instrução da população foi colocada como essencial para a adequação da sociedade ao novo sistema.

> [...] Mais do que um projeto político era necessário constituir uma nação. Não essa já condicionada, segundo as teorias da época, pelas características determinantes das raças que a compunham. Portanto, se nesse momento a maior questão não remetia mais diretamente ao problema da libertação dos escravos, tratava-se antes de dimensionar quem era e quem compunha essa nova nação, como seus cidadãos (SCHWARCZ, 1987, p.221).

Ao negar a monarquia os republicanos tiveram o propósito de “minimizar” a luta de classes presente na sociedade brasileira. O Estado teve a tarefa de conter a luta de classes e instituir uma ordem social que fosse capaz de conciliar capital e trabalho e, ao mesmo tempo, garantir a harmonia e a ordem. Para os republicanos, apenas uma sociedade que reúne paz e ordem possui as condições objetivas para a reprodução do capital. Ao defenderem o trabalho como responsável pelo sucesso, ou insucesso, da vida material do homem, os republicanos propagaram a ideologia liberal, na qual o trabalho é condição intrínseca ao homem que, ao se desenvolver, permite a criação dos bens morais, recupera e eleva o sentido ético dos indivíduos e dos bens matérias. A acumulação desses bens morais e materiais é que formariam uma nação próspera (SALLES, 1980).

O trabalho foi colocado como gerador de riquezas, cuja responsabilidade de conquista seria de cada trabalhador e a recompensa viria por meio do seu desempenho e dedicação. O trabalho livre e assalariado ganhou destaque, uma vez que, para os republicanos, a escravidão fazia parte do governo monárquico e, portanto, ultrapassada. Entretanto, mesmo se colocando a favor da abolição, a república manteve o poder e os privilégios nas mãos da minoria da população livre.

Para o governo republicano era preciso inculcar no povo a noção de ordem e progresso, cujo princípio norteador seria o bem comum. Ideologicamente foi transmitida a ideia de um governo baseado na igualdade, liberdade e fraternidade, um governo democrático e do povo, aquele que “garantia” o direito a todos os cidadãos. Para além da “participação” nos bens materiais e riquezas da nação, por meio do trabalho, foi preciso também difundir a ideia de participação da população na condução do novo regime. Nesse sentido, a

> [...] democracia, cujo pressuposto é o exercício da cidadania, joga um papel decisivo, não só porque reforça a noção de progresso, mas porque ao promover a participação política dos cidadãos, consubstanciada na soberania nacional, mascara a desigualdade existente na esfera da produção (SALLES, 1980, p. 107).

Para tanto o termo cidadania foi utilizado como "garantia" de participação no mercado de trabalho e nas decisões políticas que seriam tomadas pelo governo republicano. Neste contexto, a educação desempenhou um papel essencial para a propagação da democracia no País, uma vez que, por meio da instrução se daria a preparação para o trabalho, bem como a alfabetização para o exercício do voto.

A modernidade[76] que se iniciava suscitou a "necessidade" de se reorganizar o Brasil, pois era preciso mostrar ao povo que o País estava progredindo, era fundamental "[...] alimentar a crença de que, quanto mais progresso houver mais chances os cidadãos teriam de participação na riqueza e na determinação dos desígnios políticos da Nação" (SALLES, 1980, p. 33 - grifos do autor). A melhor forma para que a população constatasse essa mudança foi por meio da construção de edifícios suntuosos que representaram a prosperidade e a riqueza. As cidades ganharam ares franceses, a *belle époque* teve seu auge e "[...] o entusiasmo pelas coisas americanas limitara-se às fórmulas políticas. O brilho republicano expressou-se em fórmulas europeias, especialmente parisienses" (CARVALHO, 1987, p. 39). Para tanto, foi criado um arsenal ideológico que justificou a substituição do velho pelo novo, sobretudo sobre a extinção de tudo o que representava a pobreza e a sujeira das cidades.

O auge da lavoura cafeeira no País, no início do período republicano, impôs o ritmo às mudanças urbanas e as construções imponentes substituíram rapidamente as antigas casas e igrejas. Em São Paulo, a igreja do Rosário, construída no século XVIII pela irmandade dos Homens Pretos[77], foi demolida em 1904. Essa igreja, culturalmente, representava muito para os negros, pois, em torno dela "[...] havia um

---

[76] A modernidade para Marx é resultado de um longo processo de construção material, pautada nas ideias e valores abstratos como individualismo e liberdade de acordo com as interpretações liberais. É a decomposição da estrutura feudal impulsionada na expropriação dos meios de trabalho, visando assim à acumulação do capital e, com isto, revolucionar as estruturas de organização das relações sociais. Marx ao se referir à modernidade fez alusão mais do que o marco histórico arraigado em torno das ideias e valores abstratos disciplinada, racional e prospectiva a uma gama de transformações revolucionárias nas relações econômicas, políticas da sociedade as quais possibilitaram a confirmação do modo de produção capitalista (MARX, 1982).

[77] Nas irmandades os negros se organizavam e participavam dos movimentos abolicionistas, e, posteriormente dos movimentos reivindicatórios no período republicano. Ver: **Os negros e a construção da sua cidadania:** Estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas – 1869 a 1914. PEREIRA, 2001.

cemitério destinado ao enterro dos irmãos do Rosário e várias casinhas ocupadas por quitandas e pequenas lojas de doces, frutas, hortaliças, ervas medicinais e cachaça" (ALBUQUERQUE, 2006 p.260). Nesse contexto, a destruição do "velho" representou, além da expulsão dos negros dos bairros centrais das cidades, a destruição da identidade e da cultura negra e a invisibilidade dos Quilombos existentes no País.

Medidas repressivas foram tomadas pela classe dominante, política e economicamente, para combater as "pragas" da sociedade brasileira. Para a sociedade republicana, o negro brasileiro distanciava-se dos padrões de comportamento exemplar, sendo colocado como degenerado e imoral, cujas atitudes violentas eram praticadas devido a sua "falta de caráter" ou pelo seu "péssimo hábito" de se alcoolizar. Uma das primeiras medidas tomadas neste sentido, foi à utilização do Código Penal[78] de 1890, por meio do qual o governo republicano teve a intenção de classificar pessoas e comportamentos sociais indesejados.

No capitulo XIII do referido Código – Dos Vadios e Capoeiras, artigos 399 e 402, a vadiagem e a capoeira foram colocadas como sinônimas. Estes dois grupos, em sua grande maioria, formados pelos pobres sem moradia e emprego fixo, considerados como vadios, e os que praticavam capoeira nas ruas, era formado pela população negra. Desta forma, configurou-se claramente, no Código Penal, uma perseguição racial embasada legalmente.

> *Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes: Pena ? de prisão cellular por quinze a trinta dias.*
> *§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.*
> *Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena ? de prisão cellular por dous a seis mezes (BRASIL, 1890).*

[78] Código penal na íntegra. Acesso em: 18/02/2015, disponível em: http://leg_is.senad_o.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049

Outra medida foi a destruição do cortiço Cabeça de Porco[79], em 1892, cuja justificativa foi a da necessidade de se limpar a cidade, uma vez que nesse espaço representava uma ameaça à sociedade. Desta forma,

> [...] cortiços e prédios velhos foram demolidos (ao todo, 614 habitações) e, em seu lugar, surgiram grandes avenidas, modernos edifícios, praças e jardins. [...] milhares de moradores desalojados à força, sem opção, tiveram de se mudar para a periferia da cidade e para os morros. Foi a intensificação do processo de crescimento das favelas na cidade (Rio de Janeiro, 2006, p.14).

Para além das condições higiênicas, a destruição do cortiço representou um ato político, pois uma comunidade formada pela população negra e organizada em um espaço no qual as classes dominantes pouco tinham acesso poderia prejudicar o fortalecimento do governo republicano. A expulsão dos negros para regiões distantes dos centros urbanos e como resultado a formação e o crescimento das favelas no País representou para a

> [...] sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata. Um e outro, guardando as devidas proporções históricas, vem integrando as "classes perigosas": os quilombos por terem representado, no passado, ameaça ao Império; e os favelados por se constituírem em elementos socialmente indesejáveis após a República (CAMPOS, 2010, p. 63-64 – grifos do autor).

Outra medida adotada foi a obrigatoriedade da vacinação para a prevenção da varíola, por meio da Lei da vacinação de 1904[80]. Essa lei causou revolta na população pobre, que não sabia qual era a serventia daquela vacina, muitos acreditaram que o governo republicano queria extinguir a população, assim como havia feito com o cortiço Cabeça do Porco. Sem a devida comunicação e orientação, a campanha de vacinação fez parte do "[...] processo de modernização excludente concentrado, no tempo e no espaço desencadeado pela reforma do prefeito Pereira Passos [...] que se processou "de cima para baixo", sem a anuência de muitas camadas da população" (RIO DE JANEIRO, 2006, p.14).

Cabe aqui ressaltar que a grande maioria dos moradores do cortiço demolido era formada por negros, ex-escravos, que no período pós-abolição tiveram poucas opções de sobrevivência: retornar para as antigas fazendas em busca de emprego,

---

[79] Para aprofundamento ver: Semente de Favela: jornalistas e o espaço urbano da Capital Federal nos primeiros anos da República – o caso do Cabeça de Porco. Richard Negreiros de Paula, s/d.

[80] Para aprofundamento ver: 1904 - Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro– A Secretaria, 2006. 120 p.: il.– (Cadernos da Comunicação. Série Memória).

procurar abrigo nos Quilombos formados nas diversas regiões do País, para “[...] reencontrar seus companheiros de eito/senzala e pudessem restabelecer os vínculos de solidariedade e convivência em outra dimensão. A outra foi se dirigir para as áreas periféricas dos centros urbanos” (SOARES, 2012, p.60). Nesse contexto, os Quilombos brasileiros continuaram a existir, mudaram-se apenas as formas de resistência ao sistema opressor e excludente da população negra no País.

> As estratégias de sobrevivência e também de resistência que foram desenvolvidas pelas massas pobres, seja nos cortiços localizados na área central da cidade, seja nas favelas (espaços contemporâneos) em face das várias intervenções do Estado, colocaram-nas sempre em condição de conflitos eminentes com o poder público. [...] a apropriação do espaço pelos mais pobres [...] era considerada como uma transgressão ao ordenamento do solo urbano (SANTOS, 2010, p. 22).

Ideologicamente, a campanha de higienização foi colocada como essencial para o combate às doenças e pragas existentes, era preciso erradicar a sujeira das ruas, bem como, os mendigos que ocupavam as calçadas. Para a classe dominante da época, a sujeira das cidades representava uma vergonha para o País e impedia que investidores externos se interessassem por negócios aqui. Dessa forma, era necessário que o Brasil se tornasse um País “limpo” para receber a burguesia moderna. Para que ocorresse a civilização do povo brasileiro era necessário excluir e esconder aquele que “[...] não se enquadrava nos padrões europeus nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara” (CARVALHO, 1987 p. 162). Nesse sentido, para a classe desprivilegiada economicamente, a modernidade representou o agravamento da precariedade na qual viviam.

Tanto a demolição dos cortiços, quanto a campanha de vacinação representaram o processo de modernização excludente que se iniciava no Brasil, pois a população negra e pobre foi obrigada a aceitar as mudanças de uma modernização que lhes foi imposta.

Nesse contexto, a doença foi vista não só como um mal do corpo físico, mas como a “[...] deteriorização da alma, da raça, que se traduzia nos mais variados vícios: alcoolismo, promiscuidade sexual, negligência dos deveres paternos, vadiagem, crime, baderna anarquista” (RAGO, 1985, p.190). A desqualificação da população negra foi disseminada por meio dos discursos ideológicos da classe

dominante que colocou a pobreza como sinônima de sujeira e doenças. Nesse processo de modernização,

> [...] o luxo e a riqueza propiciados pelo café não beneficiavam a todos os habitantes; ao contrário a nova elite, que agora deixava suas fazendas para viver e desfrutar do conforto da cidade fazia-o sempre em detrimento da população pobre do local, que pouco desfrutava dessas novas "melhorias", e que era antes "higienizada" e "disciplinarizada" visando, entre outros, seu melhor aproveitamento enquanto mão-de-obra livre (SCHWARCZ, 1987, p.47 – grifos do autor).

O processo de urbanização e construção das cidades modernas, e, consequentemente a expulsão da população pobre dos centros urbanos, foram feitos pela classe dominante da época, cujo objetivo foi o de garantir a concentração da propriedade privada, representada pelo acúmulo de terras. A partir da Lei de 1850, já citada, foram instauradas no País normatizações para aquisições de terras. Nesse sentido, iniciou-se uma estrutura fundiária que valorizou, não mais a posse de muitos escravos como sinônimos de riqueza, mas sim, a quantidade de terras nas quais os trabalhadores, livres e assalariados, foram explorados.

### 3.1 O negro: "cidadão brasileiro" emancipado

Na transição do trabalho escravo para o livre e assalariado o Estado republicano reformulou as relações de dominação presentes na sociedade. Por meio de um projeto político que, ideologicamente, instaurou o *Estado de Direito*[81], no qual a democracia foi fortemente enfatizada. Nesse contexto, o negro deixou de ser um escravo e passou a ser um "cidadão brasileiro", cujos direitos "foram assegurados" pelo Estado.

Com a República, a emancipação dos negros, citada nos discursos abolicionistas, teoricamente se concretizou. Porém, ser emancipado politicamente não significou ser emancipado humanamente, pois, a emancipação política representou a emancipação das obrigações do Estado, em relação às populações negras que haviam sido escravizadas, e não a eliminação das contradições e das

[81] O Estado Democrático de Direito, que significa a exigência de reger-se pelo Direito e por normas democráticas, com eleições livres, periódicas e pelo povo bem como o respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais, proclamado no caput do artigo 1º da Constituição Federal de 1988, adotou, igualmente em seu parágrafo único, o denominado princípio democrático, ao afirmar que "todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". Ver: Alexandre de Moraes. Direito Constitucional. 21ª Ed. São Paulo: Jurídico Atlas, 2007. p 125.

desigualdades presentes na sociedade. Essa emancipação não promoveu a igualdade entre os homens nem terminou com a exploração do homem pelo homem.

> Com o princípio de que todos são iguais perante a Lei os mecanismos de barragem étnica se refinaram, sofisticaram-se e ficaram invisíveis, tem-se a impressão de que o seu achatamento social, econômico e cultural é uma decorrência das suas próprias insuficiências individuais ou grupais (MOURA, 1994, p. 153).

O Estado, como representante da classe dominante, econômica e politicamente, quando proclamou o discurso liberal de igualdade, liberdade e fraternidade não teve como propósito extinguir as desigualdades entre as pessoas, apenas eliminou-as aparentemente. De uma dominação baseada na escravidão, na qual a coerção se dava por meio de em castigos físicos, no trabalho assalariado o domínio do homem pelo homem passou a se dar por meio do discurso ideológico, no qual o trabalhador era convencido dos benefícios desta nova forma de trabalho.

A cidadania fez parte de uma emancipação política e não representou a liberdade efetiva do ser humano, pois, "[...] a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, individuo *independente* e *egoísta* e, por outro lado, a *cidadão*, a pessoa moral" (MARX, 2011, p. 37 – grifos do autor). Ou seja, emancipar politicamente significa estar submetido ao poder do Estado, cujo objetivo é o de organizar a sociedade para que a classe dominante tenha aparatos ideológicos para oprimir a outra classe. Entretanto,

> [...] só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser *genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força politica (MARX, 2011, p. 37- grifos do autor).

Com o mito da Democracia Racial propagou-se a ideia de igualdade racial entre os cidadãos brasileiros e se afirmou a existência da igualdade entre as pessoas e a inexistência de práticas racistas no País. Segundo esse mito, as relações entre negros e brancos foram harmoniosas, não existido preconceito de raça, posicionamento esse que pôde ser notado na elaboração da Constituição Brasileira de 1891, na qual não apareceu diferenciação entre negros e brancos, a lei colocou todos os cidadãos brasileiros como iguais, sendo considerados cidadãos brasileiros:

> *Art. 69. 1º Os nascidos no Brasil, ainda que de pae estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação; 2º Os filhos de pae brasileiro e os*

> *illegitimos de mãe brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, si estabelecerem domicilio na Republica; 3º Os filhos de pae brasileiro, que estiver noutro paiz ao serviço da Republica, embora nella não venham domiciliar-se; 4º O s estrangeiros, que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis mezes depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de conservar a nacionalidade de origem; 5º Os estrangeiros, que possuirem bens immoveis no Brasil, e forem casados com brasileiras ou tiverem filhos brasileiros, comtanto que residam no Brasil, salvo si manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; 6º O s estrangeiros por outro modo naturalizados* (BRASIL,1891).

Rui Barbosa, um dos principais representantes na elaboração da Constituição Brasileira de 1891, influenciado pela Constituição dos Estados Unidos, desconsiderou as condições específicas do Brasil, sejam elas, estruturais, políticas e econômicas, bem como as condições dos negros recém-libertos (BASBAUM, 1968). A teoria da Democracia Racial foi de suma importância para a construção de um ideário da nação perfeita, aquela em que os problemas sociais, ocorridos no período escravocrata, haviam sido superados. “A abolição incorporou os ex-escravos aos direitos civis. Mesmo assim, a incorporação foi mais formal do que real. A passagem de um regime político para outro em 1889 trouxe pouca mudança” (CARVALHO, 2002, p.17). Ser emancipado politicamente representou o “direito” à participação no poder político, seja como um cidadão que exerceria o seu direito de votar, ou como um representante politico que seria eleito pelo povo para participar da política como membro do Estado.

Entretanto, no que diz respeito ao voto, nem politicamente o negro foi emancipado, pois, no Capitulo IV, Artigo 70, da Constituição Brasileira de 1891, no qual se tratou a questão eleitoral do País, ficou declarado que: *“[...] § 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federaes, ou para as dos Estados: 1 Os mendigos; 2 Os analfabetos [...]§ 2º São inelegíveis os cidadãos não alistáveis”* (BRASIL, 1891). Desta forma, os negros foram considerados inaptos para exercer o direito político, pois, neste contexto histórico, a maioria da população negra era formada por analfabetos, mendigos e desempregados.

Os limites da emancipação política, para os ex-escravos ficou evidente “[...]de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o estado ser capaz de ser um Estado Livre sem que o homem seja um homem livre” (MARX, 2010, p. 39). Os ex-escravos, mesmo livres e cidadãos brasileiros, foram considerados inaptos para exercerem cargos políticos, uma vez que, os grandes fazendeiros de café com o apoio das demais classes rurais, governaram o País da maneira que mais fosse

proveitosa para eles. Tratava-se de uma rede de relações, na qual se encontrava no cume o "[...] Presidente da República, vindo logo abaixo o Partido Republicano Paulista e os Partidos Republicanos Estaduais; e na base do arcabouço, o coronel e a sua família, amigos, parentes e dependentes" (BASBAUM, 1968, p. 190), que governavam e centralizavam o poder do Estado nas mãos dos homens "verdadeiramente livres".

Na sociedade capitalista, para que os homens sejam efetivamente livres, emancipados humanamente e socialmente os mesmo precisam ser iguais e proprietários, uma vez que o Estado, em seu discurso, enfatizou o direito de se possuir a propriedade privada por meio do trabalho, e ao eliminar,

> [...] a sua maneira, as distinções estabelecidas por nascimento, posição social, educação e profissão, ao decretar que [...] são distinções não políticas; ao proclamar, sem olhar a tais distinções, que todo membro do povo é igual parceiro na soberania popular, e ao tratar o ponto de vista do Estado todos os elementos que compõem a vida real da nação. No entanto, o Estado permite que a propriedade privada, a educação e a profissão atuem a sua maneira [...] e manifestem a sua característica particular. Longe de abolir estas diferenças efetivas, ele só existe na medida em que as pressupõe (MARX, 2001, p.21).

A igualdade de direito de acesso ao trabalho e a propriedade privada também foi negada aos negros, pois, emancipados da escravidão sofreram com o impacto da competição instaurada pelo trabalho livre e assalariado, foram eliminados das posições nas quais trabalharam durante o Brasil Colônia e Império, não conseguindo manter as antigas ocupações e, muito menos, concorrer com a mão de-obra estrangeira.

> Enquanto o branco da camada dominante conseguia progredir e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações [...], o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais de sistema - com os que "não serviam para outra coisa" ou com os que "estavam começando nem por baixo" (FERNANDES, 2008, p. 42 - grifos do autor).

Os negros e os mulatos sofreram com a eliminação de sua mão-de-obra, nem nas atividades nas quais estavam habituados a trabalhar eles tiveram acesso, pois juntamente com "[...] o brilho das melhorias, destacavam-se a desigualdade crescente, a pobreza e a submissão de boa parte da população, que pouco absorvia desse conjunto de novas introduções" (SCHWARCZ, 1987, p.47). Devido à competição com os imigrantes, para os negros livres só restava aceitar a

incorporação gradual no mercado de trabalho livre e assalariado, mesmo que nas atividades mais penosas.

Tanto a abolição quanto a República, representaram a eliminação do negro no mercado de trabalho, pois, “[...] longe de equipará-lo ao trabalhador assalariado branco, estrangeiro ou nacional, expunha-o fatalmente, de modo previsível e insanável, ao desajustamento econômico, à regressão ocupacional e ao desequilíbrio social” (FERNANDES, 2008, p.59). Neste contexto, a emancipação política representou apenas o resultado de uma conquista do Estado burguês e não a emancipação humana de toda a sociedade brasileira.

Assim, como no Império a ordem social brasileira no período Republicano continuou com a mesma essência, imperando os modelos de dominação vigentes e a competitividade que se iniciou com o novo regime se configurou como uma “[...] sociedade de classes que só era *igualitária* nos estratos dominantes e só era *aberta* para aqueles que detinham o poder ou para aqueles que participassem vantajosamente das novas tendências à concentração regional de renda” (FERNANDES, 2008, p.61-grifos do autor). Raramente o negro e o mulato tiveram acesso às transformações ocorridas na estrutura econômica e social republicana, para eles a ascensão social permaneceu inacessível. No momento em que,

> [...] de um lado, se colocam os despossuídos, cuja sobrevivência depende da venda de sua força de trabalho, e de outro, os possuidores do capital e compradores dessa força de trabalho, cabe aos últimos, enquanto classe dominante, estabelecer as condições de sua dominação (SALLES, 1980, p. 91).

A preparação do negro para o trabalho foi necessária apenas em um período em que ocorreu a preocupação em suprir a falta de mão-de-obra nos setores vitais da economia brasileira. Para além dessas necessidades o que ocorreu foi a degradação do negro escravizado, pois, não recebeu instrução alguma para a sua preparação para a transição do regime de trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado, e teve eliminado qualquer conteúdo cultural que ainda mantivesse de suas origens.

Cabe ressaltar que a educação, no final do século XIX, foi colocada pelo Estado republicano como a responsável pela solução dos problemas nacionais. A construção dos Grupos Escolares representou a modernidade no País e os ideais nacionalistas se fizeram presentes na “construção” da nova sociedade, por meio da instrução. Entretanto, para as massas populares, a educação nas escolas primárias

não foi prioridade, sendo que essa discussão iniciou somente com a Reforma Paulista em 1920, cujos objetivos foram o de problematizar a questão da gratuidade e obrigatoriedade da alfabetização de todas as crianças com idade escolar (SAVIANI, 2004).

Visando à modernidade e ao progresso, a sociedade republicana não tolerou situações e comportamentos que denegrissem a imagem do País que deveria estar em crescente desenvolvimento e atualizado. Neste contexto, qualquer manifestação por parte dos negros que remetessem a lembrança do passado foi reprimida, medidas foram criadas para que a cultura e os costumes da população negra, que por ventura ainda existisse, fosse extinta.

Como resultado, os negros foram abolidos da escravidão sem as condições sociais necessárias para organizarem suas vidas de modo a integrar-se na sociedade republicana, pois, saíram "[...] espoliados material e moralmente; vinham desprovidos, em sua imensa maioria, de meios para se afirmarem como uma categoria social à parte ou para se integrarem às categorias sociais abertas à sua participação" (FERNANDES, 2008, p.74). Ao perderem seu lugar na sociedade como principal fonte de mão-de-obra, os negros se viram impossibilitados de participar das relações de produções capitalistas que se afirmavam no Brasil republicano.

Os ideais liberais de liberdade, tão difundidos no início da República, significaram para os ex-escravos apenas uma liberdade aparente, foi-lhes delegado a condição de homem livre, entretanto, essa liberdade representou uma vida de miséria, ignorância e rejeição. Não houve qualquer manifestação coletiva da classe dominante da época no sentido de proteção aos negros e de reparação social, para eles, viver nos centros urbanos nesta fase de transição representou uma vida condenada a marginalidade.

> [...] o ex-escravo se tornara cidadão, o Brasil se tornava inegavelmente um país negro, circunstancia que a elite dominante branca não podia tolerar. [...] e assim começa o genocídio, nesse século, do povo negro do Brasil, de duas maneiras: através da liquidação física, inanição, doença não atendida, e brutalidade policial; mais sutil é a operação da miscigenação compulsória. Esta politica demográfica, pregada como ideal social pelas camadas dominantes, dita que o cidadão brasileiro atinge os direitos civis e humanos, a ascensão na escala socioeconômica, enfim, a sobrevivência física e econômica, somente na medida em que ele atinja as características do branco, na cor da pele, nos traços somáticos e no comportamento social (NASCIMENTO, 1982, p.27).

Com esse princípio de liberdade coube a cada indivíduo, pertencente a sociedade brasileira, a responsabilidade em obter os recursos materiais para a sua subsistência, a sua riqueza ou a sua pobreza, dependeu exclusivamente do fruto de seu trabalho e de sua dedicação, pois, “[...] cada homem tem uma propriedade particular em sua própria pessoa: a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seus braços e a obra das suas mãos pode-se afirmar, são propriedade dele (LOCKE, 2006, p.38). Deus ao criar o homem, segundo Locke (2006), o fez como uma criatura social com obrigações a serem cumpridas, e dentre elas o trabalho é o meio pelo qual o homem consegue adquirir a propriedade privada, deste modo, aquele que não conseguir adquirir os bens materiais será em função do mal uso de sua razão ou por não ter se dedicado ao trabalho.

A ideia de que todos os homens teriam o direito à propriedade privada e a liberdade foi disseminada no Brasil e o Estado se colocou em uma posição neutra perante a realidade da população pobre, pois, para o liberalismo o melhor governo é aquele que menos governa, e o “[...] melhor Estado, assim, é o “Estado Mínimo”, que deixa aos indivíduos o máximo de liberdade compatível com as exigências da vida em sociedade” (CHAVES, 2007, p.9). A responsabilidade pela ascensão social e econômica dos negros dependia exclusivamente deles, de sua dedicação e de seu trabalho. O discurso liberal sobre a liberdade do trabalho e a igualdade de direitos disfarçou a real exploração que foi realizada, pois, essa liberdade apregoada pelos republicanos, “[...] não é a liberdade de um simples indivíduo em presença de outro indivíduo. É a liberdade que o capital tem de esmagar o trabalhador” (MARX, 1983, p. 156).

As ideias liberais republicanas foram um instrumento ideológico que a classe dominante utilizou para reprimir as outras classes, sendo essa dominação perpetuada por meio da transmissão de ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, que foram tomadas como verdadeiras. Marx (1983) discutiu a questão do trabalho a partir do conceito de classes e defendeu que a liberdade não deve depender da propriedade privada, pois, o homem é verdadeiramente livre quando não é forçado a vender sua força de trabalho. Para ele, a execução do trabalho faz com que o homem se perverta a ponto de não ter o quer comer, e, quanto mais trabalhar menos condições terá para satisfazer suas necessidades.

Para os republicanos, era preciso apaziguar a situação entre as classes, e ao tratar “[...] os problemas entre as classes como problemas dos homens entre si,

remetendo a solução da extinção do regime escravista para as províncias em particular, consegue escamotear a diversidade de interesse no interior da classe dominante" (SALLES, 1980, p. 22). O Estado, neste projeto de governo, instrumentalizou os seus múltiplos aparelhos com objetivo e necessidade de dominação dos desprestigiados economicamente, visando interpretar e minimizar os conflitos entre capital e trabalho. Com este intuito, os republicanos utilizaram a Escola como um instrumento para viabilizar este processo de alienação da classe trabalhadora.

O desenvolvimento e o progresso da nação brasileira, propagado ideologicamente pelos republicanos, estava baseado na valorização do trabalho e, consequentemente, na necessidade das relações de compra e venda da força de trabalho do homem. Nesse contexto, "[...] os homens ao trabalharem estão não só contribuindo para o enriquecimento da Nação, mas criando as condições concretas para o seu próprio enriquecimento" (SALLES, 1980, p. 107). Teoricamente os pobres, os mulatos e os negros deveriam ter gozado das mesmas regalias as quais todos os cidadãos brasileiros tiveram direito, mas contrariamente, eles foram jogados à rua, sem terra, sem instrução alguma, sem profissão, sem teto, sem meios de adquirir o mínimo para a sua subsistência, foram abandonados à sua própria sorte (BASBAUM, 1968).

Passado o período pós-abolição, muitos ex-escravos, por não terem alternativa, voltaram às fazendas nas quais trabalhavam no regime escravocrata, para pedirem emprego como trabalhadores livres, e outros se deslocaram para as cidades, onde sofreram com desemprego. Os poucos que conseguiram um trabalho foram obrigados a exercer atividades que exigiam muito esforço físico, pois, mesmo com

> [...] o mínimo de educação, eram os negros eliminados dos serviços mais leves e que exigiam esse mínimo de formação e treinamento. Por isso mesmo viam-se forçados a exercer os misteres mais humildes, brutais e mal pagos. Eram os trabalhadores braçais das ruas, da construção civil ou das fábricas (BASBAUM, 1968, p.180).

Ao substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado, foram alteradas as formas como se deram as explorações do trabalho. Para que o negro conseguisse a ascensão social, ele precisava estar inserido no mercado de trabalho, pois, somente era considerado cidadão aquele que "[...] mantivesse laços de

“dependência” econômica com os “proprietários, capitalistas e negociantes”, estes sim, cidadãos pela sua condição social” (SALLES, 1980, p. 107 - grifos do autor). Entretanto, a situação de pobreza em que o negro brasileiro se encontrava, quando na condição de escravo, manteve-se após abolição, uma vez que muitos não tiveram acesso ao trabalho, ela foi apenas camuflada pela ideia de “emancipação”. Nesse sentido, a ideologia dominante produziu o discurso da igualdade racial para disfarçar ou mascarar as formas de opressão, visando assim, manter sua hegemonia no poder.

A campanha para a modernização das cidades e da vacinação, já citados, provocaram manifestações da população negra que viram como uma ameaça, as atitudes do Estado republicano. Essa insatisfação gerou vários protestos, e, “[...] a expulsão da população, as medidas sanitárias (que incluíam a proibição de mendigos e cães nas ruas, a proibição de cuspir na rua e nos veículos) e, finalmente, obrigatoriedade da vacina levaram a população a levantar-se para dizer um basta” (CARVALHO, 2002, p.74). Outro movimento dos negros contra o governo republicano se deu com a Revolta da Chibata[82], em 1910, cujo objetivo foi o de reivindicar os direitos de cidadãos dos marinheiros negros que trabalhavam para a marinha Brasileira no inicio do século XX.

A situação dos marinheiros negros nos navios brasileiros era desumana, mesmo com a abolição da escravatura, práticas torturantes continuaram a ser sofridas pelos negros que, além de não receberem alimentação adequada, apanhavam de chibata constantemente. Ressaltando que os marinheiros tiveram que lutar, além dos castigos e humilhações sofridos, contra o racismo presente na tripulação dos navios, uma vez que, os oficiais da marinha eram em sua maioria pertencentes às famílias de antigos escravocratas “[...] uma oficialidade que tratava os marinheiros como escravos. Os marinheiros lutaram, assim também, contra todo um mundo de ideias e preconceitos racistas” (MAESTRI FILHO, 1982, p.07). Desta forma, a Revolta da Chibata foi um movimento fundamental para o inicio das reivindicações e da conquista dos direitos sociais da população negra brasileira.

Com o Mito da Democracia racial, a classe dominante forjou uma falsa consciência da realidade racial no Brasil. Colocou a culpa nos negros pela pobreza e

---

[82] O movimento da Chibata foi conduzido por João Cândido, marinheiro negro que liderou a rebelião contra a discriminação racial sofrida nos navios. Para aprofundamento ver: MAESTRI FILHO, Mário. **1910: A Revolta dos Marinheiros**. São Paulo: Global, 1982; ROLAND, Maria Inês. **A Revolta da Chibata**. São Paulo: Saraiva, 2000.

miséria na qual eles viviam e, desta forma, se isentou de qualquer responsabilidade moral promovendo todo um rol de convicções etnocêntricas:

> 1º- a ideia de que "o negro não tem problemas no Brasil"; 2º- a ideia de que, pela própria índole do povo brasileiro, "não existem distinções raciais entre nós"; 3º- a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder foram indistinta e igualmente acessíveis a todos, durante a expansão urbana e industrial; 4º- a ideia de que o "preto está satisfeito" com sua condição social e estilo de vida; 5º- a ideia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema social com referencia ao "negro" (FERNANDES, 2008, p. 312- grifos do autor).

Com base na Democracia Racial, a sociedade brasileira conservou os valores discriminatórios, adquiridos e conservados, durante o regime de escravidão no País e mascarou as desigualdades sociais existentes. Para a classe dominante foi de fundamental importância manter a sujeição dos grupos dominados, para tanto, manteve os mesmos no seu "devido lugar" por meio da neutralização de suas manifestações sociais, culturais, políticos e religiosas. "Já não se procura mais a destruição pura e simples dos polos de resistência como se fazia com o quilombola, mas cria-se, em cima desta situação conflitante, a filosofia da assimilação e da aculturação, de um lado, e do embranquecimento, do outro" (MOURA, 1988, p.56). Neste contexto, os negros, mesmo representando a maioria da população brasileira, passaram por um processo de negação de sua identidade étnica[83], uma vez que, ideologicamente a classe dominante perpetuou a ideia de que tudo o que fizessem referência à raça inferior e a escravidão fosse considerado ruim e socialmente desvalorizado.

> A negação do preconceito, a crença no "processo de branqueamento", a identificação do mulato como uma categoria especial, a aceitação de indivíduos negros entre as camadas da elite branca, tornaram mais difícil pra os negros desenvolverem um senso de identidade como grupo, por outro lado, criaram oportunidades para alguns indivíduos negros ou mulatos ascenderem na escala social (COSTA, 1999, p. 235- grifos do autor).

Para justificar o discurso ideológico de que não havia preconceito racial no Brasil a classe dominante da época "aceitou" que alguns negros fizessem parte da sociedade branca. Oportunidades foram criadas para que os negros "escolhidos"

---

[83] Tomamos aqui o conceito de identidade étnica como "[...] um nível de consciência individual ou grupal das suas origens ancestrais capaz de determinar a aceitação, reconhecimento e autoafirmação social e cultural a partir desse nível de consciência alcançado. A partir daí o agente conscientizado passa a contrapor-se aos outros indivíduos, grupos ou segmentos que veem na etnia a que pertence uma marca inferiorizada" (MOURA, 1994, p. 156).

conseguissem a ascensão social, entretanto, para serem aceitos pelos brancos como negros especiais, aqueles que possuíam a alma branca, eles foram obrigados a adotar o mito da Democracia Racial como verdade. Nesse sentido, após a Reforma Couto Ferraz[84], em 1854, em algumas escolas primárias foram aceitos negros libertos, desde que eles fossem "[...] provenientes de famílias de algum recurso, uma pequena porcentagem de ex-escravos, social e economicamente "protegidos" por ex senhores podem ter sido beneficiados com a educação escolar formal." (SILVA; ARAUJO, 2005, p.69).

Nesse contexto, alguns negros que conseguiram ter acesso à educação formal, foram "induzidos" a concordar com o pensamento da classe dominante no qual se afirmava que no Brasil não havia racismo e preconceito contra a população negra. Intelectuais negros da época corroboraram com a falsa ideia da Democracia Racial, dentre eles pode-se destacar o escritor romancista Machado de Assis e o antropólogo Nina Rodrigues, que por meio de suas obras, propagaram a visão do homem branco sobre a inferioridade da população negra (COSTA, 1999).

Faz-se necessário ressaltar que, nem todos os negros que conseguiram conquistar a ascensão social destacaram a inferioridade do negro frente ao branco. Os poucos negros que superaram os empecilhos sociais e conseguiram se afirmar na sociedade como cidadãos, de fato, foram responsáveis pela organização dos movimentos negros no Brasil[85], que se iniciaram no século XIX e continuaram no século XX, com o objetivo de aproximar e reunir a população negra para combater a discriminação racial e propor a inclusão social do negro na política, na economia e principalmente na educação formal brasileira[86].

---

[84] A Reforma do Ensino Primário, conhecida como Couto Ferras, foi instituída em 17 de fevereiro de 1854, pelo Decreto 1.331. Na referida reforma foi estabelecida a obrigatoriedade e gratuidade das escolas primárias para as crianças com idade maior que sete anos, com a ressalva de que elas não poderiam ser escravas e não serem acometidas por algum tipo de problema de saúde como moléstias.

[85] As associações negras cresceram no inicio do período republicano, e, conforme se organizavam foram criando diferentes espaços para se debaterem sobre os problemas pelos quais os negros passavam, dentre esses espaços, pode-se destacar o surgimento da Imprensa Negra. A mobilização promovida pelos diversos jornais os movimentos negros ganharam força. Na década de 1930 foi criada a Frente Negra Brasileira, um movimento de massas, protestava contra a discriminação racial que alijava o negro da economia industrializada, espalhando-se para vários cantos do território nacional. A segregação nos cinemas, teatros, barbearias, hotéis, restaurantes, enfim, em todo o elenco de espaços brasileiros em que o negro não entrava, constituía o alvo prioritário da Frente, maior expressão da consciência política afro-brasileira da época.

[86] Marcus Vinicius Fonseca em "A Educação dos Negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil" afirma que as novas formas de abordagem histórica têm desmistificado a história oficial, recuperado as ações do segmento negro e ampliado a compreensão acerca das suas formas de resistência e da luta pela educação, atitudes que até então não eram vistas dessa forma.

## 3.2 O negro e a República no Paraná

Assim como em São Paulo e no Rio de Janeiro a modernidade e a industrialização, do final do século XIX, começaram a despontar na sociedade paranaense, neste período foram construídos os edifícios mais representativos do patrimônio histórico pertencente ao Paraná.

Curitiba, a capital da Província, passou pelo processo de modernização, edifícios foram construídos com toda a imponência que a época exigia, as ruas foram alargadas e pavimentadas. “[...] A cidade deixava seu ar provinciano e adornava-se com sobrados mais leves e elegantes. Por toda a urbe e até fora de seu quadro, valorizavam-se os terrenos e surgiam novas construções” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p.65). Os lucros com a exportação da erva-mate propiciaram a instalação da rede elétrica e o desenvolvimento do comércio urbano.

FIGURA 20 - Cidade de Curitiba em 1905

Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Curitiba

A erva-mate fomentou a criação de novas indústrias e dinamizou o comércio (PROSSER, 2004). Comparando-se o arrecadamento de impostos, originados com a produção d erva-mate no Paraná, pode-se notar a grande evolução do produto durante os anos iniciais da instauração da republica no País.

> Em 1892-1893 o mate contribuía com 30% do total de imposto sobre exportações na receita estadual enquanto que em 1902 com 47% do total imposto sobre exportações. Em 1902 a extração do mate contribuía com 98% do total das exportações, era responsável por mais de 40% do total da arrecadação do estado (PADIS, 1981, p. 57).

Na capital paranaense ocorreram grandes modificações, configurou-se um momento de ascensão da burguesia e do desenvolvimento do capitalismo. No desenho urbano o desenvolvimento foi representado pelas grandes mansões que foram construídas pelos ervateiros, uma vez que, “[...] a erva-mate se constituía na atividade condutora de todo o conjunto da economia paranaense assumiu uma importância extremamente considerável” (PADIS, 1981, p.54). Além da erva-mate, a madeira foi outro produto que constituiu a economia paranaense, nas primeiras décadas do século XX. A implantação de indústrias madeireiras possibilitou o beneficiamento do pinho e a inserção do Paraná na economia capitalista em desenvolvimento no País.

> Uma das primeiras indústrias implantadas pertencia aos irmãos Rebouças. Também o Barão do Serro Azul iniciara atividades com o beneficiamento de madeira. A economia madeireira atraíra inclusive capital estrangeiro. Entre esses capitais, principalmente ingleses, estavam a Brazil Railway. A subsidiária desta empresa Inglesa, a Southern Brazil Lumber Colonization, controlava cerca de 3.000.000 hectares de terras, passando a exportar madeira (SZESZ, 1997, p.75).

Além do comércio exportador, o setor madeiro desenvolveu também a economia local com a instalação de serrarias movidas a vapor, com o beneficiamento das madeiras, produção de cabos para vassouras, palitos de fósforos, entre outros produtos, gerando o acúmulo de riquezas no Estado. Os grandes palacetes construídos pela classe dominante, econômica e politicamente, representaram a prosperidade adquirida por meio do lucro com o comercio da erva mate e da madeira. Na área interna era possível perceber “[...] madeira, dourados, veludo e cristais. [...] os sobrados que se erguiam abrigavam, por sua vez, os representantes das novas camadas médias que se disseminavam: pequenos industriais, comerciantes ou profissionais liberais” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p.69).

Entretanto, paralelamente ao desenvolvimento econômico, assim como em outras regiões do Brasil, o Paraná apresentova um panorama de pobreza, uma massa de trabalhadores pobres que se aglutinaram no espaço urbano. As moradias que eles ocupavam eram precárias, em sua maioria feitas de madeira, nas quais o conforto e condições higiênicas mínimas eram inexistentes. E mesmo na Capital existia o contraste entre aqueles que tinham recursos financeiros e os que nada possuíam.

Sem nenhuma alternativa no mercado de trabalho, ex-escravos e seus familiares viviam desempregados ou agregados a famílias com condições financeiras onde trabalhavam sem nenhuma regulamentação em trabalhos domésticos não remunerados (PATTO, 1999). A população negra ficou à margem da sociedade, [...] "Viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela" (IANNI, 1972, p.28). A abolição foi uma falácia, utilizou-se do discurso baseado na igualdade, fraternidade e liberdade, entretanto, não passou de um engano. O negro paranaense passou a ser estereotipado como vadio e desordeiro, aquele que mendigava e se prostituía nas ruas das cidades.

> [...] as massas negras foram abandonadas nas mais pobres e impossíveis condições de vida, do que resultou a altíssima taxa de mortalidade. Resultado: uma população progressivamente mais branca, sobretudo nas áreas urbanas ao sul do país. Contudo, a imensa maioria da população brasileira, confinada nas áreas rurais e nas favelas, cortiços, alagados, mocambos e conjuntos residenciais urbanos, continua negra; uma persistente, irritante maioria que insiste em sobreviver apesar do explicito desejo contrário das classes dirigentes (NASCIMENTO, 1982, p.28).

Para além da modernização por meio do embelezamento dos espaços urbanos e da adoção de medidas sanitárias, o ideário republicano visou também à civilização da sociedade por meio da coerção, para tanto ocorreu a modernização dos aparelhos de repressão. Para que a ordem fosse mantida, por meio do Código Penal de 1890[87], foram instituídos formas de controle da sociedade, "[...] a entrada do 'duplo ilícito', ou seja, do crime e da contravenção no Código Penal de 1890, pode ser vista como a contrapartida da elite republicana à liberdade adquirida pelos escravos no período imediatamente anterior" (SANTOS, 2009, p. 105). A partir do Código Penal, foi preciso alterar as formas e a estrutura física dos espaços repressivos já existentes. Para tanto, o Estado republicano suscitou a necessidade de se construírem novos prédios, adaptados ao novo conjunto de princípios e normas, para receber os "desordeiros" existentes na sociedade.

Se, no Império, o negro foi citado diversas vezes nos jornais paranaenses da época como: o escravo dotado de qualidades para ser vendido, o escravo disponível para ser alugado para exercer diversos trabalhos, entre outros; na República, ele passou a ser mencionado nos jornais como: o desordeiro, o mendigo, o vagabundo, a prostituta, aquele que deveria ser reprimido para "aprender" a viver em sociedade.

---

[87] Código Penal de 1890 – disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html - acesso 10/02/2015.

Fato este registrado nos Relatórios de Governo: "*Foram detidos durante o ano próximo passado, neste Commissariado, 87 pessôas, a saber: Homens 81; mulheres 6. Destes, somente 59 passaram pelo Gabinete de Indentificação, sendo 54 por embriaguez e desordem e o restante por gatunagem"* (PARANÁ, 1910, p.33).

No ideário republicano, a consolidação da modernização e do progresso do País, esteve vinculada ao trabalho, desta forma, foi preciso inculcar nas pessoas a importância da dedicação ao trabalho para a aquisição dos benefícios individuais e coletivos e a necessidade de se reprimir aqueles que, segundo a classe dominante, infestavam e praticavam a desordem nas cidades brasileiras.

Figura 21 – Cadeia Pública em Palmeira/PR 1900

Fonte: Museu Histórico Astrogildo de Freitas – Palmeira/PR

As discussões sobre a construção de prédios públicos, no Paraná, para servirem de penitenciarias, esteve presente nos discursos presidenciais da época, pois, era preciso "[...] *dotar o Estado com uma prisão penitenciaria destinada ao cumprimento das penas estabelecidas pelo Código Penal da República, a qual condissesse com o grão de desenvolvimento material, moral e intelectua*l" (PARANÁ, 1910, p. 23). Nesses espaços os negros aprisionados "[...] *viviam na mais completa e desoladora promiscuidade, em cubículos, cumprindo a pena que lhes fôra imposta em comum, o delinquente, o passional, o assassino, o estreiante e o reincidente*" (PARANÁ, 1910, p. 24). Do ponto de vista da classe dominante, os negros não transgrediram as leis por terem sido abandonados e viverem na miséria, mas sim, porque faziam parte de uma raça inferior, e como tal, predisposta a doenças físicas e mentais.

Com base na ideologia da raça inferior[88], no Brasil Colonial e Imperial, foi transmitida a ideia de que "[...] pouco se poderia esperar de uma nação composta por 'raças pouco desenvolvidas como a negra e a indígena', isso sem falar dos mestiços, maioria absoluta em nossa população" (SCHWARCZ, 1994, p.213). Essa ideologia pôde ser comprovada nos discursos abolicionistas, nos quais era preciso preparar o negro escravo para a sua integração como homem livre na sociedade brasileira. Ao defenderem a abolição gradual, os abolicionistas, tiveram como objetivo a inculcação da moral e dos bons costumes do homem branco e superior para que o negro tivesse condições de se tornar livre sem que houvesse prejuízos para a sociedade.

> Tanto a ideologia abolicionista, quanto o "não quero" dos escravos foram contidos ou manipulados estrategicamente em função dos interesses e dos valores econômicos, sociais e políticos dos grandes proprietários que possuíam fazendas nas regiões prósperas e concentravam em suas mãos as complicadas ramificações mercantis, bancárias e especulativas da exportação do café (FERNANDES, 2008, p.55 - grifos do autor).

Os abolicionistas não tiveram por objetivo extinguir as desigualdades sociais entre os homens. Para eles, era necessário propiciar a liberdade gradual para os escravos para que não houvesse prejuízos ao País. O movimento abolicionista foi uma falácia, organizado "[...] principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca. A abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte" (PATTO, 1999, p. 171). Defensores do liberalismo os abolicionistas propagaram a necessidade de a propriedade privada ser adquirida pelo fruto do trabalho de cada pessoa, e como tal, por meio do seu trabalho adquiri-la. O período inicial da disseminação das ideias liberais no Brasil serviu para conciliar a relação entre o governo imperial e a oligarquia escravocrata, mas, "[...] o verdadeiro liberalismo representado pelos abolicionistas, cuja vitória final, em 1888, criou finalmente no Brasil condições para a expansão do capitalismo industrial" (SINGER, 1987, p. 20). Desta forma, o fim do trabalho escravo negro no Brasil significou a instauração dos princípios liberais de livre mercado, que seguiam a ordem do regime capitalista europeu.

---

[88] O conceito de raça foi elaborado pelas elites burguesas europeias em finais do século XVIII e XIX, com objetivo de legitimar filosoficamente a dominação e sujeição política e econômica entre classes sociais, cientistas buscaram comprovar por meio da ciência que devido às diferenças físico-biológicas os negros eram inferiores aos brancos, fato esse que justificou a colonização europeia visando "civilizar" os negros e índios.

Cabe aqui ressaltar que o conceito de classe inferior e de Raça, utilizado no Brasil no final do século XIX, não foi biologicamente determinado, mas sim, construído ideologicamente por uma sociedade que ansiava pelo poder e pela dominação, uma vez que, “as relações raciais e os conflitos raciais são necessariamente estruturados pelos fatores econômicos e políticos de caráter mais geral” (BOTTOMORE, 2012, p.460). Na sociedade Republicana esse discurso tomou uma nova roupagem, baseados nas ideias liberais de igualdade, a classe dominante da época, por meio de seus intelectuais, propagou sutilmente o instrumento de dominação racial denominado de “Democracia Racial”[89], no qual se afirmou, ideologicamente, a inexistência da superioridade das raças na nova sociedade que se instaurava no Brasil. Desta forma, os negros, “cidadãos republicanos”, “[...] não foram legalmente discriminados, mas foram “naturalmente” e informalmente segregados” (COSTA, 1999, p.228), legalmente o negro foi considerado cidadão, entretanto, o preconceito e a discriminação de toda uma sociedade escravocrata permaneceu.

### 3.3 A invisibilidade do negro quilombola paranaense

A política de embranquecimento da nação, com o estímulo e a vinda de imigrantes europeus para a região, fortaleceu o mito de que eram poucos os negros que habitavam o Paraná durante o período escravocrata, e que muitos haviam sido extintos até a abolição da escravatura. Os espaços nos quais os Quilombos paranaenses foram formados durante os séculos XVIII e XIX ficaram invisibilizados e á margem da sociedade.

Um fato importante que contribuiu para com a invisibilidade do negro no Paraná e no País, foi a atitude tomada por Rui Barbosa, então ministro e secretário da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, que, visando eliminar os vestígios da escravidão negra no Brasil, em 11 de dezembro de 1890, ordenou que todos os documentos comprobatórios da existência de escravos fossem destruídos. O discurso utilizado foi o de que, para evitar, posteriormente, que os fazendeiros e senhores de escravos viessem a cobrar do Estado indenização pela abolição, todos os papéis deveriam ser entregues ao governo.

---

[89] O mito da “democracia racial” ganhou força principalmente após a publicação do clássico “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, em 1933. Para aprofundamento ver: Costa; 1999; Fernandes, 2008.

> *1º — Serão requisitados de todas as tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na Recebedoria.*
> *2º — Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, e do administrador da Recebedoria desta Capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e procederá à queima e destruição imediata deles, que se fará na casa da máquina da Alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão. (*BARBOSA, 1890, p.338).

Entretanto, essa ordem se tratou de uma manobra política para negar a existência dos negros no País, e, até mesmo visando extinguir qualquer possibilidade de reivindicação futura por parte dos negros que foram escravizados, fato esse que repercutiu no final do século XX e dificultou o processo de reconhecimento das terras de Quilombos existentes no Brasil como espaço físico pertencente aos negros descendentes de escravos, bem como o acesso a fontes sobre a escravidão.

Portanto, a falta de documentação histórica sobre os negros no Paraná, e, consequentemente a falta de dados históricos sobre a educação deles, não se deve a sua inexistência na região, mas sim a não conservação dessas fontes. Os negros "[...] não são povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação" (CRUZ, 2005, p.24). Cabe ressaltar que houve um movimento voltado para a construção da identidade[90] cultural da região paranaense e a consolidação da classe dominante politicamente. Nesse contexto, o trabalho de escritores que representavam essa classe foi no sentido de propagar o progresso do Paraná enaltecendo os países europeus como sendo símbolos da modernidade a serem seguidos.

> Os intelectuais tradicionais do Paraná escreveram a história tradicional da identidade paranaense. Ermelino de Leão, Romário Martins, Francisco Negrão e o ultimo dos paranistas, David Carneiro. Todos possuíam vínculos com a erva-mate. A sua temática foi a construção da história regional, os temas paranaenses, a defesa dos limites do Paraná e a genealogia e

[90] A invenção do Paranismo foi o resultado de um longo processo de formulação de uma autoimagem do estado do Paraná, em contraposição às outras regiões do Brasil. Nesse processo, iniciado após a emancipação paranaense de São Paulo, em 1853, desempenharam um papel fundamental intelectuais, literatos e artistas plásticos, que se tornaram os principais "arquitetos" de uma identidade local (Batistella, 2012, p.2*)*. "Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil a coletividade paranaense" (MARTINS, 1946, p. 91).

> memória de suas elites. Todos procuraram mostrar a continuidade histórica da região. O estado eram eles, os homens bons e os seus descendentes (OLIVEIRA, 2001, p.24).

Historiadores paranaenses trabalharam nesse sentido e reforçaram a positividade da entrada de imigrantes europeus na região e o mito da inexistência do negro no Paraná. Era preciso,

> [...] aos olhos dos governantes e dos intelectuais, construir uma entidade e elaborar argumentos objetivamente neutros, sobre as quais deveria se colocar a legitimidade da dominação territorial, e a hegemonia de determinados grupos que comandavam o Paraná. A factibilidade de um discurso, que explicitasse e outorgasse legitimidade científica na construção da territorialidade, apresentava-se como alternativa válida para a elaboração da região (SZESZ, 1997, p.127).

Romário Martins[91], em suas obras sobre o Paraná, enfatizou a crença de que foi pequeno o número de negros e mulatos que viviam na região. Letrado, e pertencente à classe dominante de Curitiba interferiu, por meio de suas obras, decisivamente na elaboração da identidade do Paraná.

> No território paulista, que desde 1853 em diante constituiu a Província, hoje Estado do Paraná e onde a indústria fundamental foi a pecuária á cargo de índios e seus mestiços, e não a agrícola para a qual o negro era preferido, - a introdução de africanos foi insignificante" (MARTINS, 1995, p. 187).

Segundo o autor, os dados do censo de 1872 apontaram que o número de negros no Paraná foi reduzido devido à mortalidade precoce, aos casamentos entre negros e brancos, e que a sua vida curta nas altitudes elevadas do Paraná, se deu devido a pouca resistência respiratória da população negra (MARTINS, 1995). Enaltecendo a política de imigração europeia na região paranaense, Romário Martins descreveu o local como predominantemente branco.

> Mais de um quarto de século é passado sobre as verificações referidas (censo de 1890), e nesse período de tempo, como é natural, mais se elevou o teor ariano da população paranaense pelo movimento natural e social de sua dinâmica, isto é, pelo excesso de natalidade verificado sobre os óbitos, pelos casamentos de descendentes de europeus puros com mestiços dos dois tipos fundamentais da nossa sociedade e pela ininterrupta corrente

---

[91] Bisneto de Jóse Martins, médico cirurgião-mor do regimento de Bragança, Romário Martins pertenceu a classe dominante economicamente de Curitiba. Considerado um dos grandes historiadores e pensador paranaense. Jornalista por profissão e socialista, Romário Martins publicou, em 1899, a obra "História do Paraná", concebido para ser adotado como livro didático em escolas públicas; Almanach do Paraná (1889-1903); Terra e Gente do Paraná (1928).

> imigratória, de eslavos, germânicos e latinos, vultuosamente encaminhados para nossa terra (MARTINS, 1995, p. 155).

Ao citar os negros, Romário Martins destacou a influência deles para com a formação étnica do Brasil, entretanto, sempre que possível destacou a superioridade do imigrante europeu e a inferioridade dos imigrantes africanos, a começar por suas crenças. Segundo o autor, os negros eram

> Fetichistas ao extremo e adoravam ídolos de grosseira confecção e até mesmo simples pedaços de osso, penas, etc. Alguns autores, porém, atribuem-lhes noção de uma divindade superior, o Zaambi ou Zumbi, servida por sacerdotes de grande influência (MARTINS, 1995, p. 153).

Por meio de suas obras Romário Martins influenciou, posteriormente, Wilson Martins que corroborou com a ideia de inexistência da população negra na região do Paraná, em sua obra intitulada “Um Brasil diferente”, na qual o autor destacou a positividade da imigração e a inexistência do negro no Paraná.

> [...] Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras. [...] Território que do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira (MARTINS, 1989, p. 28 - 446).

Assim como Wilson Martins, Ruy Wachowicz, baseado nos escritos de Romário Martins, afirmou que, a partir do século XIX, devido à proibição do tráfico negreiro, a política de branqueamento no País e a imigração europeia, o Paraná foi definido como predominantemente branco e europeu (WACHOWICZ, 1995). A negação da história dos negros no Paraná representou o preconceito e a discriminação contra a população negra, marcada pelo estereótipo de “raça inferior”.

> [...] em um país cuja nefasta herança escravocrata estava (ou está) profundamente enraizada na mentalidade da população não é de se estranhar a exclusão do africano pelo Paranismo. Soma-se a isso o acréscimo do cientificismo – eurocêntrico e racista – do século XIX, que considerava o negro como uma “raça inferior” e “degenerada”, cujos defeitos seriam transmitidos pela herança biológica (BATISTELLA, 2012, p.3*).*

Se para Gilberto Freyre (1933) foi imprescindível disseminar a ideia de convivência harmoniosa entre os negros e os brancos durante o período da escravidão no País, reforçando assim o Mito da Democracia Racial, no Paraná, os

autores já citados, visaram à negação da existência do negro frente à predominância europeia na região. Em concordância com a lógica liberal em ascensão no Brasil, o Governo Provincial paranaense procurou implantar um "[...] ensino voltado para "uma minoria de homens capazes de se elevarem à altura dos conhecimentos do mundo civilizado para dignamente concorrerem aos cargos elevados e à direção dos negócios do Estado"" (VECCHIA, 2006, p.67 – grifos do autor), garantindo assim, a permanência da classe dominante no poder, a qual se empenhou em "inventar tradicionalmente o Paraná".

> Por "tradição inventada" entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 1997: 9).

A invisibilidade dos negros, perpetuada no Paraná no período pós-abolição da escravatura, fez parte de um acordo político no qual a imigração europeia foi enaltecida como aquela que supriria a falta de mão-de-obra na região, cujo objetivo real foi o do branqueamento e a colonização do território paranaense como forma de defesa e ocupação. Tratava-se de um projeto que visava construir ideologicamente a imagem de uma região do Brasil cuja presença dos vestígios da escravidão negra não existia mais. Desta forma, era preciso afirmar que a presença do negro escravo era insignificante devido à ausência da escravidão no Paraná, ou seja, "[...] em nome da rejeição do escravismo, rejeitava-se a pessoa do escravo, isto é, do negro que trazia na pele o estigma daquilo que devia ser superado" (PEREIRA, 1996, p. 85 e 86).

Os negros quilombolas ficaram á margem da sociedade[92], tanto pela localização distante dos centros urbanos, quanto pela falta de interesse da classe dominante, economica e politicamente, em mostrar a etnia negra no Paraná. O Estado, ao invisibilizar o negro paranaense, impediu que a sua história fosse transmitida às futuras gerações, pois, a população existente nas comunidades quilombolas "[...] possuíam parco conhecimento de sua história de escravização e

[92] As comunidades Quilombolas paranaenses ficaram invisibilizadas por mais de cem anos após a abolição da escravatura. A população existente ainda sofre com a inadequação do atendimento à saúde; com a falta de transporte para levar as crianças até as escolas, pois, muitos alunos percorrem longas distâncias a pé; sofrem com as más condições das estradas, intransitáveis, que ligam as comunidades quilombolas aos centros urbanos; com as precárias casas nas quais residem; etc. Para aprofundamento sobre a atual situação das Comunidades Quilombolas: CURITIBA. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências Terra e cidadania. Curitiba: ITCG, 2008.

suas decorrências – conhecimento negado não só a eles, mas a toda a sociedade e, principalmente aos negros brasileiros” (CURITIBA, 2010, p.11).

Ao negar a existência do negro no Paraná negou-se também, indiretamente, o direito do seu reconhecimento como cidadão brasileiro. “[...] não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente” (LEITE, 1996, p. 41). Essa invisibilidade pôde ser verificada também nos discursos e documentos oficiais do Estado produzidos no final do século XIX e inicio do século XX, dentre eles, nos relatórios dos inspetores de ensino sobre a educação paranaense. Neles evidencia-se a situação das escolas públicas paranaenses no inicio do período republicano, assunto este que será abordado no próximo capítulo.

# CAPITULO IV
# A INSTRUÇÃO PÚBLICA E O NEGRO NO PARANÁ: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA

> *A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a reponsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideias de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (Florestan Fernandes, 2008, p.35)*

A organização da educação no Brasil imperial teve como marco inicial a instauração da Constituição promulgada em 25 de março de 1824,[93] que teoricamente "garantiu" a educação como um direito de "todos os cidadãos brasileiros", e, posteriormente com a Lei de 15 de outubro de 1827[94]. Ambas fundamentaram a educação em todo o período imperial.

Com a Reforma do Ensino Primário Couto Ferraz, instituída em 17 de fevereiro de 1854 pelo Decreto 1.331, foi estabelecida a obrigatoriedade e gratuidade das escolas primárias para as crianças com idade maior que sete anos, com a ressalva de que elas não poderiam ser escravas nem serem acometidas de algum tipo de problema de saúde.

> Art. 68 [...] A matrícula será gratuita, e deverá ser feita pelos professores em presença de uma guia anual do mesmo Delegado, que, depois de registrada, ficará arquivada até o ano seguinte. Art. 69. Não serão admitidos à matricula, nem poderão frequentar as escolas: 1º os meninos que paderecerem moléstias contagiosas. 2º os que não tiverem sido vacinados. 3º os escravos (BRASIL, 1854, p.59).

Durante todo o período colonial e grande parte do imperial a educação para os negros escravos não foi colocada como necessária, pelo contrário, um escravo instruído representava perigo para a sociedade. Não se poderia esperar dos proprietários "[...] qualquer iniciativa a favor da educação de seus escravos ou de

---

[93] No inicio do período imperial brasileiro, a educação foi colocada como um "direito de todos", e a escola, como uma instituição pública, universal e gratuita, como condição indispensável para que o direito de igualdade e de oportunidades fosse garantido. Influenciada pelos princípios liberais, que estavam sendo implantados no País, a educação, na Constituição Brasileira de 1824, foi explicitada de maneira tímida no artigo 179, inciso XXXII "[...] A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos." E no inciso XXXIII sobre a criação de "[...] Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes" (BRASIL, 1824).

[94] A Lei sobre a educação: Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm Acesso em 14/10/2015.

seus dependentes. Não era do interesse do Estado, ou dos senhores de escravos, difundir essa arma cívica. Não havia também motivação religiosa para se educar" (CARVALHO, 2002, p. 23). O escravo bom era aquele que não reclamava e que não bisbilhotava a vida de seus senhores.

Foi somente após a promulgação da Lei do Ventre Livre,[95] em 28 de Setembro de 1871, na qual se estabeleceu a "emancipação" do ventre das mulheres negras escravizadas, que a questão sobre a necessidade de se educar[96] os negros libertos e livres, foi levantada. Seguindo a lógica da emancipação gradual da escravidão no Brasil, proposta pelos abolicionistas, que propunha uma transição lenta para evitar possíveis prejuízos à ordem social vigente, a Lei do Ventre Livre, no âmbito do discurso, representou a "liberdade" para as futuras gerações, ao mesmo tempo em que manteve a escravidão no País.

Segundo a Lei do Ventre Livre, as crianças ao serem consideradas "livres" teriam dois destinos: ou seriam "acolhidas" pelo Estado ao completarem oito anos de idade ou teriam que trabalhar para os senhores de suas mães até completarem vinte e um anos de idade, "[...] sem dúvida poucos devem ter sido os senhores que não pretenderam pelo trabalho dos filhos de suas escravas. Até os 21 anos de idade, são treze anos de trabalho, que nenhuma indenização oferecida pelo governo podia compensar" (MATTOSSO, 1988, p.54).

A Lei do Ventre livre provocou discussões intensas entre o governo imperial e os escravocratas com relação à criação de associações e instituições que receberiam os primeiros libertos. Nesse contexto histórico, foram criados no País alguns asilos e orfanatos de educação agrícola para atender os ingênuos[97]. As crianças que estavam sob a tutela do Estado deveriam ser entregues a essas associações nas quais teriam que cumprir obrigações e oferecer serviços gratuitamente às mesmas até que completassem vinte e um anos de idade.

---

[95] Para aprofundamento sobre a educação proposta para as crianças negras na Lei do Ventre Livre ver: Cláudia Monteiro Da Rocha Ramos. A Escravidão, a Educação da Criança Negra e a Lei Do Ventre Livre (1871). UNICAMP. Campinas, 2008. (dissertação).

[96] A presença dos negros nas escolas Brasil já foi estudada por autores de diversas áreas da educação, dentre eles: Cynthia Creive Veiga ―Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX‖. Surya Aaronovich Pombo de Barros ―Negrinhos que por ai andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)‖. Zeila de Brito Fabri Demartini ―A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

[97] Ingênuo – "Filho de escravos, menor, beneficiado pela Lei do Ventre Livre, de 1871" (MOURA, 2013, p. 209).

Tratava-se de um ensino voltado para formação moral e social, as crianças "livres" deveriam adquirir bons costumes para conviver com os brancos. Essa educação não visava formar "[...] *doutores e litteratos, mas sobretudo pessoas morigeradas , que possão vir a ser uteis a si e ao paiz, cidadãos prestantes. Em contacto com os escravos está também as demais gente livre*" (MALHEIROS, 1867, p.228). A educação para as crianças negras, citada na Lei do Ventre Livre, era destinada apenas aos filhos de escravas que fossem entregues ao Estado mediante recebimento de indenização aos seus senhores.

A única vez em que a palavra educação apareceu na Lei do Ventre Livre estava relacionada com uma educação a ser ofertada em associações criadas ou subvencionadas pelo Estado. *"A disposição dêste artigo é aplicável às Casas dos Expostos e às pessoas a quem os juízes de órfãos encarregarem da educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos criados para tal fim" (Art. 2.º -§ 2.º).* Para as crianças que permaneceram nas fazendas nenhuma forma de educação foi aludida, tratava-se apenas da "obrigação" que o senhor tinha para com a criação dessas.

A Lei do Ventre Livre, de forma alienante, "concedeu a liberdade" aos filhos das escravas negras, mas sua real intenção foi a de acalmar as reivindicações abolicionistas. De forma articulada a lei procurou garantir a mão-de-obra escrava até o momento em que ocorresse efetivamente a substituição do trabalho escravo pelo livre e assalariado sem prejuízos à classe dominante, pois, de 1871 até 1888, ano da abolição da escravatura, nenhuma criança chegou a completar os 21 anos de idade. A educação, colocada como necessária para educar os ingênuos entregues ao Estado teve de fato o interesse em tornar ínfima a consequência negativa que a abolição poderia ocasionar, ou seja, era preciso preparar minimamente os negros para a transição gradual do trabalho escravo para o livre.

A Lei do Ventre Livre gerou um impasse entre os proprietários de escravos e o próprio Estado imperial, uma vez que estas medidas foram desprovidas de um planejamento que atendesse a todas as crianças negras livres. Para os proprietários, os escravos representavam os meios de produção, a ferramenta adquirida por eles por meio da compra, e, abrir mão desta propriedade, significava perder seus direitos.

O discurso de cunho liberal, o mesmo que os abolicionistas utilizavam para defender a abolição dos escravos e o direito à liberdade do homem, fundamentava

também os senhores de escravos que defendiam a liberdade e o direito a propriedade privada. Para eles, conceder a liberdade para os filhos das negras escravas significava uma violação aos seus direitos de proprietários.

> O escravo é uma propriedade adquerida a sombra da lei, por ella garantida com todas as vantagens inherentes a' esse direito. [...] Não será uma ofensa ao direito de propriedade estabecer a liberdade do ventre? Podem abjectar que a escravidão é um abuso, concordo, mas um abuso erecto em lei. E para fazer desapparecer um abu'soo se ha de commeter outro? Para salvar a liberdade se ha de atacar a propriedade? (BRASIL, 1871, p.10).

O Estado imperial, apesar de legalizar e sinalizar as crianças negras e livres o direito à educação, não assumiu sua instrução. Desta forma, a grande maioria dos ingênuos ficou sob a tutela dos senhores de escravos, que deveriam dar-lhes instrução. Mas, sem a fiscalização do cumprimento da lei, essas crianças foram negligenciadas e não tiveram garantido o direito à educação. Elas continuaram a ser exploradas por meio do trabalho compulsório[98], fundamentado em práticas escravistas. Desta forma, a Lei do Ventre Livre não proporcionou mudanças na vida das crianças negras livres, apenas trouxe em seu bojo a discussão sobre o direito de terem acesso à escola. Houve um descompasso entre o escrito e o vivido, entre a legislação e a efetivação da referida lei abolicionista.

Após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, as discussões sobre a transição da mão-de-obra escrava para a livre foi discutida pelos senhores proprietários de escravos nos Congressos Agrícolas,[99] que ocorreram no Rio de Janeiro em Recife, em 1878. Houve um consenso sobre a transição do trabalho escravo para o livre, mas com relação a quem substituiria o escravo, as opiniões divergiram. Durante os debates sobre a substituição da mão de obra, a imigração europeia[100], já citada anteriormente, foi colocada como possibilidade. Entretanto, a preparação dos negros para trabalharem livremente também foi apontada, e,

> [...] os milhares de braços, ditos ociosos, incluindo-se os libertos e os ingênuos, começaram a ser vistos como braços que a lavoura poderia aproveitar, até como forma de acabar com a ociosidade e com o parasitismo reinantes, resolvendo, portanto, o problema da substituição da mão-de-obra.

---

[98] O trabalho compulsório remete para a situação onde um indivíduo é forçado a fazer algum tipo de trabalho forçado, por meio de ameaças.

[99] Ver: SCHELBAUER, 1998; MARTINIAK, 2011; NASCIMENTO, 2012.

[100] Nesse período histórico (1870) a imigração no Brasil era limitada, os fluxos migratórios dirigiam-se para os Estados Unidos, não havia por parte do governo brasileiro o incentivo à imigração. Nas discussões ocorridas nos Congressos Agrícolas esse incentivo foi colocado como necessário para a substituição da mão-de-obra escrava pela livre e assalariada.

> Para tanto, esses congressistas apresentaram propostas, não menos polêmicas, que visavam sujeitá-los ao trabalho, compeli-los a viverem dele; ou mesmo a criação de leis policiais repressivas à vagabundagem (SCHELBAUER, 1998, p. 37).

A formação agrícola[101] era entendida como necessária para o desenvolvimento econômico do País, era preciso transformar a população "ociosa" em trabalhadores livres e prepará-los para o manuseio de instrumentos e práticas da agricultura, uma vez que, essa ainda era o motor da economia, e por isso, a importância de se preparar para o trabalho rural.

O objetivo principal das instituições de ensino agrícola era educar para o trabalho, pois, "[...] a crença de que a educação transformaria a infância abandonada, os ingênuos, de indolentes em trabalhadores úteis, fez com que a preocupação com a instrução popular figurasse" (SCHELBAUER, 1998, p. 39). A educação a ser oferecida a essas crianças deveria estar em consonância com os interesses econômicos do País. Para serem livres, elas deveriam ser "moldadas" para viverem em sociedade, desta forma, era preciso estabelecer estratégias de ensino que "preparassem" essas crianças para tanto. Educar e estimular habilidades,

> [...] ainda que seja de lavrador ou trabalhador agrícola; ele continuará a servir aí se lhe convier, ou irá servir a outrem, ou se estabelecerá sobre si; em todo caso, aprenda um ofício mecânico, uma profissão, de que possa tirar recursos para se manter e a família, se tiver. Alguns poderão mesmo ser aproveitados nas letras ou em outras profissões (MALHEIROS, 1867, p.227).

No discurso idealista apresentado seria por meio da educação que os conhecimentos deveriam ser transmitidos e a manutenção da ordem social deveria ser mantida. Era preciso que os valores morais e os saberes necessários fossem inculcados pelos ex-escravos de modo que os mesmos aceitassem, passivamente, a sua condição de trabalhador livre e produtivo ao sistema. A criação de escolas foi apontada como ideal para a formação dos libertos e ingênuos a fim de sujeitá-los ao trabalho livre e assalariado,

---

[101] O governo assumiria a tarefa de educar os nascidos livres e, realmente, houve uma movimentação neste sentido em meados de 1870, quando subvenções foram feitas com colônias agrícolas e institutos profissionais para o recebimento dos meninos (nenhuma palavra com relação às meninas foi encontrada). As instituições subvencionadas atenderam, na verdade, aos meninos livres desvalidos, pois, no País inteiro, somente 113 filhos de escravas haviam sido entregues ao governo em 1885 [Fonseca: set/2000, p. 111]. Alguns deles foram atendidos em instituições para desvalidos, como o Asilo de Meninos Desvalidos (Rio de Janeiro, 1875) e a Colônia Orfanológica Isabel [Pernambuco, 1875] (RIZZINI, 2004, p. 28).

> [...] para ofertar o ensino profissional seria necessário que as instituições orfanológicas fossem adaptadas para ministrar o ensino agrícola, já que o intuito era tornar os ingênuos em mão de obra qualificada para o progresso almejado (MARTINIAK, 2011, p.45).

A proposta educacional constada na Lei do Ventre Livre e nos Congressos Agrícolas evidenciou a divisão da sociedade em classes, e, consequentemente a divisão social do trabalho. Para as crianças pobres, órfãs, desvalidas, negras, libertas ou livres, a educação se deu nas Colônias Orfanológicas, nos Asilos[102], na Companhia de Aprendizes Marinheiros e na Casa dos Educandos de Artífices. Para as crianças que pertenciam às famílias da classe dominante da época, a educação foi oferecida nos primeiros Jardins de Infância criados no País[103].

Nos Congressos Agrícolas os fazendeiros apontaram a utilização de máquinas nas lavouras como forma de aumentar a produtividade e o lucro. “[...] Defendiam que esses conhecimentos deviam ser "ensinados" aos trabalhadores por eles preparados e selecionados, como forma de sanar a mudança de mão de obra” (NASCIMENTO, 2012, p.58). Desta forma, a criação de escolas voltadas para a formação agrícola teve por objetivo receber

> [...] orphãos desvalidos, menores que dos pais não recebam educação e emprego útil, e os ingênuos cedidos gratuitamente pelos senhores de suas mães ou pelo Estado. Não nos devemos levar sómente elo sentimento; o verdadeiro patriotismo deve consistir naquillo que é real e racional: ao pai que for negligente tire-se o filho para ser educado e tornar-se bom e útil cidadão (CONGRESSO AGRICOLA,1878, p.153).

Ao propor uma educação voltada para; o trabalho, os fazendeiros revelaram nos Congressos Agrícolas a real intenção de se formar os negros libertos para realizarem o trabalho nas lavouras, pois, se os mesmo fossem preparados poderiam se tornar produtivos para a sociedade.

---

[102] O Asilo de Meninos Desvalidos, criado no Rio de Janeiro em 1875, foi um dos mais importantes estabelecimentos desse tipo, os meninos enviados a ele eram os que: [...] de idade entre 6 e 12 anos, fossem encontrados em tal estado de pobreza que, além da falta. de roupa adequada para frequentar escolas comuns, viviam na mendicância. Esses meninos eram encaminhados pela autoridade policial ao asilo onde recebiam instrução primária e aprendiam os ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, serralheria, courearia ou sapataria. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com o duplo fim de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio que lhe era entregue ao fim desse período (CUNHA, 2000, p.3).

[103] Apesar do Aviso N.92 de 13 de outubro de 1887, sobre a abertura e o exercício de Jardins da Infância, marcar legalmente sua criação, o primeiro Jardim de Infância do Brasil foi criado na Cidade de Castro no Paraná, por Emília Ericksen, em 1862. Para aprofundamento ver: LÖSSNITZ, G. O Primeiro Jardim de Infância no Brasil: Emília Erichsen. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2006.

> Os congressistas pensavam como ingênuos os filhos de escravos e também aos filhos de escravas livres em que a educação é aquela que salvo o indispensável estudo das primeiras letras, tem fim iniciar e acostumar os alunos ao trabalho produtivo (CONGRESSO AGRICOLA,1878, p.249).

Não por acaso, em seis de setembro de 1878, pelo Decreto nº 7031, foram criados cursos noturnos[104] para adultos nas escolas públicas de instrução primária do 1º grau, para o sexo masculino. Nos cursos noturnos poderiam se matricular todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos[105].

Nesse contexto histórico, o número de escravos no Paraná ultrapassava os dez mil e, dentre estes, menos de dez escravos foram alfabetizados. A quantidade de negros escravizados que efetivamente tiveram acesso ao ensino foi mínima, pois, mais de 99% dos escravos eram analfabetos entre os anos de 1872-1888 (SILVA, 2013). A "preocupação", por parte da classe dominante, para com o destino das crianças livres e dos libertos e a criação de escolas noturnas se evidenciava nos jornais da época.

> [...] milhares de homens validos, sem instrução e sem a menor educação, não poderão compreender seus deveres de homens livres da escravidão, a das paixões e dos vícios, e quando tenham visto caírem-lhes aos pés as algemas da escravidão física, quando deixem de respirar o mefítico das enxovias, para onde serão impelidos pelo seu maior inimigo, - a ignorância, a falta absoluta da instrução de seus deveres (A GAZETA PARANAENSE, 1884, p.103).

Para dar o mínimo de instrução aos trabalhadores foram criadas as primeiras escolas noturnas no Paraná[106]. A primeira foi em Paranaguá, criada em 1872 que teve como peculiaridade ser destinada exclusivamente aos escravos. Seguido da criação de mais três escolas noturnas em 1874: a escola noturna criada em Paranaguá para atender aos adultos livres, na qual frequentavam "[...] indivíduos das mais diversas ocupações: negociantes, marceneiros, barbeiros, sapateiros, pedreiros, copeiros, lavradores, funileiro, tamanqueiro, caixeiro e criados" (SILVA, 2013. p.109); a escola noturna de Curitiba, destinada a operários e escravos, que

---

[104] Desde o ano de 1872, pelo Aviso de 10 de julho, foram aprovadas as instruções provisórias para as escolas noturnas de adultos, em instituições particulares.

[105] O direito a matricula não pode aqui ser entendido como garantia de educação, uma vez que os negros livres, os escravos e os ingênuos, quando se matriculavam iam para escola, iam para a aula depois de um dia exaustivo de trabalho em condições desumanas, péssimas condições de higiene e alimentação e não apresentavam um bom rendimento, o que era reforçado, até mesmo pelos professores e a classe dominante, que eles eram incapazes e intelectualmente inferiores.

[106] Para aprofundamento ver: SILVA, V.M. Escravos e criados nas escolas noturnas de primeiras letras na Província do Paraná (1872-1888). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. VILLA, V. MIGUEL, M. E. B. M. Aulas Noturnas na Província do Paraná (1853 -1889).

contava com o numero de vinte e três alunos, “[...] dois eram libertos [...] os demais alunos eram escravos. Em si, a aula era composta por escravos jovens” (SILVA, 2013, p.118); e a escola noturna de Guaratuba, fundada por Damaso Corrêa de Bittencourt e criada especificamente para escravos. Nela foram matriculados 23 alunos, dentre eles “[...] dois eram libertos: Manoel de Siqueira Cortes, pedreiro, com 31 anos de Idade e André Lobo dos Santos, de 60 anos, alfaiate, ambos de cor mulata” (SILVA, 2013, p.117).

A partir da criação das primeiras escolas noturnas houve o incentivo, no inicio da década de 1880, em se criar mais espaços nos quais os escravos e libertos pudessem ter o mínimo de instrução. Tal incentivo teve como objetivo principal a formação para o saber ler e escrever visando atender a reivindicação do Estado que, a partir do Decreto nº 3.029 de 09 de janeiro de 1881, precisou adequar a população à reforma da legislação eleitoral, pois, a partir de 08 de setembro de 1882 ficou estabelecido que fossem aceitos no alistamento eleitoral, somente “[...] *os cidadãos que, tendo as qualidades de eleitor souberem ler e escrever, ao Estado, à Província, às Municipalidades ou à iniciativa individual compete promover por todos os meios o seu alcance*” (PARANÁ, 1882, p.92). De acordo com o relatório feito por Carlos Augusto de Carvalho, Presidente da Província do Paraná, em 1882, nas escolas noturnas *“[...] frequentão 361 alunnos; dos quaes 71 são escravos”* (PARANÁ, 1882, p.93). É possível verificar que a partir do Decreto de 1881 dezesseis escolas noturnas foram criadas na região.

Figura 22 – Escolas Noturnas do Paraná/ 1882

| Localidade | Data da instalação | Nome dos professores |
|---|---|---|
| 1. Antonina | 20 de março de 1882 | Jocelyn de Paula Pereira |
| 2. Capital | 10 de abril de 1882 | Miguel José Lourenço Sehlede |
| 3. S. João da Graciosa | 17 de abril de 1882 | João Baptista Guimarães |
| 4. Paranaguá | 1 de maio de 1882 | Custodio C. Netto |
| 5. Morretes | 1 de maio de 1882 | Lindolphe de Siqueira Bastos |
| 6. Rio Negro | 8 de maio de 1882 | Joaquim T. Saboia e Thomaz Becker |
| 7. Porto de Cima | 8 de junho de 1882 | Francisco José de Mendonça |
| 8. Capital | 10 de junho de 1882 | Antonio José Ferreira Ribas |
| 9. Serro Azul | 8 de maio de 1882 | Jose Borges de Macedo |
| 10. S. José dos Pinhaes | 1 de junho de 1882 | Servolo da Costa Lobo |
| 11. Arraial Queimado | 3 de junho de 1882 | Manoel Ferreira da Costa |
| 12. Lapa | 1 de junho de 1882 | Libero Teixeira Braga |
| 13. Palmeira | 23 de junho de 1882 | Joaquim V. da Silva Montepoliciano |
| 14. Campo Largo | 15 de julho de 1882 | Alfredo Luiz d’Oliveira Cercal |
| 15. Palmas | 9 de agosto de 1882 | Ernesto Bóese |
| 16. Guarapuava | | Luiz Daniel Clevo e Luiz Iahuk |

Fonte: Relatório apresentado pelo presidente da Província do Paraná/1882.

Muitas dessas escolas noturnas funcionaram precariamente. Os professores trabalhavam por meses sem remuneração e o local de funcionamento, por muitas vezes, ocorria na sala da casa dos inspetores de ensino ou dos próprios professores. A criação dessas escolas "[...] estava (com algumas exceções) ligada à valorização da educação em si mesma, sem considerar o seu aspecto instrumental e sem adequação às reais necessidades de ensino para a faixa da população à qual eram destinadas" (PAIVA, 1987, p. 75). Os poucos negros escravos que tiveram acesso a essas escolas receberam uma instrução mínima, com formação voltada para o saber ler, escrever e contar. Ressalta-se que, apesar de serem destinadas aos adultos, as escolas noturnas no Paraná foram frequentadas também por alguns ingênuos. Pois, mesmo sendo considerados legalmente livres após a Lei de 1871, eles trabalhavam durante o dia para os senhores de suas mães ou nas instituições para as quais foram enviados ao serem entregues ao Estado.

O que se evidencia é que com a instituição da Lei do Ventre Livre, que apontava para a necessidade de se educar as crianças negras e com a criação das escolas noturnas visando a preparação para o trabalho, no Paraná pouco foi feito para que, efetivamente os negros tivessem acesso à educação pública oferecida pelo Estado imperial.

A educação que deveria ser utilizada como instrumento de emancipação humana passou a contribuir para com a expansão do sistema capitalista e a perpetuação dos interesses das classes dominantes, pois, a formação, por meio do ensino de oficio, tinha como objetivos: imprimir motivação aos alunos; evitar propagação de ideias contrárias à ordem e qualificar trabalhadores para benefício das fábricas que se instalariam com a disponibilidade de mão-de-obra para este fim (CUNHA, 2000).

As leis abolicionistas foram lentamente afrouxando os laços do escravismo no Paraná, mas não trouxeram como consequência direta ou imediata a garantia de oportunidades de acesso à escola[107] para os negros escravos, libertos ou livres. As ações educacionais propostas durante o período imperial aconteceram de maneira

[107] Existem estudos que afirmam ter havido uma educação voltada para os negros no Brasil imperial. Dentre eles a tese de doutorado de: FONSECA, M.V. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. Universidade de São Paulo, 2007. Seu autor afirma ter havido um predomínio absoluto de negros nas escolas de primeiras letras da província de Minas Gerais no período entre 1820 a 1850. No entanto, não se podem generalizar as constatações realizadas pelo autor sobre Minas Gerais com relação a outras regiões do País, como o Paraná.

isolada e não representou a garantia de acesso às escolas públicas, problema este que se fez presente no inicio do período republicano.

## 4.2 O projeto republicano de educação: Grupos Escolares um privilégio para poucos

A República paranaense se instaurou por meio de forte fervor ideológico da classe dominante, a qual, no âmbito das ideias via a educação como a principal solução para os problemas do Brasil. Era necessário "educar" o povo no "novo" molde republicano, pelo qual se propugnava que o desenvolvimento se daria pela eliminação da defasagem escolar (NASCIMENTO, 2008). Por meio da propagação da instrução pública elementar

> [...] e a criação de um sistema nacional de ensino, acreditava-se que se efetivaria a instrução necessária à formação do cidadão eleitor e integração do imigrante à nação, como pressuposto para a consolidação do regime político que levaria a efeito, juntamente com a nova organização do trabalho, o projeto modernizador da sociedade brasileira. (SCHELBAUER, 1997, p.61).

O primeiro Regulamento da Instrução Pública paranaense foi aprovado em 1890, com base no Regulamento de Ensino Federal.[108] Nesse contexto, o Paraná contava com 199 escolas de nível primário, sendo 19 particulares e 180 públicas. Essas escolas estavam distribuídas em 130 localidades, entre cidades, vilas povoados, colônias e bairros apesar do maior número delas se encontrarem em Curitiba e em Paranaguá (OLIVEIRA, 1994). De acordo esse regulamento foram elencadas algumas matérias com o objetivo de substituir o ensino religioso pela disciplina de moral e cívica, que teve como objetivo conduzir a sociedade paranaense e normatizar os comportamentos dos cidadãos após a libertação dos negros escravizados. Era preciso,

> *[...] incultir no espírito das crianças [...] noções essenciais de moralidade humana comum a todas as doutrinas e necessárias a todos os homens civilizados. É interditada a discussão sobre seitas ou dogmas religiosos e*

[108] Com o apoio de Rui Barbosa, Benjamim Constant, em 1890, propôs a Reforma do Ensino no Brasil e a elaboração de diretrizes para a organização do ensino nos Estados brasileiros, tendo como princípios orientadores a liberdade, a laicidade e a gratuidade do ensino. As ideias de Rui Barbosa estavam em harmonia com o as teorias positivistas na qual, "[...] todo e qualquer ideário que pregasse mudança no curso natural da evolução social era "filosofia vã", de efeitos desordeiros, que convinha extirpar por meio da educação moral" (PATTO, 2007, p.243). Com base no Regulamento de Ensino Federal de 1890, os Estados deveriam adequar às orientações contidas nos documentos as possibilidades e necessidades de cada região.

> *recomendada a maior atenção ao desenvolvimento moral dos meninos, de modo a formar e aperfeiçoar o caráter de cada um* (PARANÁ, art.14, 1890).

Ideologicamente, destacou-se a necessidade de educar as massas para que essas fossem preparadas para o convívio social, "[...] e dispor maior oferta de educação a "toda a população" em condições de recebê-las fortaleceu-se ao lado do entendimento de que os problemas sociais seriam resolvidos, em parte, pela educação" (MELO; MACHADO, 2010, p. 248). Além de formar o caráter da população, a educação foi colocada também como requisito essencial para que o Paraná se desenvolvesse e obtivesse o progresso econômico.

A escola republicana paranaense representou o projeto de modernidade por meio da imponência dos grandiosos prédios nos quais as propostas pedagógicas e higienistas se destacavam. Os primeiros Grupos Escolares[109] republicanos foram construídos a partir de um projeto baseado em modelos implantados na Alemanha e Estados Unidos, nos quais os prédios reuniam várias Escolas Isoladas e os alunos seriam divididos conforme sua fase de desenvolvimento, sendo as aulas ministradas por um professor a partir do método intuitivo[110] (SAVIANI, 2008). Eram prédios majestosos e imponentes que representavam a modernidade do País,

> [...] situados em regiões nobres, esses edifícios marcaram, definitivamente, pela imponência e localização, seu significado no tecido urbano. Não se trata de mero acaso. Os terrenos foram estrategicamente escolhidos e os projetos judiciosamente desenvolvidos. A localização privilegiada, ao lado de importantes edifícios públicos, no centro da cidade (BUFFA, 2002, p. 43).

Os Grupos Escolares eram regidos por horários, hierarquias de funções e divisão dos alunos em classes distintas, uma para atender os meninos e outra para atender as meninas. Um Grupo Escolar poderia ser formado pela junção de quatro a dez Escolas Isoladas, "[...] e as classes seriam formadas em 1°, 2°, 3° e 4° anos do curso preliminar, com um número de 40 alunos por classe e um professor para cada turma" (NASCIMENTO, 2006, p. 334). A organização administrativa e pedagógica contemplava tempo e espaços, a ampliação das disciplinas curriculares e a redefinição dos lugares onde as escolas públicas seriam construídas.

Como no restante do País, os Grupos Escolares paranaenses foram criados de acordo com o poder político das cidades. Seu local de instalação convergiu com a organização política da classe dominante, não foi por acaso que as cidades de

---

[109] Ver: SOUZA, 1998; NASCIMENTO, 2008. PADILHA, 2010. CASTRO, 2010. SCHARAM, 2014.
[110] Ver: SHELBAUER, 2003.

Curitiba (1903), Castro (1904) e Palmeira (1907) foram as primeiras a receberem os majestosos edifícios escolares republicanos.

FIGURA 23 - Grupo Escolar Xavier da Silva – Curitiba s/d

FONTE: CASTRO, 2010, p. 187.

Os discursos liberais voltados para a educação no Paraná, tão proclamados pelos republicanos, por meio do projeto de criação de escolas para dar instrução ao povo, ideologicamente propuseram a “expansão” do ensino elementar, entretanto, o aumento do número de escolas era extremamente irrisório para atender a grande massa da população. Os alunos que frequentavam os Grupos Escolares republicanos eram provenientes,

> [...] de setores mais bem integrados no trabalho urbano. Desse contingente estavam excluídos os pobres, os miseráveis e os negros. As fotografias da época revelam a pequena presença de crianças negras nas classes dos grupos escolares, e isso se explica pelas péssimas condições sociais em que se encontrava a população negra da época (SOUZA, 1998, p.27).

Apesar de toda a propaganda republicana, com relação à importância do acesso à educação pública e gratuita, o ingresso aos mais elevados níveis de instrução era inacessível a grande maioria da população negra. A maioria ficou alheia aos conhecimentos mais elaborados, destinados à classe dominante econômica e politicamente, permitindo desta forma que os indivíduos menos abastados fossem fáceis de serem manipulados pelos ‘culturalmente’ elitizados (SOUSA, 2013). A democratização e a “garantia de acesso” à escola pública gratuita não saiu do nível da alocução, pois, a escolarização se apresentou de forma limitada nas primeiras décadas do novo regime e a grande maioria da população brasileira, negra e pobre, continuou analfabeta

O Estado republicano paranaense, ideologicamente, colocou todos os cidadãos como iguais e defendeu a liberdade e os direitos individuais, entretanto, não proveu número de escolas suficientes, nem ampliou o quadro de professores para o cumprimento da regulamentação pela população, da imposição legal, situação esta agravada pela miserabilidade em que vivia a maioria da população (OLIVEIRA, 1982). A instrução pública da população paranaense, proposta nas primeiras décadas da República, não foi diferente da oferecida no Império. Tratava-se de uma instrução voltada apenas para aqueles que tiveram condições de acesso a ela, ficando de fora a maioria das crianças negras que não tiveram acesso aos Grupos Escolares urbanos.

Na sociedade "democrática" a maioria da população brasileira negra estava longe de alcançar os "direitos" mínimos, cogitados pelo novo regime que propagava o discurso de "direitos iguais para todos". A nova proposta de inspiração liberal colocou a escola como aquela que seria a responsável pela modernização. Desta forma, os prédios dos Grupos Escolares deveriam atender as necessidades higiênicas e pedagógicas tão enfatizadas nesse período.

Criados conforme o Grupo Escolar modelo de São Paulo, as classes eram formadas por meninos e meninas cujas matrículas eram obrigatórias, dos sete aos quatorze anos, e por meninas, dos sete aos doze anos, "[...] ficando isentas dessa obrigatoriedade as crianças que residiam a uma distância de mais de três quilômetros da sede da escola urbana, suburbana ou rural" (NASCIMENTO, 2006, p.333). Desta forma, acesso da população negra e pobre aos Grupos Escolares foi mínimo, pois, varrida da vida urbana em nome da ordem e da higienização, ela se aglutinou nas áreas periféricas das cidades e nos distantes Quilombos, fato este que isentava a obrigatoriedade da matrícula das crianças negras nas escolas republicanas.

## 4.2 A educação da criança negra paranaense e a formação para o trabalho

Paralelamente à criação dos majestosos Grupos Escolares foram criadas no Paraná, para atender as crianças negras e pobres que viviam nas regiões urbanas, várias instituições educacionais de cunho assistencialista e correcional, subvencionadas pelo governo.

A “instrução” nessas instituições tinha como objetivo formar o “cidadão” para o trabalho, fato esse anunciado nos Congressos Agrícolas de 1878, citados anteriormente. Tinha também um caráter “civilizador”, era preciso integrar essas crianças à sociedade, pois, elas “tiravam a beleza” das ruas com sua mendicância. Desta forma, a educação profissional significava a solução para esse problema, pois, além de retirar essas crianças da rua estaria inserindo-as na sociedade como mão-de-obra disponível para o mercado de trabalho crescente nas primeiras décadas do Paraná republicano.

Transformar menores abandonados, órfãos e delinquentes em trabalhadores, se tornou solução para a manutenção da ordem da sociedade republicana, uma vez que “[...] o trabalho seria então percebido como meio de regeneração e redenção moral das “classes perigosas”, meio de adequar os indivíduos à sociedade, concretizando o projeto de civilização republicana que então se forjava” (QUELUZ, 2000, p.18). Evitar que essas crianças se tornassem futuros delinquentes e criminosos, era o objetivo principal destas instituições criadas pelo Estado.

FIGURA 24 - Orfanato do Cajurú em Curitiba/PR

Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Curitiba.

Uma das primeiras instituições a ser subvencionada pelo Estado foi o Orfanato Cajurú em Curitiba, 1901. Esse fazia parte da Congregação das Irmãs de São José, que cuidavam dos doentes da Santa Casa de Misericórdia, nele eram mantidas apenas meninas, *[...] mais de 30 de diversas idades e nacionalidades, brancas, pardas e pretinhas, vestidas com o seu uniforme de riscado, mas bem limpo* (DIARIO DA TARDE, 1914, p.1). Neste orfanato, o ensino era voltado à qualificação para profissões que seriam uteis no cotidiano das meninas negras e

pobres. Tratava-se de uma instrução preparatória para os trabalhos domésticos e de jardinagem, além, da formação religiosa.

Outra instituição escolar criada em Curitiba, para atender as crianças negras e pobres, foi a Escola de Aprendizes Artífices,[111] no ano de 1910, por meio do Decreto 7.566 de 23/12/1909. Nilo Peçanha, então presidente da República, criou "[...] 19 escolas[112], distribuídas pelos Estados da Federação. Essas escolas mantinham características dos Liceus de Artes e Ofícios e eram custeadas pelo Estado" (FRANCO, 1984, p.47). Para essas escolas seriam destinados os órfãos e os ingênuos, os quais foram entregues ao estado, sendo sua educação acompanhada com rigor para que não houvesse desvios de conduta, tornando-os proveitosos para o trabalho agrícola. O ensino técnico e profissional não era propriamente um programa voltado para a educação, mas uma maneira de dar assistência aos necessitados promovendo sua regeneração por meio do trabalho.

O argumento utilizado para a criação das Escolas de Artífices era que a população precisava adquirir meios para vencer as dificuldades existentes na luta pela sobrevivência, e, para que isso ocorresse era necessário *"[...] não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime" (PARANÁ, 1909, p.1).* A real intenção do Estado era a de moldar os negros que, por não terem recursos econômicos, perambulavam pelas ruas em busca de trabalho ou de alguma ajuda para suprirem as suas necessidades imediatas, como o frio e a fome.

A escola de Aprendizes Artífices em Curitiba iniciou suas atividades, com 45 alunos distribuídos nas oficinas de alfaiataria, marcenaria e sapataria. Durante o primeiro ano de funcionamento, foram criadas as oficinas de cinco serralherias, selaria, tapeçaria, seções de pintura decorativa e escultura ornamental, chegando a 221 alunos matriculados. O acesso a essa escola era feito após atestado de condição de pobreza ou de orfandade e ainda esporádica, mas significativamente, menores delinquentes encaminhados pelas autoridades policiais da época (QUELUZ, 2000). A infância tornou-se alvo de discussões, por parte da classe

---

[111] Para aprofundamento ver: PANDINI, Silvia. A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO PARANÁ: "VIVEIRO DE HOMENS APTOS E ÚTEIS" (1910-1928). Dissertação de mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná, 2006.

[112] Escolas de Aprendizes Artífices criadas no Brasil a partir do Decreto - 1910: Piauí, Goiás, Mato Grossa, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Paraná, Alagoas, Campos, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Sergipe, Ceará, Bahia, Pará, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas.

dominante, “[...] de um lado a percepção de que a criança pobre constituía, enquanto corpo produtivo em potencial, o futuro do mercado de trabalho [...] De outro lado, a preocupação moral e política” (FAUSTO, 1984, p 83). O governo republicano precisava oferecer o ensino profissional para a população que se encontrava à margem da sociedade, e, portanto desvinculada da produção do sistema capitalista.

FIGURA 25 - Oficina da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná

Fonte: Acervo Departamento de Documentação Histórica- Universidade Federal do Paraná

A educação na Escola de Aprendizes Artífices do Paraná tinha como propósito ensinar o mínimo possível sobre o saber ler, contar e escrever, e, difundir o “amor à Pátria” e os “bons costumes”, por meio da educação moral e cívica, de maneira a evitar os “desvios[113] de conduta” da grande massa da população paranaense. Para a classe dominante, na educação das crianças negras e pobres o ensino da moral deveria preceder o ensino da leitura e da escrita com o intuito de obediência civil,

> [...] se me impuserem a alternativa, antes quereria que os filhos das classes pobres se criassem na ignorância dessas duas prestimosas artes, do que serem alheios a esse conhecimento da sabedoria e da virtude, para o qual são apenas meios a escrita e a leitura (BARBOSA, 1947, p.366).

Na escola de Aprendizes Artífices de Curitiba, colocou-se em prática estratégias para que as crianças negras, consideradas prejudiciais à sociedade por serem associadas à preguiça e a vadiagem, fossem disciplinadas para o trabalho por meio da educação. As más condições de formação destas crianças eram evidentes nessa escola, pois,

[113]Para reprimir a organização de grupos, desfavoráveis ou descontentes, com as ideias republicanas.

> [...] a situação do ensino, contudo, era extremamente precária. A evasão escolar era grande (o abandono se dava na medida em que o aluno abandonava os estabelecimentos a fim de procurar trabalho nas fábricas ou oficinas); os prédios eram inadequados; os professores mal preparados; oficinas mal aparelhadas; falta de equipamentos; os programas de ensino variavam de escola para escola, etc. (FRANCO, 1984, p. 49).

O ensino era voltado exclusivamente para regenerar as crianças consideradas "problemas" que perambulavam pelas ruas dos centros urbanos, cujos ares de modernidade não "combinavam" com os pobres e maltrapilhos que por elas se aglomeravam. Não eram raras as notícias em jornais da época sobre a prisão de crianças e adolescentes que estavam cometendo delitos nas ruas das cidades com a quebra de vidraças, pequenos furtos, mendicância e perturbação do sossego.

> A associação entre o elemento de cor e a noção de violência era tão imediata nas noticias que, a própria palavra "negro", em si, já indicava fatos infames, violentos e reprováveis: expressões como "páginas negras", "negro crime" eram então comumente utilizadas para caracterizar fatos violentos (SCHWARCZ, 2008, p.122 – grifos do autor).

Nesse contexto, outras instituições foram criadas para "regenerar" as crianças pobres que "moravam" nas áreas urbanas de Curitiba. O Asilo São Luiz[114], em 1918, destinado apenas para os meninos, tratava-se de uma instituição subvencionada pelo Estado que, além de oferecer aos meninos desvalidos cuidados com higiene e alimentação e uma educação primária e religiosa, oferecia também educação profissional por meio de diversas oficinas destinadas ao ensino de marcenaria, alfaiataria e sapataria. Além de "transformar" as crianças pobres em homens civilizados, trabalhadores e tementes a Deus. Dos menores que passaram pelo Asilo, entre os anos de 1919 a 1937, cujos arquivos de registros foram preservados, somaram 354 crianças e jovens; 271 eram brancos, 42 morenos, 21 pardos e 20 negros (SILVA, 2010). O número de crianças negras /morenas/ pardas (83), asiladas no São Luiz, demonstrou que o discurso utilizado pela classe dominante da época, ao negar a existência dos negros e se afirmar como predominantemente branca, teve como objetivo invisibilizar os negros paranaenses, uma vez que se pode constatar a presença deles nessa escola.

O Patronato Agrícola, criado por meio do Decreto nº. 943 de 1920, que funcionava junto ao Instituto Agronômico do Bacacheri, oferecia uma educação

---

[114] Para aprofundamento ver: SILVA, Silvana Cristina Hohmann Prestes. **De órfãos da gripe a trabalhadores.** O Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2010.

moral e profissional para os menores desvalidos e aqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, foram postos à disposição da Escola Agronômica (MARTINIAK, 2011). No Patronato Agrícola o ensino profissionalizante foi organizado de modo a atender as classes menos favorecidas economicamente, figurava-se "[...] como um plano assistencial aos "necessitados da misericórdia pública"; o seu objetivo inequívoco – muitas vezes, explicitamente proposto - era o da regeneração pelo trabalho" (NAGLE, 2001, p. 213). Tratava-se de uma instituição de proteção que promoveu por meio de ações educativas, a assistência as crianças pobres como o intuito de regenerá-las.

O trabalho foi colocado como algo bom, como uma virtude universal, aquele que conduziria, a partir das capacidades individuais, o homem ao sucesso. No regime republicano, "[...] não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho, mas apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como virtude de liberdade[115]" (NORONHA, 2009, p.151). Desta forma, era preciso inculcar na população negra e pobre, essas vantagens e virtudes, uma vez que para o escravo liberto, a liberdade era a negação do trabalho.

O Estado republicano, por meio da instrução oferecida nestas instituições, procurou adequar as crianças negras aos novos modelos da sociedade, baseados na modernidade e civilidade. Neste contexto, a escola voltada para a formação dessas crianças, sem deixar aparentes as relações de classe, "[...] passa a assumir a função estratégica de transmissora das formas de justificação da divisão do trabalho vigente e de persuasão à aceitação da condição de exploração das classes dominadas" (XAVIER, 1992, p.123). Constituiu-se num aparelho ideológico de difusão e legitimação das ideias liberais de igualdade e fraternidade, baseado na filantropia e no assistencialismo.

Segundo a classe dominante, essas instituições seriam benéficas para o desenvolvimento da sociedade, entretanto, foram camufladas as reais intenções para as quais essas foram criadas. Por meio do discurso de "proteção" às crianças desvalidas e delinquentes, o preparo para o trabalho e a "ressocialização" foram os principais objetivos. Ressalta-se que, na teoria, além dos conhecimentos profissionalizantes essas crianças deveriam receber a mesma instrução primária que

[115] Os imigrantes expulsos de suas terras perderam o direito a propriedade privada restando-lhes apenas a sua força de trabalho como propriedade, sendo venda desta força de trabalho sua condição de liberdade.

era oferecida nos Grupos Escolares, entretanto, nestes locais o que as crianças "indesejadas" pela sociedade republicana receberam era tudo, menos a instrução escolar a que tinham direito.

## 4.2 A escola pública para o negro quilombola: do discurso republicano a realidade dos fatos.

A proposta educacional republicana, de criação de escolas para "toda a sociedade", que questionava as condições da educação pública ofertada durante o Império, criou condições de mudanças a "conta gotas" nas primeiras décadas do século XX. A instrução pública e gratuita era oferecida no Paraná republicano por meio dos Grupos Escolares urbanos caracterizados pela reunião de Escolas Isoladas, já citados, localizadas nas áreas urbanas, periféricas ou rurais e as das escolas Particulares Subvencionadas, cujo caráter era privado que contava com um financiamento do Estado. Muitas das Escolas Públicas Isoladas e Escolas Subvencionadas foram instaladas em áreas rurais do Estado, entretanto, "[...] os relatórios e as mensagens dos governadores e interventores não especificam, [...] quantas destas escolas estavam delimitadas ao meio rural e urbano" (SCHELBAUER, 2014, p.81).

As Escolas Isoladas, onde predominava o ensino em salas de aula impróprias com material didático insuficiente e sem mobiliário, foram criadas, tanto nas áreas urbanas como nas rurais do Paraná. A criação dessas escolas se deu pela dispersão populacional no Paraná, ao reduzido número de Grupos Escolares e a falta de interesse do Estado em investir recursos financeiros em regiões distantes dos centros urbanos. Essas escolas, durante as primeiras décadas do século XX "[...] sobreviveram à sombra dos grupos escolares nas cidades, nos bairros e no campo [...] os grupos foram mais beneficiados, e nelas continuou predominando a carência de tudo" (SOUZA, 2007, p.51). Os benefícios, destinados pelo Estado, eram enviados primeiramente para os Grupos Escolares, símbolos do progresso, ao passo que as "sobras" iam para as escolas isoladas, consideradas inferiores.

Se nas Escolas Públicas Isoladas, criadas nas regiões urbanas, a situação não era a mais adequada, nas Escolas Isoladas das áreas rurais e Quilombolas era muito pior. Na maioria dessas escolas "[...] *notava-se a ausencia completa do ensino primario. "[...] Os allunos analphabetos continuavam a permanecer analphabetos, ate desanimar e deixar a escola"* (PARANÁ, 1924, p. 18). Os espaços

físicos e o material pedagógico não eram adequados, e, quase todas as escolas "[...] *funccionam em casas verdadeiramente improprias: anti-hyienicas e anti-pedagógicas; ressentem-se da falta de mobiliario e da falta do indispensavel material technico" (PARANÁ, 1923, p. 37).* No entanto, o fato de serem construídas escolas nas regiões rurais não significou a garantia de atendimento à maioria das crianças negras e pobres que moravam nessas regiões. A precariedade ficava evidente nos relatórios dos inspetores de ensino,

> *[...] em Euphrasio Correia, districto de Bocayuva, na escola mixta [...] A sala de aula e o mobiliario não sõ bons. A escola não é boa. Os analphabetos que se matriculam na escola continuam analphabetos. Não ha progresso. Os livros fornecidos pela Inspetoria, para auxiliar a professora e os alunnos, estão muito estragados (PARANÁ, 1923, p. 47).*

Apesar de os discursos sobre a "necessidade" de se educar o negro para viver na nova sociedade, pouca coisa se fez para que isso ocorresse efetivamente, pois, a maioria da população quilombola paranaense não teve acesso a quase nenhuma das escolas públicas propostas pelo governo republicano, salvo exceções. A distância física entre as populações quilombolas e as escolas criadas pelo governo eram gigantescas, os caminhos até elas eram

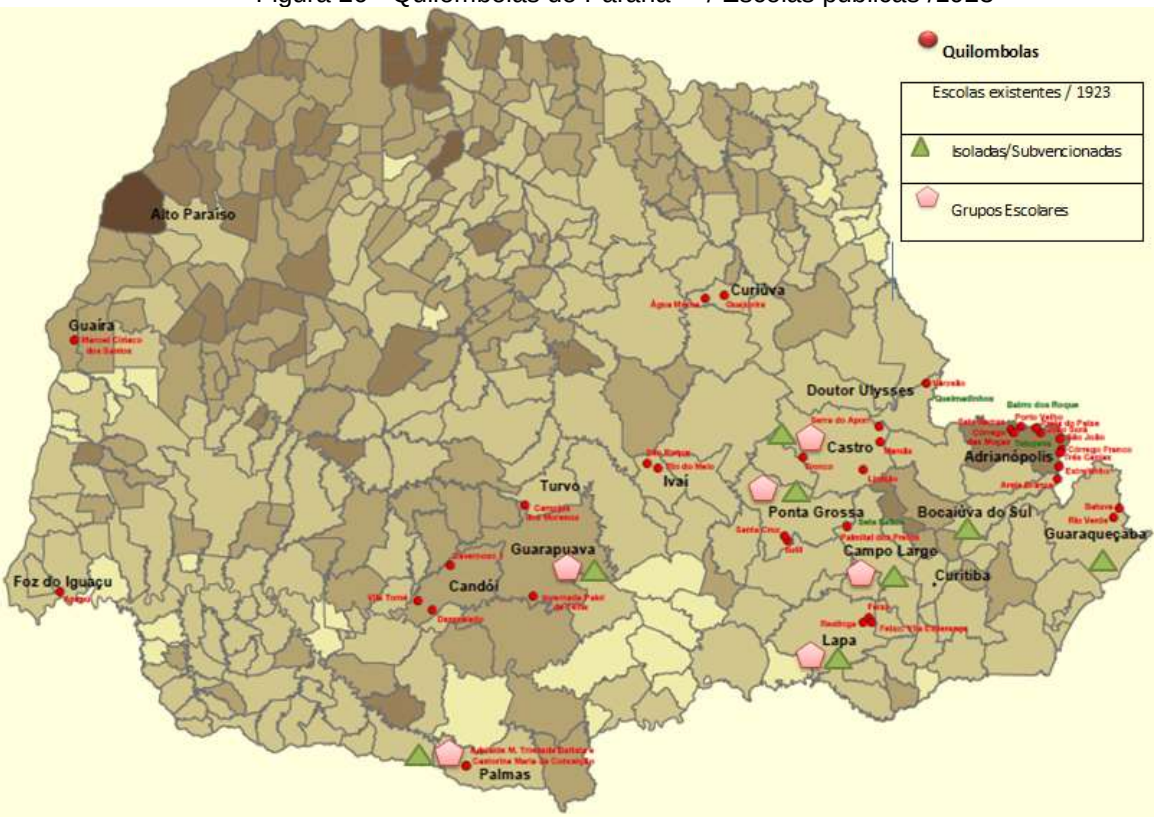
> *[...] perlongados de arvores, arbustos, hervas, são ridentes veredas traçadas a esmo pelas encostas das collinas, pelas várzeas, pelas ladeiras íngremes, a beira dos precipicios, nas adjacencias dos rios. São caminhos que levam o viandante por atravez da floresta, para extasial-o, de quando em vez, na presença de um quadro novo (PARANÁ, 1923, p. 43).*

A maioria da população quilombola estava distante das regiões nas quais foram criadas essas escolas, uma vez que a longa distância entre os centros urbanos e essas comunidades se deve ao processo histórico de rebeliões, no qual as fugas para terras distantes eram constantes e ocorreram durante todo o período em que a escravidão negra foi praticada no Paraná.

A partir de um paralelo entre o mapa oficial das Comunidades Quilombolas do Paraná e o mapa discriminativo das escolas públicas existentes até o ano de 1923, pode-se constatar que as regiões nas quais foi criado o maior número de escolas públicas nesse período histórico, se tratavam de localidades urbanas e mais desenvolvidas economica e politicamente, como os municípios de: Curitiba, Castro; Ponta Grossa; Campo Largo; Lapa e Palmas.

Nas regiões onde estavam localizadas as populações negras, que deram origem aos Quilombolos de Curiúva; Doutor Ulysses, Adrianópolis, Candói, Ivaí, Turvo, Guaíra e São Miguel do Iguaçu, nenhuma escola existiu até o ano 1923[116]. No mapa abaixo é possível identificar a localização dos Grupos Escolares das Escolas Isoladas e Escolas Subvencionadas[117] com relação às áreas próximas aos quilombolas até o ano de 1923.

Figura 26 - Quilombolas do Paraná[118] / Escolas públicas /1923




Fonte: Mapa adaptado com base em: Paraná, 1924; ITCG - http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Quilombolas_2010/Populacao_Negra.pdf ,

Para os republicanos, o problema da falta de acesso das crianças negras quilombolas aos Grupos Escolares e às Escolas Isoladas/Subvencionadas não se deveu ao número limitado delas, mas sim, pela região na qual essas crianças residiam. Ou seja, para a classe dominante o problema não era pela falta de compromisso do Estado que deixou de propiciar a criação das escolas, mas pelo

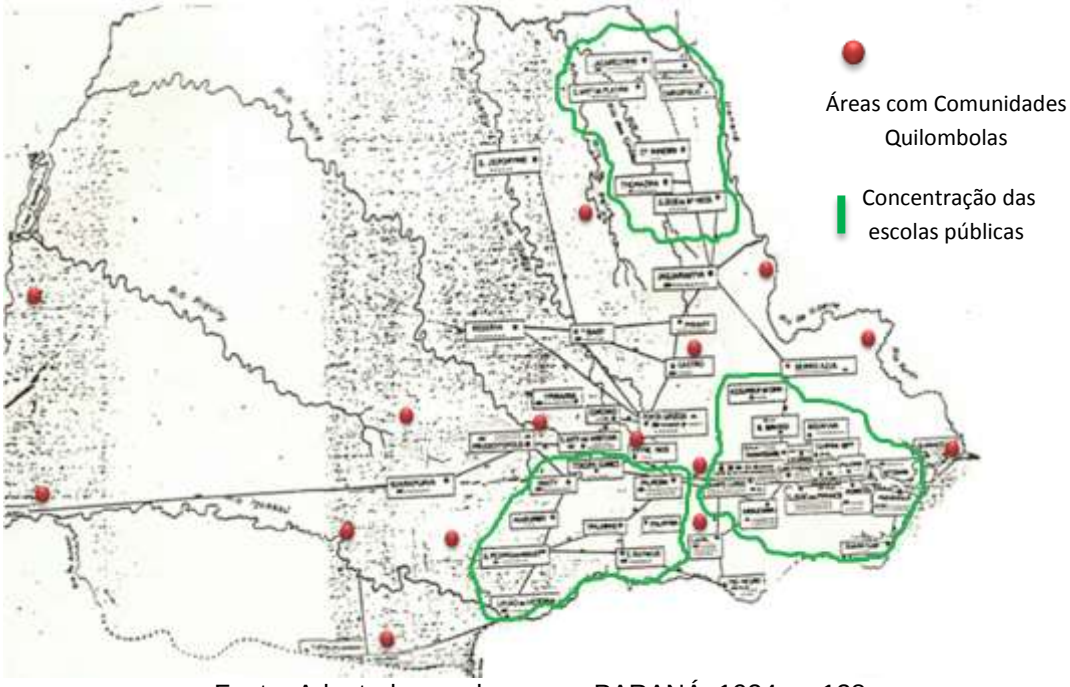
[116] Algumas regiões do Paraná, nas quais existia população negra quilombola em 1923, faziam parte de outros municípios: Curiúva pertencia a Tibagi; Doutor Ulysses pertencia a Serro Azul, Adrianópolis fazia parte de Bocayuva, Candói e Turvo pertenciam a Guarapuava e Ivaí fazia parte do município de Ipiranga.
[117] Anexo 1 – Estatística Escolar - Lista das escolas públicas em 1923.
[118] Mapa original em Anexo 2.

fato de a “pequena” população negra quilombolas se encontrar dispersa pela vasta extensão do território paranaense.

A “culpa” pelo analfabetismo, a partir de um discurso republicano liberal no qual cada pessoa é responsável por sua educação, e, consequentemente, pelo seu sucesso econômico, foi colocada “nas costas” da população negra que vivia nos Quilombos, isolados dos centros urbanos e em situação precária. Corroborando com o discurso do estado, em seus relatórios os inspetores de ensino do Paraná afirmavam que sempre haveria crianças “[...] *em numero elevado, que não poderão frequentar a escola, por morarem a grande distancia da sede em que ella funcciona, e, não lhe sendo extensiva a obrigatoriedade do ensino, ficarão condenados ao analfabetismo”* (PARANÁ, 1901, p.5).

As poucas crianças negras quilombolas que conseguiram ter acesso às escolas públicas do Estado foram aquelas que moravam em regiões próximas aos núcleos coloniais de imigrantes e regiões periféricas das cidades. No paralelo feito com o mapa descritivo das escolas públicas do Paraná se percebe que nas três áreas do Estado, com maior concentração de escolas em 1923, em nenhuma delas havia um número significativo da população quilombola.

Figura 27 - Mapa discriminativo[119] das escolas públicas do Paraná em 1923




Fonte: Adaptado com base em: PARANÁ, 1924, p. 128.

[119] Mapa original – Anexo 3.

Tomando por exemplo as Comunidades Quilombolas do Sutil e Santa Cruz, localizadas à distância de 20 km de Ponta Grossa e 17 km de Palmeira, se pode citar as escolas Isoladas/Subvencionadas que foram criadas próximas às colônias de imigrantes, dentre elas, as Escolas Isoladas: Colônia Lago; Papagaios Novos; Quero-Quero, Colônia de Pugas, entre outras, e, duas delas nas regiões nas quais estavam localizadas as Comunidades Quilombolas. Já a escola do Sutil, segundo relato do inspetor de ensino, *"[...] possue bom numero de alumnos, com regular adiantamento. A casa, contudo, não offerece a comodidade necessária"* já na Escola Isolada de *"Santa Cruz, encontrei apenas 7 alumnos e todos bem atrasados"* (PARANÁ, 1924, p. 259). Entretanto, o fato de ter uma escola na Comunidade Quilombola do Sutil, não significou que as crianças negras tiveram as condições materiais necessárias para uma instrução adequada.

Nos relatórios dos inspetores de ensino eram constantes declarações sobre o atraso das poucas crianças negras que frequentavam as escolas públicas paranaenses, isoladas/subvencionadas. Na maioria das vezes o problema foi associado às más condições higiênicas e físicas dos alunos.

> *A creançada, no geral, é muito pouco desenvolvida, aparentando metade da edade que tem. Os semblantes assignalam uma tristeza doentia. A frequência às aulas é irregularíssima. O prendizado realisa-se, por esse facto, morosamente (PARANÁ, 1923, p. 19).*

A questão apontada nos relatórios dos inspetores de ensino ficava em torno da baixa frequência e do papel do professor em conseguir fazer com que essas crianças aprendessem os bons costumes da sociedade moderna. "*Não lhe será fácil, a principio, sahir-se bem de tão pesado encargo. Mais tarde, porém, quando tiver podido conhecer bem a alma do caboclo e inspira-lhe confiança, verá como o encaminha a medida dos seus desejos*" (PARANÁ, 1923, p. 23). Alguns fatores preponderantes como: a falta de condições econômicas mínimas para a compra de vestuário e materiais escolares; o difícil acesso às escolas devido às más condições das estradas e a longa distância entre a escola e a moradia destas famílias (MIGUEL, 2006), não foram questionados como sendo responsabilidade do Estado em promover ações que viessem a modificar a situação econômica dessa população.

Sem acesso à educação oferecida nas Escolas públicas Isoladas/Subvencionadas, o negro continuava *"[...] analpfabeto, alheio a todo surto*

*de progresso, sempre inferior a tudo e a todos, [...] sem saúde, cedendo terreno dia a dia, completamente desamparado em sua própria terra" (PARANÁ, 1923, p. 22),* morava em pequenos casebres quase sempre em ruína, em condições subumanas de sobrevivência.

Muitas vezes essa pobreza foi associada à preguiça e falta de amor pelo trabalho. "[...] *Domina-os a preguiça. Não os attrae o hymno glorioso do trabalho que escalda as veiase derrama o suor bemfazejo que rega a terra para trazer a abastança*" (PARANÁ, 1923, p. 18). Nos relatórios dos inspetores de ensino ficou evidente o discurso liberal, que, sem questionar as condições materiais dos homens, atribui a eles a responsabilidade pelo seu sucesso ou insucesso econômico e social.

> *No Povoado de Barbozas, [...] que começava a surgir muito além, no meio de capoeiras. [..] Passamos um ribeirão, seguimos por uma estrada ladeada de taperas. Logo na primeira, que parecia deshabitada, surge um menino maltrapilho, de feições cadavericas e approximando-se da estrada, implorou "uma esmola pelo amor de Deus". Voltei-me para o lado do menino e lobriguei no interior da tapéra um vulto humano sentado no chão, immovel, como si estivesse doente [...] logo da casa seguinte surge outra criança pedinte; na outra, o mesmo facto se repete e dahi por diante, após a quarta tapéra, não mais pediram esmolas, cousa peior nos esperava: sentados pelas portas, debruçados nas janellas ou deitados no sólo, sob arvores, typos deformados olhavam para nós com certa curiosidade. Eram miseros morpheticos*[120] *(PARANÁ, 1923, p. 49).*

A falta de condições materiais, à qual os ex-escravos foram submetidos no pós-abolição, nem por um momento foi alvo de discussões por parte da sociedade e do Estado paranaense, "[...] a libertação do escravo, contudo, não o libertou do passado de escravo; esse passado será um das determinações da sua nova condição de homem livre" (NORONHA, 2009, p151). O negro, agora "cidadão" republicano, não teve condições para conquistar os recursos materiais por meio do trabalho e mérito pessoal, tão proclamado nos discursos liberais, uma vez que invisibilizado foi abandonado à própria sorte.

> *Quem percorre os municípios de Morretes, Antonina, GuaraKessaba e Paranaguá, certifica-se desta verdade. Tem-se a impressão dolorosa que grande parte daquela gente, crianças, moços e velhos, são doentes que perambulam, sem norte, cobertos de andrajos, como se habitassem uma região assolada pela seca, sem nenhuma esperança de melhores dias (PARANÁ, 1923, p. 18).*

---

[120] Morfético pode ser compreendido como: aquele cujo convívio é maléfico ou extremamente desagradável; que ou quem é perverso, ruim; que provoca repulsa, nojo; asqueroso, repugnante. Sinônimos: camunhengue, gafeirento, gafeiroso, gafento, garro, hanseniano, lazarado, lazarento, lázaro (HOUAISS – Dicionário eletrônico da língua portuguesa).

O Estado, representado pela classe dominante paranaense, invisibilizou os negros quilombolas da região, e, as poucas vezes em que eles foram mencionados, na documentação oficial da época eram denominados como caboclos, aqueles que não estavam preparados para viverem socialmente por não terem adquirido os valores morais e higiênicos da sociedade moderna.

> *O caboclo[121] é um infeliz porque é um doente do corpo e, consequentemente, um enfermo da alma. Ora, um doente em quanto estiver doente, não se abandona. [...] a escola, por seu professor, deve constituir-se um meio auxiliar ao serviço da prophylaxia. As lições sobre a ancylostomose, a malária, a tuberculose e outras doenças devem tomar um espaço serio e eminentemente pratico (PARANÁ, 1923, p. 20).*

Era preciso inculcar na mente do caboclo paranaense a crença de uma "vida melhor", fazer com que a população pobre, formada predominantemente por negros, brancos e índios, compreendesse a nova forma de trabalho, agora livre e assalariado, como algo bom, não mais pelo viés da escravidão. Esse papel foi atribuído à escola que, por meio da educação, deveria promover a "igualdade" de oportunidades educacionais a todos os cidadãos, "[...] a educação, agora universal e gratuita, contrabalançará as tendências ao domínio e á exploração social, dando a todos os homens condições idênticas para a realização social" (XAVIER, 1992, p. 124), sem deixar aparente, as desigualdades sociais presentes na sociedade paranaense capitalista.

Caracterizado pela nova ordem social, na qual a exploração do homem pelo homem continuou, mas agora permeada pelas relações contraditórias entre o capital e o trabalho "[...] a dominação das consciências ou a reprodução das falsas consciências é condição fundamental para a manutenção e reprodução das relações materiais e sociais de produção" (XAVIER, 1992, p.123). Ou seja, era preciso que o negro passasse a ver o trabalho como algo digno, diferentemente da forma como "[...] a sociedade escravista via o trabalho manual como uma atividade desprezível, que deveria ser realizada apenas por homens pertencentes às camadas inferiores ou aos escravos" (NASCIMENTO, 2009, p.53). Na sociedade capitalista e liberal, o negro deveria ver o trabalho livre e assalariado como algo bom, por meio do qual,

---

[121] São várias as interpretações sobre os indivíduos brasileiros denominados caboclos. Especificamente no Sudoeste paranaense, os caboclos eram de origem luso-brasileira e que precisavam ser criados no sertão, isto é, no meio da mata. Constituíam-se genericamente pela miscigenação de índios, negros e brancos. (MONDARDO, 2008, p.7). Após a abolição da escravatura, a palavra "negro" não apareceu mais nos documentos oficiais, sendo denominados agora de caboclos.

ele teria o acesso aos bens materiais, sendo ele mesmo o único responsável pela sua ascendência ou decadência social.

> *Ensine-o a conhecer-se physica e moralmente. Ponha-o a par das doenças que o enfraquecem, mostre-lhe o mal que o álcool lhe proporciona, limpando-lhe os bolsos e enganando-o porque é um prazer estúpido, além de lhe entorpercer a intelligencia [...] Si um dia, saneando-lhe o physico e illuminando-lhe o intellecto por meio da alphabetização, lhe abríssemos os olhos para um novo rumo e lhe proporcionássemos o indispensável estímulo para fazer-lhes nascer a ambição que encoraja o poder e o bem estar que suavisa e cerca de cuidados a existência (PARANÁ, 1923, p. 23).*

Ficou evidente nos relatórios dos inspetores de ensino, a comparação entre os negros e os imigrantes europeus e a sua "culpa" pelas precárias condições de vida. Neles os europeus foram descritos como aqueles que, apesar das dificuldades, conseguiram superar os obstáculos aos quais foram submetidos. *"É sabido que entre o nacional e o extrangeiro existe distancia considerável. O extrangeiro inicia a sua vida em condições precárias, mas logo vence. Rarissimamente deixa de se tornar proprietário de valorizar as suas poses"* (PARANÁ, 1923, p. 21). Já o negro, descrito como o caboclo, era visto como o preguiçoso que não consegue mudar as suas condições por falta de interesse e crença na vida, sendo, na maioria das vezes, ele mesmo quem enriquece o imigrante.

> *Não raro, vende-lhes as suas terras, aluga o seu trabalho por pouco mais de nada para desbravar o sertão, sanear os brejos, construir as casas, plantar e colher para o seu patrão. E enquanto este prospera a olhos vistos e logo, toma ares de senhor, o caboclo continua na sua palhoça, descalço e sem roupa, dormindo no chão ou sobre um girão de paos roliços, mal comido e mal agasalhado, incapaz de refletir sobre a sua pobreza, sem ideas para tomar rumo mais acertado, sem coragem para sahir do triste estado em que se encontra (PARANÁ, 1923, p. 21).*

Os imigrantes, mesmo que precariamente, receberam incentivos por parte do Estado, para se estabelecerem no Paraná. Como forma de garantir e assegurar a vinda deles para a região, com o objetivo de colonizar as terras paranaenses e branquear a região, foi proporcionada a alimentação necessária para a sua sobrevivência, enquanto não estivessem em suas localidades de destino. Já para os negros, não houve nenhuma assistência, nenhum planejamento para que eles conseguissem se estabelecer no pós- abolição. Com relação a um projeto educacional que tivesse como objetivo proporcionar uma formação efetiva para os mesmos, isto também não ocorreu. Embasados em um discurso liberal de

igualdade, o Estado, nas poucas vezes que mencionou a possibilidade de educação para o negro, sempre relacionou essa instrução a uma ação regeneradora.

Aos negros, “cidadãos” republicanos, foram negados a universalização e o acesso à gratuidade escolar, devido a não obrigatoriedade para aquelas que morassem a uma determinada distância das escolas. Os discursos de “democratização” aparentemente garantiram os direitos à educação, entretanto, foram negadas as “[...] condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico” (SILVA; ARAÚJO, 2005, p.71). A preocupação em adequar o ex-escravo à sociedade moderna só foi destinada aos negros que de alguma forma circulavam entre os brancos, porém para os negros quilombolas que estavam em regiões isoladas não houve qualquer intenção de instruir, pelo contrário, eles foram invisibilizados pela sociedade paranaense.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida para a construção dessa pesquisa se deu em busca de compreender e identificar a existência, ou não, de um projeto educacional para os negros no período pós-abolição da escravatura no Paraná. A partir desse objetivo geral foi necessário fazer algumas considerações a respeito das lacunas e inverdades existentes sobre a história dos negros no Paraná.

Intencionalmente foi disseminado, por meio de bibliografias existentes sobre a história do Paraná, que não mais existiam negros na região paranaense no período pós-abolição da escravatura. A justificativa para tal ideia foi pautada em relatos de autores, já citados, que afirmavam ter havido um elevado número de óbitos da população negra e também a migração interna de escravos no País, que se deslocavam de um local para o outro. Desta forma, o Paraná foi apresentado como um Estado predominantemente europeu, fortalecendo assim a negação da população negra.

A compreensão do contexto histórico no qual os negros foram escravizados e a formação dos Quilombos como um movimento de resistência se fez necessária para evidenciar a presença deles no Paraná e sua contribuição para o desenvolvimento da região. Para tanto, o resgate histórico se deu com a busca, muitas vezes sem êxito, nos arquivos públicos e museus à procura de documentos oficiais e imagens que pudessem retratar a história dos negros no Paraná. E também, de um exaustivo trabalho de cruzamento de dados históricos sobre: as fazendas, as minas de ouro e as famílias proprietárias de escravos, existentes no período em que ocorreu a escravidão e a formação dos Quilombos. Foi na falta dessas fontes, da história não contada, dos inúmeros “não ditos” que foi possível depreender como ocorreu a invisibilização dos negros no Paraná.

Com o movimento abolicionista no Paraná, a favor das ideias liberais de liberdade, igualdade e fraternidade foi possível compreender o contexto no qual ocorreu a abolição da escravatura. Nesse contexto, o trabalho livre e assalariado foi colocado pela classe dominante, como aquele que, por meio do qual, o homem seria capaz de conquistar seus bens materiais. Assim, cada ser humano seria responsável pela sua ascensão ou decadência, pois, a partir do seu trabalho, teria, ou não, condições econômicas de ascensão social.

Com o incentivo a imigração europeia e a ênfase no branqueamento do Paraná, por meio de um discurso da classe dominante, consolidou-se a ideia da superioridade do imigrante branco frente ao ex-escravo negro que foi excluído do mercado de trabalho livre e assalariado, devido a sua “incapacidade”. A discriminação e o racismo foram camuflados pelo Mito da Democracia racial que ideologicamente propagou que existia igualdade entre todos os cidadãos e uma convivência harmônica entre os diferentes grupos étnicos que formavam o País. No entanto, as teorias racistas, que associaram o negro ao mendigo, ao assassino, ao baderneiro, entre outros, reforçaram ainda mais as desigualdades sociais.

Após a abolição da escravatura, os negros paranaenses, apesar do discurso de igualdade presente na Constituição Brasileira republicana, foram abandonados à própria sorte. A campanha abolicionista no Paraná, durante o século XIX, salientava a necessidade de emancipar os negros escravizados, entretanto, após essa “emancipação” não houve o interesse da classe dominante em integrá-los a sociedade moderna da época. Pelo contrário, o projeto republicano de modernização das cidades acentuou as diferenças sociais e o racismo, agora não mais pela posição social de escravo, mas pelo estigma da cor da pele.

Os negros foram condenados ao abandono social e a “preocupação” com o destino deles se manteve enquanto eles foram tidos como mercadorias, ou seja, mão de obra escrava ligada ao lucro das lavouras. Após a abolição da escravatura, a atenção dos senhores se voltou para os próprios interesses.

Os republicanos colocaram o Estado acima das classes, dando ênfase em sua neutralidade diante às desigualdades sociais. No entanto, em uma sociedade repleta de contradições, na qual se criam “direitos” e propaga-se a “democracia”, a classe menos favorecida economicamente é oprimida pela classe dominante. Os princípios liberais de igualdade, liberdade e fraternidade não se efetivaram na prática e a estrutura da sociedade paranaense, baseada na divisão de classes, manteve-se intocada. Continuou sendo uma sociedade na qual aquele que detinha o poder econômico, político e social determinaria quais seriam as condições de vida da classe explorada.

As discussões sobre a educação para as crianças negras foram iniciadas a partir da criação da Lei do Ventre Livre (1871), na qual o Estado direcionou qual seria o destino dos ingênuos. Todavia, a real intenção foi a de criar mecanismos para que a gradual transição do trabalho escravo para o livre e assalariado acontecesse da

melhor maneira possível. Com a criação de asilos, escolas agrícolas e orfanatos, para atender os ingênuos, a classe dominante paranaense visava manter as hierarquias e as desigualdades sociais. A educação oferecida nessas instituições de longe representou a emancipação humana e a transformação da realidade dessas crianças. Pelo contrário, as práticas educativas oferecidas nas instituições para as quais os ingênuos foram encaminhados pelo Estado paranaense visaram manter a posição social inferior. Ou seja, era preciso manter a população negra sob o domínio do Estado por meio do ensino da moral e dos bons costumes, para que eles não se rebelassem além de oferecer uma formação para o trabalho visando garantir mão-de-obra barata para o mercado.

Compreender a existência, ou não, de um projeto educacional para atender os negros no Paraná, na transição do império para a República se apresentou como um desafio, pois, após a abolição da escravatura, o negro que no Império era citado em jornais, documentos de compra e venda, nos testamentos, entre outros, deixou de ser mencionado nos documentos oficiais. As únicas informações possíveis de serem analisadas são referentes aos dados populacionais descritos em alguns relatórios de governo.

Com relação à educação, o que se verificou nos Relatórios de Ensino foram informações sobre a matrícula e frequência nas escolas, entretanto, esses dados apontam apenas a porcentagem dos alunos alfabetizados com relação aos não alfabetizados, não trazendo informações sobre a cor e a origem das crianças. Na análise desses documentos, o objetivo foi o de identificar algumas pistas que evidenciassem a presença das crianças negras em escolas públicas. Mas, o que se constatou sobre a educação foram apenas relatos dos inspetores de ensino sobre: a falta de frequência dos alunos, associando, mesmo que implicitamente, a população negra e pobre à preguiça e a falta de amor pelo trabalho, fato esse que seria a justificava pela miséria na qual eles se encontravam. O termo *negro* não apareceu nos relatórios analisados, sendo o termo *caboclo/caipira* a nova denominação utilizada pelos inspetores de ensino para fazer referência aos negros e pobres que viviam nas áreas rurais.

O cruzamento de dados feitos nos dois mapas, já citados, foi realizado para se evidenciar as regiões nas quais foram construídas as escolas públicas do Estado até o ano de 1923, fazendo um paralelo com relação à localização dos quilombolas. Nesse sentido o que ficou destacado foi a falta de escolas públicas próximos aos

Quilombos e a dificuldade encontrada pelas crianças quilombolas para terem acesso à essas instituições escolares.

A partir do exposto até aqui é de suma importância retomar as questões iniciais desta pesquisa: Houve a preocupação, por parte do Estado, em se criar um projeto educacional para o atendimento dos negros no Paraná após a abolição da escravatura? Para as crianças negras paranaenses, que moravam nas regiões periféricas dos centros urbanos e para aquelas que moravam nos Quilombos, qual foi a educação pública ofertada?

A tese aqui defendida é a de que não houve um projeto educacional voltado para a formação das crianças negras quilombolas, filhas de ex-escravos nas primeiras décadas após a abolição da escravatura no Paraná. É possível afirmar que todo o discurso liberal de liberdade, igualdade e fraternidade de longe representou a realidade da população negra. As escolas públicas do Estado, no modelo de Grupo Escolar, Escola Isolada ou Escola Subvencionada, na maioria das vezes não foram frequentadas pelas crianças negras.

A escola republicana não incorporou um projeto de emancipação humana para os negros no Paraná, pelo contrário, o racismo e a discriminação foram praticados contra as poucas crianças que conseguiram ter acesso a ela. Não se pode negar que algumas crianças negras tiveram acesso às escolas públicas paranaenses, no entanto, cabe aqui ressaltar que a presença delas nessas escolas não significou que todas tiveram o direito de acesso a elas, as exceções não podem ser colocadas como regra geral.

A finalização dessa tese se fez acompanhada de grande angústia, pois, se verificou que o *ponto de chegada* é também o *ponto de partida*, o percurso percorrido até aqui foi apenas um passo inicial na busca pela compreensão de uma história que foi silenciada, pois, existe ainda uma lacuna na história da educação do negro paranaense, um longo caminho para que, efetivamente, ele possa estar presente na história do Paraná.

Entretanto, que a reflexão incitada aqui possa ser um estímulo para que novas pesquisas sejam realizadas, que o ponto de chegada deste trabalho possa ser fomentador de inquietações e conduza a novos pontos de partidas de pesquisadores que enveredem por este caminho da história ainda não contada, do povo negro invisibilizado que ainda clama por direitos e justiça social.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira; Coordenado e revisado por BOSSI, Alfredo; revisão da tradução e tradução dos novos textos BEDETTI, Ivone Castilho. 5ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABREU, M. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas no Rio de Janeiro. In: **Espaço & Debates**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, ano XIV, 1994, nº. 37 p. 34-*46.*

ALBUQUERQUE, W. R. **Uma história do negro no Brasil** / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. _Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES, D.M.C. **A Luta pela terra dos quilombolas de Palmas: do quilombo aos direitos territoriais**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco / PR, 2013.

ALVES, G. O liberalismo e a produção da escola pública moderna. In: **Liberalismo e educação em debate.** José Claudinei Lombardi e José Luis Sanfelice (orgs.) Campinas-SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2007.

AMARAL, S. P. **História do negro no Brasil** / Sharyse Piroupo do Amaral. – Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

ANDRADE, R. F. M. O**rganização da Instrução na Província de Minas Gerais: da Legislação aos Relatórios dos Presidentes (1850-1889)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

ANJOS, J.T. **Uma Trama na História: A Criança no Processo de Escolarização das Últimas Décadas do Período Imperial (Lapa, Província Do Paraná, 1866-1886).** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

APARECIDA, V. S. B. **A Busca De Valores Identitários**: A Memória Histórica Paranaense**.** 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, CURITIBA 2007.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**, Curitiba-PR: Grafipar, 1969.

BARBOSA, R. **Obras completas de Rui Barbosa**, Vol. XVII. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1890/1947. Tomo II.

BASBAUM, L. **História Sincera da República:** de 1889 a 1930. 3. ed. São Paulo: Fulgor Ltda, 1968.

_____. **História Sincera da República:** das origens a 1889. 5.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

BATISTELLA. A. O Paranismo e a Invenção da Identidade Paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012.

BAUER, J. de A. **Reminiscências Histórias de Palmas.** Maria José Bauer Ribas (org.). 2.ed. Palmas: Kaygangue, 2002.

BRASIL. Constituição Política do Império no Brasil de 1824. Coleção Leis do Império do Brasil de 1824. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html Acesso em: 18/02/2015.

BRASIL. **Convenção de 1826.** Coleção Leis do Império do Brasil de 1808 a 1889. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html Acesso em: 18/02/2015.

BRASIL. Decreto n. 1331- A de 17 de fevereiro de 1854 do Ministério do Império. **Aprova o Regulamento para a Reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte**. Coleção Leis do Império do Brasil de 1854. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1854, p. 45-69. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_histedu/decreto%20n.%201331.pdf Acesso em: 05/02/2015.

BRASIL. Lei Rio Branco **- Lei do Ventre Livre de 1871.** Coleção Leis do Império do Brasil de 1808 a 1889. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio Acesso em:18/02/2015.

BRASIL. **Código Penal de 1890**. Decreto N. 847 ? de 11 de Outubro de 1890: Promulga O Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049 Acesso em: 20/02/2015.

BRASIL. Constituição Política da República 1891. Coleção Leis do Império do Brasil de 1890 a 2000. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica Acesso em: 18/02/2015.

BARROS, S.A.P. **Negrinhos que por ahi andão:** a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). Universidade de São Paulo Faculdade de Educação São Paulo – 2005. (Dissertação de Mestrado)

BOSI, A. A Escravidão entre dois liberalismos. **Estudos avançados.** v. 2, n. 3 1988.

BOTTOMORE, T. (coord). **Dicionário do Pensamento Marxista**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BORBA, O. **Preconceito e Violência**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1984.

BORGES, B.G. Ferrovia e Modernidade. **Revista UFG** / Dezembro 2011 / Ano XIII nº 11 27.

BUFFA, Ester. **Arquitetura Escolar.** São Paulo: Brasília: EdUFSCar, INEP, 2002.

CAMPOS, A. **Do Quilombo à favela:** a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARNEIRO, D. **O Quilombo de Palmares.** 4.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A Construção da Ordem / Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: 3ªed. Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, M. C. P. **Bairros negros do Vale do Ribeira : do “escravo ao “quilombo” /** Maria Celina Pereira de Carvalho. Campinas, SP : [s. n.], 2006.

CASTRO, E. A. de. **Arquitetura das escolas públicas do Paraná. (1853-1955).** UFPR: 2010. (tese de doutorado).

CHAVES, E.O.C. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação. In: **Liberalismo e educação em debate**. José Claudinei Lombardi e José Luis Sanfelice (orgs.). Campinas - SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2007.

CHIAVENATO, J. J. **O Negro no Brasil**: da senzala à abolição. São Paulo: Moderna, 1999.

COFRÉ, I.A.R. **Desafios do reconhecimento da diferença: análise de dois processos de etnogênese de comunidades quilombolas no Paraná.** 2010. Monografia (Bacharel em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, outubro de 1878. **Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco (1978).** Edição Fac-similar Comemorativa ao Primeiro Centenário. Recife. Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco.

CORRÊA, A. S. **Imprensa e Política do Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicanos no final do século XIX**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república.** 7. ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. **A abolição**. 8ª. ed. ver.e ampl. – São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CRUZ, M. S. **Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, Araraquara, 2008.

_____. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In ROMÃO, Jeruse. **Historia da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

CRUZ, C.M. A Questão quilombola – Palmas. In: **Memórias dos povos do Campo no Paraná Centro-Sul/** Liliana Porto; Jefferson de Oliveira Salles; Sônia Maria dos Santos Marques (orgs). Curitiba: ITCG, 2013.

CUNHA, L.A. **O Ensino de Ofícios nos Primórdios da Industrialização**. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília, DF: Flocso, 2000.

CURITIBA. Fazenda Capão Alto. **Cadernos Patrimônio: 1 Série Estudos.** Curitiba, SECE, 1985.

CURITIBA. **Instituto de Terras, Cartografia e Geociências Terra e cidadania**. Curitiba: ITCG, 2008.

DERNTL, M.F. **Método e Arte:** criação urbana e organização na capitania de São Paulo, 1765-1811. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 08 jul.1913; 23 out. 1914 e 15 out. 1921.

DIEGUES, A.C. **O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo:** meio-ambiente, história e população. Texto originalmente preparado para o CENPEC. Universidade de São Paulo, 2007.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ENGELS, F. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado** / Friedrich Engels; tradução de Leandro Konder – 12. ed. – Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil S.A, 1991.

EWBANK, T. **Vida no Brasil/Diário de uma visita à terra do cacaueiro e das palmeiras.** Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, F. **A Integração do negro na sociedade de classes:** o legado da “raça branca”, v.1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERRÃO, C. SOARES, J. P. M. **Arquivo Nacional, 150 anos.** Arquivo Nacional 150 anos: visão histórica. Rio de Janeiro: Editora Index, 1988.

FIGUEIRÔA, M. S. **"Matéria Livre... Espírito livre para pensar":** um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da Província Sergipana (1881-1884). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

FRANÇA, A. S. **Uma Educação imperfeita para uma liberdade imperfeita: escravidão e educação no Espírito Santo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

FRANCO, L. A. C. **Breve histórico da formação profissional no Brasil.** Luiz Antonio Carvalho Franco e Sidnei Sauerbronn. São Paulo: CENAFOR, 1984.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48º ed. São Paulo: Global, [1933] 2003.

_____. **Sobrados e mucambos.** Rio de Janeiro: 8º ed. Record, [1936] 1990.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1959.

GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 25 out 1884, 8 (319): 2 e 3. in. PENA, Eduardo S. **O jogo da face:** a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial. Curitiba, 1999, p. 103.

GRAF, M. E. C. **Imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1981.

GREGÓRIO, V.M. Dividindo as Províncias do Império: **A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854).** 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, C.M. **A Negação da ordem escravista:** Quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Ícone, 1988.

GUTIÉRREZ, H. Fazendas de gado no Paraná escravista. **Topoi: Revista de História**, Rio de Janeiro, n. 9, pp. 102-127, 2004.

HARDMAN, F. F.; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global Editora, 1982.

HOFFMANN, C.C. **Fonteiras de um Quilombo em "Construção":** um estudo sobre o processo de demarcação das terras da comunidade negra Manoel Ciríaco dos Santos-Guaíra/PR. Dissertação (Mestrado em Sociais e Humanidades) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012.

HOSBSBAWM, E. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

HOBSBAWM, E. RANGER, T. **A invenção das tradições**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

INCRA. **Relatório Antropológico e Histórico da comunidade Quilombola da Serra do Apon**. Universidade Federal do Paraná/INCRA/PR. Curitiba, 2010.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S.A, 1972.

_____. **A metamorfose do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil.** ed., São Paulo: Hucitec, Curitiba: Scientia et labor, 1988.

KATINSKY, J. R. Ferrovias nacionais. In: MOTOYAMA, S. (Org.) ***Tecnologia e industrialização no Brasil.*** São Paulo: Editora da UNESP, 1994. p. 37-65.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

KREUTZ, L. **Magistério e Imigração Alemã: O professor paroquial católico teutobrasileiro do Rio Grande do Sul no movimento da restauração. (**Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 1985.

KROETZ, L.R. **As estradas de ferro do Paraná 1880-1940**. 1985. (Tese DE Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

JACOMELI, M. R.M. **A Instrução Pública Primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891-1927.** 1998. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1998.

LEITE, I. B. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregração. In: LEITE, I. B. (org.). **Negros no sul do Brasil — invisibilidade e territorialidade**. Santa Catarina: Letras contemporâneas, 1996.

LAGO, L. S. **Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899**.1987. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 1987.

LAMOUNIER, M. L. **Agricultura e mercado de trabalho**: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Estudos Econômicos.* vol. 37, n. 2, p. 353-372, 2007.

_____. **Da escravidão ao trabalho livre**: a lei de locação de serviços de 1879. Campinas, SP. Papirus, 1988.

_____. Entre a escravidão e o trabalho livre. Escravos e imigrantes nas obras de construção das ferrovias no Brasil no século XIX. **ANPEC - XXXVI Encontro Nacional de Economia**, 2008.

LINHARES, T. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1969.

LARA, S.H. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 1988. v.8 nº 16 p.161-188. marc.88/ago.88.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo.** Ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do Governo civil. São Paulo: Martin Claret, 2006. (Coleção a obra-prima de cada autor).

LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

MACHADO, B.P. Contribuição Ao Estudo Da História Agrária Do Paraná. In: I Simpósio Dos Professores Universitários De História. **Anais do II Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior – ANPUH**. Curitiba, outubro 1962.

MAESTRI FILHO, M. **1910: A Revolta dos Marinheiros**. São Paulo: Global, 1982.

MALHEIROS, A.M.P. **A Escravidão no Brasil Ensaio Histórico-Jurídico-Social.** Rio de Janeiro, 1967.

MARCONDES, G. G; ABREU, T.G. **Escravidão e trabalho**. Guarapuava, UNICENTRO, 1991.

MARIA LUIZA. **Coritiba – Jornal.** DIARIO DA TARDE. Curitiba, 23 de outubro de 1914.

MARTINS, A. L. **Império do Café: A grande lavoura no Brasil 1850 a 1890**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1990.

MARTINS, R. **História do Paraná.** Curitiba: Travessa dos editores, 1995.

_____. Paranismo. In: **A divulgação** . Curitiba. Fev-mar. 1946, p.91.

MARTINS, W. WACHOVICKS, R. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná.** 2ª edição. SP: T.A. Queiroz, 1989.

MARTINIAK, V. L. **Educação e trabalho no ensino agrícola:** história das instituições escolares agrícolas. Curitiba, PR: CRV, 2011.

MARX, K**. Trabalho assalariado e Capital.** Rio de Janeiro. Editora Vitória, 1954.

_____. **O Capital**, Livro 1 vol, I e II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1968.

_____. **Miséria da Filosofia.** Trad.J.Silva Dias e Maria Carvalho Torres. Porto, publicações Escorpião, 1976. 181p. (Biblioteca Ciência e Sociedade 2).

_____. **Prefácio à Contribuição Crítica da Economia Política**. In: Marx, K. e Engels. , F. Textos. Vol3 São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro 1, Volume 1. São Paulo, DIFEL, 1982.

_____. **Contribuição à critica da economia política.** São Paulo. Martins Fontes, 1983.

_____. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret Ltda, 2011. (Coleção a Obra Prima de Cada Autor).

MARX, K . ENGELS, F. **A ideologia alemã I**. Lisboa: Editora Presença, 1979.

_____. **O manifesto do Partido Comunista**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATTOS, I. R. **O tempo Saquarema**. São Paulo: 4ªed. Hucitec, 2004.

MATTOSO, K. M. de Q. **Ser Escravo no Brasil**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1981.

MELO, C.S. MACHADO, M. C. G. A Organização Da Instrução Pública no Estado do Paraná no Início da República: O Decreto Nº 31 De 29 De Janeiro De 1890. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 248-260, jun.2010 - ISSN: 1676-2584 248.

MIGUEL, M. E. B. A História da Escola primária Publica do Paraná : Entre as Intenções Legais e as Necessidades Reais. In : **Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia** SCHELBAUER, A., R. LOMBARDI, J. C. ; MACHADO, M. C.G. (orgs). Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MORAES, E. **A campanha abolicionista:** 1879 - 1888. 2º ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1986. Coleção Temas Brasileiros, 60.

MOURA, C. **Os Quilombos e a Rebelião Negra.** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Quilombos Resistência ao escravismo.** São Paulo. Editora Ática, 1987.

_____. **Rebeliões da Senzala.** 4ª. ed.Porto Alegre, Mercado Aberto,1988.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro.** São Paulo, Editora Anita Ltda, 1994.

_____. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980. RELPH, Edward.

_____. **O negro revoltado**. Organização e apresentação Abdias Nascimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, C. B. **Múltiplos olhares sobre a presença negra na Lapa – Paraná: história e arqueologia ( século XIX e XX).** 2009. - Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Rio Grande do Sul, 2009.

NASCIMENTO, M.I.M. **A primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR.** 225f. Tese (Doutorado em Filosofia e História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2004

_____.In: Diana Gonçalves Vidal, (org.). **Grupos Escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

NASCIMENTO, M. N. M. **História, Trabalho Educação: Relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindústria canavieira**. 2009. Tese ( Doutorado em Filosofia e História da Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2009.

NORONHA, M. O. Educação e trabalho no contexto histórico da formação da Primeira República no Brasil (1889-1930). In **Navegando pela história da educação brasileira:** 20 anos de HISTEDBR. José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani (orgs), Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2009. (Coleção Memórias da educação).

OLIVEIRA, L.L. **A Frente Negra Brasileira: Política e Questão Racial nos anos 1930.** 2002. Dissertação (Mestrado em História Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, M. C. M. **O ensino primário na Província do Paraná (1853- 1889)**. Curitiba: Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, 1982.

_____. **Ensino Primário e Sociedade no Paraná Durante a primeira República**. Tese de Doutorado – USP, 1994.

OLIVEIRA, R. C. Poder politico e herança familiar. **Revista de Sociologia e Politica**, n.4 e 5, p.217-218, 1995.

_____. **O silêncio das genealogias: classe dominante e estado do Paraná (1853-1930).** 2000. Tese (doutorado em Filosofia) Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2000.

OTTONI, C.B. **A Emancipação dos escravos.** Rio de Janeiro. Typographia Perseverança, 1871.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PAIVA, O. C. **Histórias da (I) migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI** - São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013. PDF (Coleção Ensino & Memória, 2).

PARANÁ. **Relatório de Governo - 1854**. Arquivo Público do Paraná. Documentos Históricos. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44 Acesso em 16/02/2015.

PARANÁ. **Relatório de Governo - 1882**. Arquivo Público do Paraná. Documentos Históricos. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1882MFN676.pdf . Acesso em: 16/02/2015.

PARANA, **Relatório de Secretários de Governo – 1901**. Governador do Estado do Paraná pelo Dr. Otavio Ferreira do Amaral e Silva, 1901. MFN: 682. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1901_MFN_682.pdf Acesso em 16/02/2015.

PARANÁ. **Relatório de Secretários do Governo - 1910**. Arquivo Público do Paraná. Documentos Históricos. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1910_MFN_730.pdf Acesso em: 15/10/2014.

PARANÁ. **Relatório apresentado pelo inspetor de ensino Cesar Prieto Martinez**. Curitiba, 1923.

PARANÁ. **Relatório apresentado pelo inspetor de ensino Cesar Prieto Martinez**. Curitiba, 1923.

PARANÁ. **Anuário Estatírstico do relatório da Secretaria Geral do Estado do Paraná**. Secretario Geral do Estado Alcides Munhoz. Curitiba 1924,

PATTO, M. H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados** [online]. vol.13, n.35, pp. 167- 1999.

_____. Escolas cheias, cadeias vazias: nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. In. **Estudos Avançados** nº21 (61), 2007.

PEREIRA, J. G. **Os negros e a construção da sua cidadania:** Estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas – 1869 a 1914. 2001. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2001.

PEREIRA, M.R.M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PETRONE, M. T. S. Imigração. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. [et all]. **O Brasil Republicano, volume 2:** Sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.95-133.

PILOTTO, O. A criação da Província do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense,** Curitiba, v.43, p.15, 1986.

PINHEIRO, L. A. **A civilização do Brasil através da Infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889).** 2003. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003.

PODOSSETNIK, V. SPIRKINE, A. **Fundamentos da Dialética da História.** São Paulo: Argumentos, 1966.

PONCE, A. **Educação e Luta de Classes.** / Aníbal Ponce; Traduzido do original em espanhol/ publicado por J. Hector Matera – Buenos Aires, 1957. Tradução para a língua portuguesa de José Severo de Camargo Pereira – São Paulo: Fulgor, 1963.

PONDÉ, F. de P. A. **Organização e administração do Ministério do Exército.** Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. (col. História administrativa do Brasil; v.37) p. 35.

PORTELLA, A. V. **Campina dos Morenos**: Um quilombo preservado. Edição Própria, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 43 ed**.** São Paulo**:** Brasiliense, 1986.

PROSSER, E. S. ***Cem anos de sociedade, arte e educação em Curitiba***: 1853-1953. Da Escola de Belas Artes Indústrias, de Mariano de Lima, à Universidade do Paraná e a Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004. (Páginas escolhidas)

QUELUZ, G. L. **Concepções de Ensino Técnico na República Velha. Estudo dos Casos da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, Do Instituto Técnico Profissional de Porto Alegre e o Serviço de Remodelação 1909 e 1930**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Comunicação e Semiótica. São Paulo, 2000. (Tese De Doutorado).

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

REIS, J. J; GOMES, F. S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.

RITTER, M. L. **A sociedade nos campos de Curitiba na época da Independência.** Porto Alegre: Pallotti , 1982.

RIZZINI, I. Domesticar e civilizar: crianças indígenas e o ensino de ofícios no Norte do Brasil imperial. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2., História e Memória da Educação Brasileira. s.ed.: 2004.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Especial de Comunicação Social. **1904 - Revolta da Vacina.** A maior batalha do Rio / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – A Secretaria, 2006. 120 p.: il.– (Cadernos da Comunicação. Série Memória).

SALLES, I. G. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada** (O partido republicano paulista e a política de mão-de-mão – 1870 –1889. USP, SP: 1980.

SANCHES, M. A. **O negro em Curitiba:** A invisibilidade cultural do visível. Dissertação de mestrado, departamento de Antropologia social, UFPR, Curitiba, 1997.

SANTANA, L.C. **Liberalismo, ensino e privatização: um estudo a partir dos clássicos da economia política**. Tese de doutorado, Faculdade de Educação UNICAMP, 1996. [s.n].

SANTOS, C. R. A. dos. **Vida material e econômica**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios).

SÃO PAULO. **Relatório Técnico-Científico Sobre Os Remanescentes Da Comunidade De Quilombo De Porto Velho/Iporanga-Sp**. São Paulo, 2003.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações polêmicas do nosso tempo.** 7. ed. São Paulo. Autores associados, 2000.

_____. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. São Paulo: Autores Associados Ltda., 2004.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil** / Dermeval Saviani. – 2. Ed. Ver. E ampl. – Campinas, SP: Autores Associados: 2008. – (Coleção memória da educação).

SCHMITT, A; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas Definições Teóricas**. In: Ambiente & Sociedade, Ano V, número 10, 1º semestre de 2002.

SCHELBAUER, A. R. **Idéias que não se realizam:** o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914/ Analete Regina Schelbauer. Maringá: EDUEM, 1998.

_____. Da Roça para a Escola: Institucionalização e Expansão das Escolas Primárias Rurais no Paraná (1930-1960). **História Educação** [Online] Porto Alegre v. 18 n. 43 Maio/ago. 2014 p. 71-91.

SCHWARCZ, L.M. **Retrato em Branco e Negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia. Das letras, 1987.

_____. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

SEBRÃO, G. D. **Presença/ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888).** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SILVA, G; ARAÚJO, M. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In ROMÃO, Jeruse. **Historia da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

SILVA, J.B.A. **Representação à Assembleia Geral Constituinte do Império do Brasil sobre a Escravatura. Paris,** Typographia de Firmn Didot, 1825.

SILVA, S. C. H. P. **De órfãos da gripe a trabalhadores.** O Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, V.M. **Escravos e criados nas escolas noturnas de primeiras letras na Província do Paraná (1872-1888).** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

SILVEIRA, M.I.P. B; SILVEIRA, V.B. **Lapa tropas e tropeiros: caminhos da história.** Curitiba: Educon, 2006.

SINGER, P. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. / Paul Singer. – São Paulo: Moderna, 1987.

SOARES, E.G. **Educação Escolar Quilombola:** quando a diferença é indiferente. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR, 2012.

SOUSA, N.L. **O Projeto Republicano Para a Educação no Paraná e o Processo de (Des) Mistificação de Júlia Wanderley**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2013. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, J. Comunidade quilombola no sul brasileiro: identidade, memória e sustentabilidade no Vale do Ribeira. ***RESGATE*** - vol. XX, N0 24 - jul./dez. 2012 - de Souza, Jurandir - p. 16-24.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Templos da civilização a implantação da escola primária (1890-1910).** São Paulo: UNESP, 1998.

SZESZ, C.M. **A Invenção do Paraná:** O discurso regional e a definição das fronteiras Cartográficas (1889-1920). 1997. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba 1997

TAUNAY, A. E. **História do café no Brasil: no Brasil Imperial 1822-1872**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TOLEDO, V. V. de. **Sua Majestade o café**. São Paulo: Moderna, 1992.

TRINDADE, E. M. C. Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional. **Revista da SBPH**, Curitiba, n.13, p.65, 1997.

TRINDADE, E. M. de C.; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

VALLE, M. S. **A Lapa histórica** – preservada e mística. Curitiba: Secretaria Estadual da Cultura, 1999.

VECCHIA, A. Formando cidadãos e líderes: o ensino secundário na Província do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 22, 2006, pp. 54-70.

VOLPATO, L. R. R. **Cativos do sertão**: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850 - 1888. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993.

WALDMANN, I. M. **Fazenda Santa Cruz dos Campos Gerais e a imigração Russa 1792-1990**. 1. ed. Ponta Grossa, PR: Editora Gráfica Planeta, 1992, 68p.

WARDE, M. **Liberalismo e educação.** 1984. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1984.

XAVIER, M. E. S. P. **Poder Político e educação de Elite**. 3.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

# ANEXOS

Anexo 1 - Estatística Escolar - Lista das escolas públicas em 1923

ESTADO DO PARANA'

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

# Annuario Estatistico

DO

# RELATORIO

DA

# SECRETARIA GERAL DO ESTADO DO PARANA'

Apresentado a Sua Exa. o Snr.

*Dr. Caetano Munhoz da Rocha*

PRESIDENTE DO ESTADO

por

ALCIDES MUNHOZ

Secretario Geral d'Estado

Referente aos serviços do exercicio financeiro de

1923-1924

*Curityba, 31 de Dezembro de 1924*

Officinas de Artes Graphicas
Irmãos Guimarães & Cia.--Curityba-Paraná

SCS 2
P223
1923-1924
MFN 813

# ESTATISTICA ESCOLAR

Exercicio 1923-1924 — 1922 — Quadro I

| Estabelecimentos por Municipio | Pessoal Docente: Individuos | Pessoal Docente: Individuos | Pessoal Docente: Classes | Classes | Media Annual: Matricula: Masc. | Media Annual: Matricula: Fem. | Media Annual: Matricula: Total | Media Annual: Frequencia: Masc. | Media Annual: Frequencia: Fem. | Media Annual: Frequencia: Total | Total por Municipio: Matricula: Masc. | Total por Municipio: Matricula: Fem. | Total por Municipio: Matricula: Total | Total por Municipio: Frequencia: Masc. | Total por Municipio: Frequencia: Fem. | Total por Municipio: Frequencia: Total | Analphabetos | Alphabetisados | Total por Municipio: Analphabetos | Total por Municipio: Alphabetisados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Antonina** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Brasilio Machado | 1 | 5 | 6 | 5 | 99 | 95 | 194 | 57 | 55 | 112 | | | | | | | 60 | 55 | | |
| Escolas Isoladas | | 4 | 4 | | 92 | 79 | 171 | 75 | 55 | 130 | | | | | | | 18 | 78 | | |
| „ subv. do Estado | 1 | | 1 | | 34 | 13 | 47 | 27 | 8 | 35 | | | | | | | 19 | 9 | | |
| „ „ Federaes | 1 | 1 | 2 | | 34 | 36 | 70 | 24 | 19 | 43 | | | | | | | 39 | 39 | | |
| „ Noct. de Operarios | 1 | | 1 | | 60 | | 60 | 58 | | 58 | 319 | 223 | 542 | 241 | 137 | 378 | | | 136 | 181 |
| **Assunguy de Cima** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | | 1 | 1 | | 22 | 26 | 48 | 23 | 18 | 41 | | | | | | | | 10 | | |
| „ subv. do Estado | 2 | | 2 | | 68 | 6 | 74 | 46 | 4 | 50 | 90 | 32 | 122 | 69 | 22 | 91 | 3 | 20 | 3 | 30 |
| **Araucaria** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | | 10 | 10 | | 252 | 219 | 471 | 165 | 112 | 277 | | | | | | | 91 | 101 | | |
| „ sub Federaes | | 4 | 4 | | 96 | 76 | 172 | 57 | 50 | 107 | 348 | 295 | 643 | | | | 22 | 39 | 113 | 140 |
| **Bocayuva** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 44 |
| Casa Escolar | 1 | 1 | 2 | | 31 | 25 | 56 | 15 | 21 | 36 | | | | | | | 24 | 10 | | |
| Escolas Isoladas | | 1 | 1 | | 21 | 28 | 49 | 12 | 15 | 27 | | | | | | | 4 | 15 | | |
| „ sub. do Estado | 5 | 4 | | | 228 | 45 | 273 | 173 | 27 | 200 | | | | | | | 248 | 26 | | |
| „ „ Federaes | | 1 | 1 | | 13 | 15 | 28 | 7 | 9 | 16 | 293 | 113 | 406 | | | | 28 | | 304 | 51 |
| **Campina Grande** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 1 | 7 | 8 | | 297 | 190 | 417 | 153 | 127 | 280 | | | | | | | 129 | 107 | | |
| „ subv. do Estado | 2 | 2 | 4 | | 100 | 15 | 115 | 71 | 8 | 79 | 327 | 205 | 532 | 224 | 135 | 359 | 75 | 16 | 204 | 123 |
| **Campo Largo** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Macedo Soares | 1 | 3 | 4 | 4 | 84 | 114 | 198 | 57 | 82 | 139 | | | | | | | 98 | 28 | | |
| Escolas Isoladas | 4 | 10 | 14 | | 426 | 186 | 612 | 278 | 121 | 399 | | | | | | | 145 | 196 | | |
| „ sub do Estado | 1 | 3 | 4 | | 95 | 39 | 134 | 82 | 33 | 115 | | | | | | | 39 | 23 | | |
| „ „ Federaes | 4 | 5 | 9 | | 313 | 104 | 417 | 211 | 67 | 278 | 918 | 443 | 1361 | 628 | 303 | 931 | 50 | 43 | 332 | 290 |
| **Castro** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Vicente Machado | 1 | 6 | 7 | 6 | 212 | 148 | 360 | 113 | 82 | 195 | | | | | | | 130 | 50 | | |
| Escolas subv. do Estado | | 3 | 3 | | 74 | 63 | 137 | 54 | 36 | 90 | | | | | | | 32 | 56 | | |
| „ Regimentaes | 1 | | 1 | | 222 | | 222 | 179 | | 179 | 508 | 211 | 719 | 346 | 118 | 464 | 180 | 139 | 342 | 245 |
| **Clevelandia** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 1 | | 1 | | 38 | | 38 | 24 | | 24 | | | | | | | 7 | 10 | | |
| „ subv. do Estado | 1 | | 1 | | 27 | | 27 | 25 | | 25 | 65 | | 65 | 49 | | 49 | | | 7 | 10 |
| **Colombo** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Casa Escolar | 1 | 1 | 2 | | 46 | 32 | 78 | 38 | 20 | 58 | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | | 8 | 8 | | 209 | 183 | 392 | 145 | 120 | 265 | | | | | | | 154 | 98 | | |
| „ subv. Federaes | | 1 | 1 | | 21 | 22 | 43 | 14 | 15 | 29 | 276 | 237 | 513 | 197 | 155 | 352 | 4 | 11 | 158 | 109 |
| **Conchas** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | | 1 | 1 | | 19 | 30 | 49 | 10 | 21 | 31 | 19 | 30 | 49 | 10 | 21 | 31 | 10 | 5 | 10 | 5 |
| **Colonia Mineira** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 1 | 1 | 2 | | 61 | 61 | 122 | 55 | 53 | 108 | 61 | 61 | 122 | 55 | 53 | 108 | 21 | 43 | 21 | 43 |
| **Carlopolis** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 1 | 1 | 2 | | 50 | 48 | 98 | 34 | 36 | 70 | 50 | 48 | 98 | 34 | 36 | 70 | 5 | 15 | 5 | 15 |

Directoria do Archivo Publico e Estatistica do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1924.

A. Vieira Queiroz
Chefe de Secção

Rudolfo Ramos
Director

# ESTATISTICA ESCOLAR

Exercicio 1923-1924 — 1923 — Quadro II

| Estabelecimentos por Municipio | Primarias | Primarias | Somma | Classes | Media Annual: Matricula: Masc. | Fem. | Somma | Frequencia: Masc. | Fem. | Somma | Total por Municipio: Matricula: Masc. | Fem. | Total | Frequencia: Masc. | Fem. | Total | Habitantes | Habitantes | Total por Municipio: Habitantes | Habitantes |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Carlopolis** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 1 | | 1 | | 36 | | 36 | 28 | | 28 | 36 | | 36 | 28 | | 28 | 15 | 4 | 15 | 4 |
| **Curityba** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo annexo a Escola Normal Secundaria | | 20 | 20 | 19 | 290 | 360 | 650 | 246 | 289 | 535 | | | | | | | 30 | 148 | | |
| „ 19 de Dezembro | 1 | 13 | 14 | 10 | 390 | 235 | 565 | 149 | 90 | 239 | | | | | | | 29 | 138 | | |
| „ Professor Cleto | 1 | 3 | 4 | 4 | 157 | 100 | 257 | 81 | 51 | 132 | | | | | | | 48 | 68 | | |
| „ Rio Branco | 1 | 11 | 12 | 8 | 269 | 221 | 490 | 98 | 86 | 184 | | | | | | | 69 | 121 | | |
| „ Brandão | 2 | 4 | 6 | 5 | 197 | 155 | 352 | 86 | 83 | 169 | | | | | | | 85 | 52 | | |
| „ Tiradentes | | 9 | 9 | 7 | 153 | 277 | 430 | 77 | 153 | 230 | | | | | | | 68 | 87 | | 24 |
| „ Zacharias | 2 | 4 | 6 | 5 | 170 | 151 | 321 | 78 | 65 | 143 | | | | | | | 37 | 52 | | |
| „ Cruz Machado | 1 | 3 | 4 | 4 | 152 | 116 | 268 | 76 | 71 | 147 | | | | | | | 58 | 49 | | |
| „ Xavier da Silva | 5 | 24 | 29 | 21 | 431 | 500 | 931 | 256 | 303 | 559 | | | | | | | 24 | 244 | | |
| „ Dr. Pedrosa | 1 | 5 | 5 | 6 | 175 | 133 | 308 | 106 | 86 | 192 | | | | | | | 29 | 73 | | |
| Escolas Isoladas | 2 | 25 | 27 | | 739 | 653 | 1392 | 500 | 436 | 936 | | | | | | | 352 | 303 | | |
| Escolas subv. do Estado | 1 | 1 | 2 | | 13 | 46 | 59 | 8 | 33 | 41 | | | | | | | 26 | 11 | | |
| „ subv. Federaes | | 25 | 25 | | 514 | 591 | 1105 | 212 | 345 | 557 | | | | | | | 345 | 212 | | |
| „ Asylo S. Luiz | | 2 | 2 | | 106 | 35 | 106 | 84 | | 84 | | | | | | | | 28 | | |
| „ Patronato Agricola | 1 | | 1 | | 18 | | 18 | 15 | | 15 | | | | | | | | 12 | | |
| „ Italiana | | 1 | 1 | | 23 | 23 | 46 | 21 | 18 | 39 | | | | | | | | | | |
| „ de Artifices | | 1 | 1 | | 37 | | 37 | 25 | | 25 | | | | | | | | | | |
| „ Emp. do Commercio | 1 | | 1 | | 85 | | 85 | 47 | | 47 | | | | | | | | | | |
| „ Corpo de Bombeiros | 1 | | 1 | | 50 | | 50 | 26 | | 26 | | | | | | | | | | |
| „ 1.º Reg. de Artilharia Montada | 2 | | 2 | | 178 | | 178 | 91 | | 91 | | | | | | | | | | |
| „ 5º Bat. Engenharia | 3 | | 3 | | 94 | | 94 | 81 | | 81 | | | | | | | | | | |
| „ Noct. de Operarios | 2 | | 2 | | 77 | | 77 | 51 | | 51 | | | | | | | | | | |
| „ da Penitenciaria | 1 | | 1 | | 109 | | 109 | 97 | | 97 | 4367 | 3561 | 7928 | 2511 | 2109 | 4620 | | | 1203 | 1598 |
| **Deodoro** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Casa Escolar | 1 | 3 | 4 | | 98 | 110 | 208 | 62 | 59 | 121 | | | | | | | 52 | 70 | | |
| Escolas Isoladas | | 5 | 5 | | 106 | 95 | 201 | 51 | 45 | 96 | | | | | | | 24 | 22 | | |
| „ subv. do Estado | | 1 | 1 | | 23 | 36 | 59 | 10 | 13 | 23 | | | | | | | 30 | 6 | | |
| „ „ Federaes | | 1 | 1 | | 35 | 17 | 52 | 23 | 11 | 34 | 262 | 258 | 520 | 146 | 128 | 274 | 32 | 1 | 128 | 99 |
| **Entre Rios** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | | 2 | 2 | | 44 | 100 | 144 | 34 | 53 | 87 | | | | | | | 11 | 52 | | |
| „ subv. do Estado | 1 | | 1 | | 31 | 22 | 53 | 15 | 9 | 24 | | | | | | | | | | |
| „ subv. Federaes | | | | | 21 | 30 | 51 | 18 | 27 | 45 | 96 | 152 | 248 | 67 | 89 | 156 | 16 | 10 | 27 | 62 |
| **Fóz do Iguassú** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | | 1 | 1 | | 27 | 46 | 73 | 10 | 16 | 26 | 27 | 46 | 73 | 10 | 16 | 26 | | | | |
| **Guarakessaba** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 1 | 1 | 2 | | 64 | 29 | 93 | 25 | 26 | 51 | | | | | | | 15 | 14 | | |
| „ subv. do Estado | 3 | 4 | 7 | | 146 | 66 | 212 | 96 | 38 | 134 | | | | | | | 38 | 37 | | |
| „ „ Federaes | 1 | 1 | 2 | | 61 | 7 | 68 | 34 | 2 | 36 | 271 | 102 | 373 | 155 | 66 | 221 | 31 | 13 | 84 | 64 |
| **Guaratuba** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 1 | 1 | 2 | | 46 | 23 | 69 | 35 | 17 | 52 | | | | | | | 7 | 13 | | |
| „ subv. do Estado | | 3 | 3 | | 68 | 37 | 105 | 50 | 26 | 76 | 114 | 60 | 174 | 85 | 43 | 128 | 20 | 23 | 27 | 36 |

Directoria do Archivo Publico e Estatistica do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1924.

A. Vieira Castro

Rudolfo Ramos
Director

# ESTATISTICA ESCOLAR

Exercicio 1923-1924 — 1923 — Quadro III

| Estabelecimentos por Municipio | Professores Publicos | Professores Particulares | Somma | CLASSES | Media annual: Matricula Masc. | Matricula Fem. | Matricula Somma | Frequencia Masc. | Frequencia Fem. | Frequencia Somma | Total por Municipio: Matricula Masc. | Matricula Fem. | Matricula Total | Frequencia Masc. | Frequencia Fem. | Frequencia Total | Inspectores | Inspectoras | Total por Municipio: Inspectores | Inspectoras |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Guarapuava** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Escolar de Guarapuava | 1 | | 1 | 4 | 93 | 50 | 143 | 55 | 34 | 89 | | | | | | | 27 | 31 | | |
| Escolas Isoladas | 1 | 1 | 2 | | 60 | 54 | 114 | 32 | 35 | 67 | | | | | | | 34 | 34 | | |
| „ subv. do Estado | 4 | 4 | 8 | | 162 | 103 | 265 | 82 | 47 | 129 | 315 | 207 | 522 | 169 | 116 | 285 | 13 | 16 | 74 | 81 |
| **Iraty** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 1 | 7 | 8 | | 202 | 233 | 435 | 135 | 149 | 284 | | | | | | | 109 | 68 | | |
| „ subv. Federaes | | 2 | 2 | | 46 | 34 | 80 | 36 | 27 | 63 | 248 | 267 | 515 | 171 | 176 | 347 | 32 | 26 | 141 | 94 |
| **Jacarésinho** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Custodio Rapuso | 1 | 5 | 6 | 6 | 79 | 67 | 146 | 65 | 57 | 122 | | | | | | | 43 | 21 | | |
| Escolas Isoladas | | 1 | 1 | | 47 | 56 | 103 | 24 | 27 | 51 | | | | | | | 17 | 28 | | |
| „ subv. do Estado | 3 | | 3 | | 106 | 66 | 172 | 51 | 30 | 81 | | | | | | | 82 | | | |
| „ Parochial | 1 | | 1 | | 47 | 40 | 87 | 31 | 29 | 60 | | | | | | | 32 | | | |
| „ Noct. de Operarios | 1 | | 1 | | 30 | | 30 | 22 | | 22 | 309 | 229 | 538 | 193 | 143 | 336 | | | 174 | 49 |
| **Jaguariahyva** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Izabel Branco | 1 | 3 | 4 | 4 | 163 | 125 | 288 | 79 | 61 | 140 | | | | | | | 40 | 71 | | |
| Escolas Izoladas | 2 | 2 | 4 | | 134 | 49 | 183 | 75 | 28 | 103 | | | | | | | 40 | 17 | | |
| „ subv. do Estado | 3 | 3 | 6 | | 160 | 78 | 238 | 103 | 60 | 163 | | | | | | | 57 | 36 | | |
| „ Noct de Operarios | 1 | | 1 | | 23 | | 23 | 21 | | 21 | 480 | 252 | 732 | 278 | 149 | 427 | | 8 | 137 | 132 |
| **Lapa** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Dr. Manoel Pedro | 1 | 4 | 5 | 5 | 172 | 124 | 296 | 105 | 70 | 175 | | | | | | | 43 | 41 | | |
| Escolas Isoladas | | 5 | 5 | | 156 | 116 | 272 | 114 | 86 | 200 | | | | | | | 54 | 41 | | |
| „ subv. do Estado | 1 | 4 | 5 | | 157 | 100 | 257 | 113 | 73 | 186 | | | | | | | 53 | 27 | | |
| „ „ Federaes | 1 | 5 | 6 | | 157 | 110 | 267 | 108 | 84 | 192 | | | | | | | 71 | 46 | | |
| „ Noct. de Operarios | 1 | | 1 | | 32 | | 32 | 22 | | 22 | 674 | 450 | 1224 | 462 | 313 | 775 | 4 | | 225 | 155 |
| **Morretes** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Miguel Scheleder | | 6 | 6 | 5 | 96 | 95 | 191 | 52 | 64 | 116 | | | | | | | 23 | 78 | | |
| Escolas Izoladas | 1 | 6 | 7 | | 171 | 163 | 334 | 105 | 86 | 191 | | | | | | | 114 | 34 | | |
| „ subv. do Estado | 1 | 4 | 5 | | 102 | 90 | 192 | 57 | 55 | 112 | | | | | | | 36 | 19 | | |
| „ „ Federaes | | 2 | 2 | | 31 | 37 | 68 | 18 | 21 | 39 | 400 | 385 | 785 | 232 | 226 | 458 | 31 | 6 | 204 | 137 |
| **Marumby** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 1 | 2 | 3 | | 97 | 69 | 166 | 53 | 47 | 100 | | | | | | | 28 | 28 | | |
| „ subv. Federaes. | | 1 | 1 | | 18 | 16 | 34 | 16 | 6 | 22 | 115 | 85 | 200 | 69 | 53 | 122 | 14 | 2 | 42 | 30 |
| **Palmyra** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas. | | 2 | 2 | | 56 | 40 | 96 | 40 | 33 | 73 | | | | | | | 21 | 20 | | |
| „ subv Federaes. | | 1 | 1 | | 18 | 32 | 50 | 14 | 28 | 42 | 74 | 72 | 146 | 54 | 61 | 115 | 4 | 20 | 25 | 40 |
| **Palmeira** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Jesuino Marcondes | 1 | 4 | 5 | 5 | 95 | 67 | 162 | 72 | 50 | 122 | | | | | | | 28 | 50 | 27 | |
| Escolas Izoladas | | 5 | 5 | | 139 | 112 | 251 | 120 | 98 | 218 | | | | | | | 29 | 66 | | |
| „ subv. do Estado | 4 | 3 | 7 | | 157 | 115 | 272 | 124 | 90 | 214 | | | | | | | 60 | 67 | | |
| „ „ Federaes | 1 | 3 | 4 | | 93 | 88 | 181 | 66 | 58 | 124 | 184 | 382 | 866 | 382 | 296 | 678 | 13 | 49 | 130 | 232 |
| **Palmas** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Izoladas | 1 | 4 | 5 | | 112 | 129 | 241 | 67 | 84 | 151 | | | | | | | 59 | 39 | | |
| „ subv. do Estado | 1 | 1 | 2 | | 33 | 30 | 63 | 24 | 25 | 49 | 145 | 159 | 304 | 91 | 109 | 200 | 13 | 7 | 72 | 46 |
| **Porto de Cima** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 2 | 3 | 5 | | 82 | 62 | 144 | 52 | 41 | 93 | 82 | 62 | 144 | 52 | 41 | 93 | 56 | 35 | 56 | 35 |

Directoria do Archivo Publico e Estatistica do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1924.

*Vieira de Castro*
Chefe de Secção

*Theodorico Franco*
Director

# ESTATISTICA ESCOLAR

Exercicio 1923-1924 — 1923 — Quadro IV

| Estabelecimentos por Municipio | Pessoal docente: Professores | Pessoal docente: Professoras | Pessoal docente: Somma | Classes | Media annual: Matricula: Masc. | Media annual: Matricula: Fem. | Media annual: Matricula: Somma | Media annual: Frequencia: Masc. | Media annual: Frequencia: Fem. | Media annual: Frequencia: Somma | Total por Municipio: Matricula: Masc. | Total por Municipio: Matricula: Fem. | Total por Municipio: Matricula: Total | Total por Municipio: Frequencia: Masc. | Total por Municipio: Frequencia: Fem. | Total por Municipio: Frequencia: Total | Analphabetos | Alphabetisados | Total por Municipio: Analphabetos | Total por Municipio: Alphabetisados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Prudentopolis** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Casa Escolar | 1 | 1 | 2 | | 60 | 33 | 93 | 46 | 25 | 71 | | | | | | | | | | |
| Escolas subv. do Estado | 6 | 9 | 15 | | 328 | 240 | 568 | 279 | 207 | 486 | | | | | | | | | 164 | 132 |
| „ subv. Federaes | 6 | 1 | 7 | | 203 | 160 | 363 | 140 | 121 | 261 | 591 | 433 | 1024 | 465 | 353 | 818 | 44 | 63 | 208 | 195 |
| **Paranaguá** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Faria Sobrinho | 1 | 8 | 9 | 8 | 255 | 227 | 482 | 108 | 108 | 216 | | | | | | | 135 | 56 | | |
| Escolas Isoladas | | 12 | 12 | | 388 | 390 | 778 | 226 | 212 | 438 | | | | | | | 180 | 107 | | |
| „ subv. do Estado | | 6 | 6 | | 140 | 92 | 232 | 75 | 52 | 127 | | | | | | | 69 | 32 | | |
| „ „ Federaes | 2 | 5 | 7 | | 157 | 133 | 289 | 90 | 83 | 173 | | | | | | | 145 | 52 | | |
| „ Noct. de Operarios | 1 | | 1 | | 114 | | 114 | 36 | | 36 | | | | | | | 14 | 8 | 543 | 255 |
| „ Parochial | 1 | 1 | 2 | | 34 | 50 | 84 | 30 | 43 | 73 | 1088 | 891 | 1979 | 565 | 498 | 063 | | | | |
| **Ponta Grossa** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Senador Correia | 1 | 15 | 16 | 12 | 375 | 295 | 670 | 289 | 255 | 544 | | | | | | | 32 | 244 | | |
| Escolas Izoladas | | 8 | 8 | | 244 | 290 | 534 | 147 | 178 | 325 | | | | | | | 127 | 112 | | |
| „ subv. Federaes. | | 2 | 2 | | 63 | 67 | 130 | 37 | 40 | 77 | | | | | | | 40 | 28 | | |
| „ Noct. de Operarios | 2 | | 2 | | 95 | | 95 | 52 | | 52 | | | | | | | 20 | 9 | | |
| „ S. José | | 1 | 1 | | 36 | 28 | 64 | 25 | 19 | 44 | | | | | | | 15 | 29 | | |
| „ Regimentaes | 2 | | 2 | | 250 | | 250 | 167 | | 167 | 1063 | 680 | 1743 | 717 | 492 | 1209 | | | 234 | 422 |
| **Pirahy** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 3 | 3 | 6 | | 234 | 120 | 354 | 144 | 88 | 232 | | | | | | | 76 | 35 | | |
| „ subv. do Estado | | 4 | 4 | | 110 | 92 | 202 | 67 | 70 | 137 | 344 | 212 | 556 | 211 | 158 | 369 | 68 | 17 | 144 | 52 |
| **Rio Branco** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Casa Escolar | 1 | 1 | 2 | | 49 | 40 | 89 | 26 | 20 | 46 | | | | | | | 10 | 9 | | |
| Escolas Isoladas | 1 | 1 | 2 | | 41 | 32 | 73 | 27 | 22 | 49 | | | | | | | 10 | 23 | | |
| „ subv. do Estado | 1 | 3 | 4 | | 101 | 50 | 151 | 58 | 36 | 94 | | | | | | | 64 | 18 | | |
| „ „ Federaes | | 2 | 2 | | 32 | 21 | 53 | 17 | 13 | 30 | 233 | 143 | 366 | 128 | 91 | 219 | 16 | | 100 | 50 |
| **Rio Negro** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Barão de Antonina | 1 | 8 | 9 | 7 | 211 | 160 | 371 | 139 | 109 | 248 | | | | | | | 66 | 80 | | |
| Escolas Isoladas | 3 | 2 | 5 | | 157 | 91 | 248 | 115 | 67 | 182 | | | | | | | 48 | 78 | | |
| „ subv. do Estado | 5 | 3 | 8 | | 227 | 137 | 364 | 144 | 105 | 249 | | | | | | | 82 | 59 | | |
| „ „ Federaes | 2 | 2 | 4 | | 129 | 55 | 184 | 97 | 34 | 131 | 724 | 443 | 1167 | 495 | 315 | 810 | 36 | 39 | 232 | 256 |
| **Reserva** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Izoladas | | 1 | 1 | | 9 | 15 | 24 | 8 | 14 | 22 | | | | | | | | | | |
| „ subv. do Estado | 2 | 2 | 4 | | 112 | 57 | 169 | 82 | 41 | 123 | 121 | 72 | 193 | 90 | 55 | 145 | 43 | 38 | 43 | 38 |
| **Ribeirão Claro** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 2 | 3 | 5 | | 159 | 127 | 286 | 102 | 95 | 197 | 159 | 127 | 286 | 102 | 95 | 197 | 64 | 41 | 64 | 41 |
| **S. Pedro de Mallet** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Izoladas | 1 | 2 | 3 | | 149 | 57 | 206 | 102 | 45 | 147 | | | | | | | 47 | 44 | | |
| „ subv. do Estado | 2 | 2 | 4 | | 78 | 56 | 134 | 57 | 58 | 115 | | | | | | | 19 | 21 | | |
| „ subv. Federaes. | 1 | | 1 | | 39 | 4 | 43 | 28 | 3 | 31 | 266 | 117 | 383 | 187 | 106 | 293 | 2 | 10 | 68 | 75 |
| **S. João do Triumpho** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | | 6 | 6 | | 171 | 129 | 300 | 128 | 88 | 216 | | | | | | | 48 | 64 | | |
| „ subv. Federaes | | 2 | 2 | | 52 | 47 | 99 | 27 | 23 | 50 | 223 | 176 | 399 | 155 | 111 | 266 | 18 | 28 | 66 | 92 |

Directoria do Archivo Publico e Estatistica do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1924.

*Vieira de Castro*
Chefe de Secção

*Theodorico Franco*
Director

# ESTATISTICA ESCOLAR

Exercicio 1923-1924 — 1923 — Quadro V

| Estabelecimentos por Municipio | Pessoal Docente: Primarios | Pessoal Docente: Primarias | Pessoal Docente: Somma | Classes | Media Annual: Matricula: Masc. | Media Annual: Matricula: Fem. | Media Annual: Matricula: Somma | Media Annual: Frequencia: Masc. | Media Annual: Frequencia: Fem. | Media Annual: Frequencia: Somma | Total por Municipio: Matricula: Masc. | Total por Municipio: Matricula: Fem. | Total por Municipio: Matricula: Total | Total por Municipio: Frequencia: Masc. | Total por Municipio: Frequencia: Fem. | Total por Municipio: Frequencia: Total | Analphabetos | Alphabetisados | Total per Municipio: Analphabetos | Total per Municipio: Alphabetisados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Serro Azul** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Izoladas | 2 | 3 | 5 | | 160 | 80 | 240 | 124 | 55 | 179 | | | | | | | 79 | 73 | | |
| „ subv. do Estado | 5 | 1 | 6 | | 179 | 54 | 233 | 148 | 46 | 194 | 339 | 134 | 473 | 272 | 101 | 373 | 18 | 60 | 97 | 133 |
| **São Matheus** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Escolar | 2 | 2 | 4 | 4 | 157 | 71 | 228 | 137 | 52 | 189 | | | | | | | 33 | 39 | | |
| Escolas Isoladas | 1 | 2 | 3 | | 8: | 52 | 133 | 62 | 40 | 102 | | | | | | | 9 | 21 | | |
| „ subv. do Estado | 3 | 1 | 4 | | 136 | 56 | 192 | 109 | 43 | 152 | | | | | | | 78 | 43 | | |
| „ „ Federaes | | 1 | 1 | | 28 | 15 | 43 | 24 | 13 | 37 | 402 | 194 | 596 | 332 | 148 | 480 | 7 | 7 | 127 | 110 |
| **S. José dos Pinhaes** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Silveira da Motta | 1 | 4 | 5 | 4 | 87 | 54 | 151 | 53 | 42 | 95 | | | | | | | 20 | 38 | | |
| Escolas Izoladas | 3 | 9 | 12 | | 279 | 247 | 526 | 205 | 187 | 392 | | | | | | | 107 | 104 | | |
| „ subv. do Estado | 1 | 1 | 2 | | 44 | 17 | 61 | 31 | 14 | 45 | | | | | | | 7 | 11 | | |
| „ subv. Federaes. | 7 | 10 | 17 | | 431 | 335 | 766 | 328 | 245 | 573 | 841 | 663 | 1504 | 617 | 488 | 1105 | 160 | 228 | 294 | 381 |
| **S. Ant° do Imbituva** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Dr. Franco Valle | 3 | 2 | 5 | 5 | 98 | 139 | 237 | 65 | 80 | 145 | | | | | | | 36 | 30 | | |
| Escolas Isoladas. | | 1 | 1 | | 31 | 24 | 55 | 25 | 18 | 43 | | | | | | | 2 | 12 | | |
| „ subv. do Estado | 1 | 2 | 3 | | 67 | 51 | 118 | 58 | 46 | 104 | | | | | | | 34 | 20 | | |
| „ „ Federaes | 6 | 2 | 8 | | 323 | 138 | 461 | 198 | 97 | 295 | 519 | 352 | 871 | 346 | 241 | 587 | 158 | 89 | 230 | 151 |
| **S. José da Boa Vista** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 1 | 1 | 2 | | 38 | 36 | 74 | 27 | 20 | 53 | | | | | | | 14 | 14 | 24 | 25 |
| „ subv. do Estado | 2 | | 2 | | 60 | | 60 | 49 | | 49 | | | | | | | 8 | 7 | | |
| „ „ Federaes | 1 | | 1 | | 33 | | 33 | 27 | | 27 | 131 | 36 | 167 | 103 | 26 | 129 | 2 | 4 | | |
| **São Jeronymo** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 1 | 3 | 4 | | 64 | 56 | 120 | 67 | 39 | 106 | | | | | | | 20 | 49 | | |
| „ subv. do Estado | | 1 | 1 | | | 52 | 52 | | 25 | 25 | 64 | 108 | 172 | 67 | 64 | 131 | 12 | 3 | 32 | 52 |
| **S. Ant. da Platina** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas. | 1 | 1 | 2 | | 40 | 45 | 85 | 23 | 38 | 61 | | | | | | | 13 | 12 | | |
| Escolas subv. do Estado | 5 | 2 | 7 | | 206 | 73 | 279 | 160 | 42 | 202 | 246 | 118 | 364 | 183 | 80 | 263 | 87 | 38 | 100 | 50 |
| **Tibagy** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Telemaco Borba | 1 | 3 | 4 | 4 | 81 | 76 | 157 | 61 | 61 | 122 | | | | | | | 42 | 34 | | |
| Escolas Isoladas | 1 | | 1 | | 55 | | 55 | 35 | | 35 | | | | | | | 7 | 14 | | |
| „ subv. do Estado. | 3 | 9 | 12 | | 244 | 198 | 442 | 164 | 132 | 296 | 380 | 274 | 654 | 260 | 193 | 453 | 72 | 41 | 121 | 89 |
| **Thomazina** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Isoladas | 4 | 5 | 9 | | 214 | 234 | 448 | 157 | 137 | 294 | | | | | | | 92 | 33 | | |
| Escolas subv. do Estado | 2 | 2 | 4 | | 105 | 39 | 144 | 61 | 31 | 92 | 319 | 273 | 592 | 218 | 168 | 386 | 42 | 16 | 134 | 49 |
| **Tamandaré** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Casa Escolar | | 2 | 2 | | 37 | 45 | 82 | 17 | 22 | 39 | | | | | | | 11 | 13 | | |
| Escolas Izoladas | | 8 | 8 | | 199 | 153 | 352 | 123 | 98 | 221 | | | | | | | 97 | 64 | | |
| „ subv. do Estado | 2 | 2 | 4 | | 95 | 42 | 137 | 62 | 27 | 89 | | | | | | | 58 | 13 | | |
| „ subv. Federaes. | 2 | 3 | 5 | | 138 | 112 | 250 | 98 | 80 | 178 | 469 | 352 | 821 | 300 | 227 | 527 | 64 | 47 | 230 | 137 |
| **Teixeira Soares** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Izoladas | 1 | 5 | 6 | | 226 | 184 | 410 | 133 | 109 | 242 | | | | | | | 3 8 | 88 | | |
| „ subv. do Estado | | 1 | 1 | | 20 | 10 | 30 | 18 | 9 | 27 | | | | | | | 18 | 5 | | |
| „ subv. Federaes | | 1 | 1 | | 14 | 16 | 30 | 13 | 15 | 28 | 260 | 210 | 470 | 164 | 133 | 297 | 5 | 12 | 61 | 105 |

Directoria do Archivo Publico e Estatistica do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1924.

*Vieira de Castro*
Chefe de Secção

*Theodorico Franco*
Director

# Estatistica Escolar

Exercicio 1923-1924 — **1923** — Quadro VI

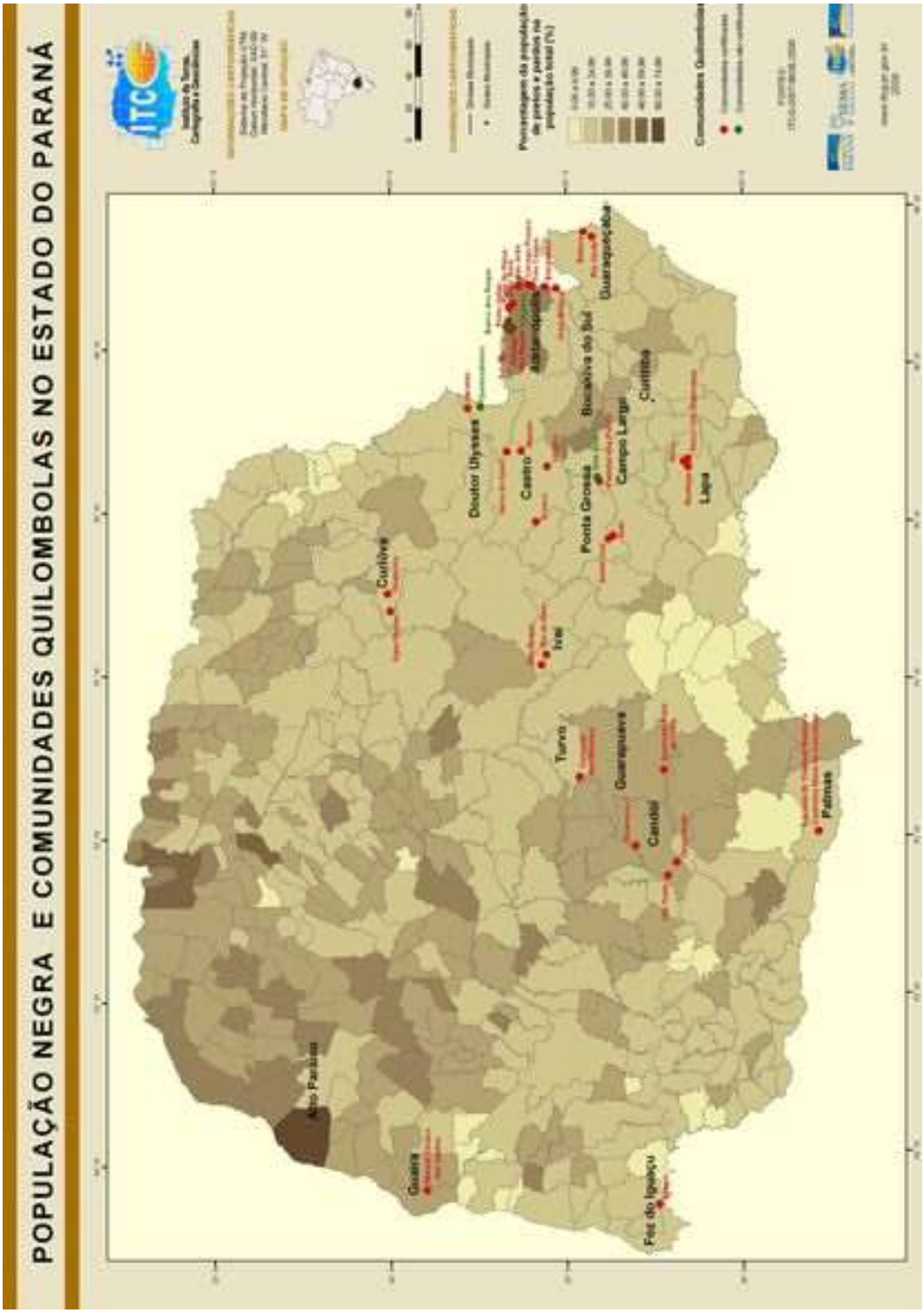
| Estabelecimentos por Municipio | Pessoal docente: Indemnes | Pessoal docente: Subvencionados | Pessoal docente: Somma | CLASSES | Media annual — Matricula: Masc. | Media annual — Matricula: Fem. | Media annual — Matricula: Somma | Media annual — Frequencia: Masc. | Media annual — Frequencia: Fem. | Media annual — Frequencia: Somma | Total por municipio — Matricula: Masc. | Total por municipio — Matricula: Fem. | Total por municipio — Matricula: Total | Total por municipio — Frequencia: Masc. | Total por municipio — Frequencia: Fem. | Total por municipio — Frequencia: Total | Analphabetos | Alphabetisados | Total por Municipio: Analphabetos | Total por Municipio: Alphabetisados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **União da Victoria** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo Professor Serapião | 1 | 3 | 4 | 5 | 124 | 88 | 212 | 76 | 63 | 139 | | | | | | | 70 | 29 | | |
| Escolas Izoladas . . . . | | 2 | 2 | | 30 | 26 | 56 | 25 | 24 | 49 | | | | | | | 9 | 6 | | |
| " subv. do Estado . | 1 | 2 | 3 | | 71 | 45 | 116 | 58 | 33 | 91 | | | | | | | | 19 | | |
| " " Federaes . | 1 | 1 | 2 | | 71 | 44 | 115 | 42 | 33 | 75 | 296 | 203 | 499 | 201 | 153 | 354 | 21 | 16 | 100 | 70 |
| **Ypiranga** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escolas Izoladas . . . . | 1 | 3 | 4 | | 129 | 109 | 238 | 71 | 77 | 148 | | | | | | | 29 | 45 | | |
| " subv. do Estado . | 4 | | 4 | | 174 | 18 | 192 | 101 | 11 | 112 | | | | | | | 15 | 17 | | |
| " " Federaes | 5 | 7 | 12 | | 272 | 191 | 463 | 192 | 141 | 333 | 575 | 318 | 893 | 364 | 229 | 593 | 19 | 49 | 63 | 111 |

Directoria do Archivo Publico e da Estatistica do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1924.

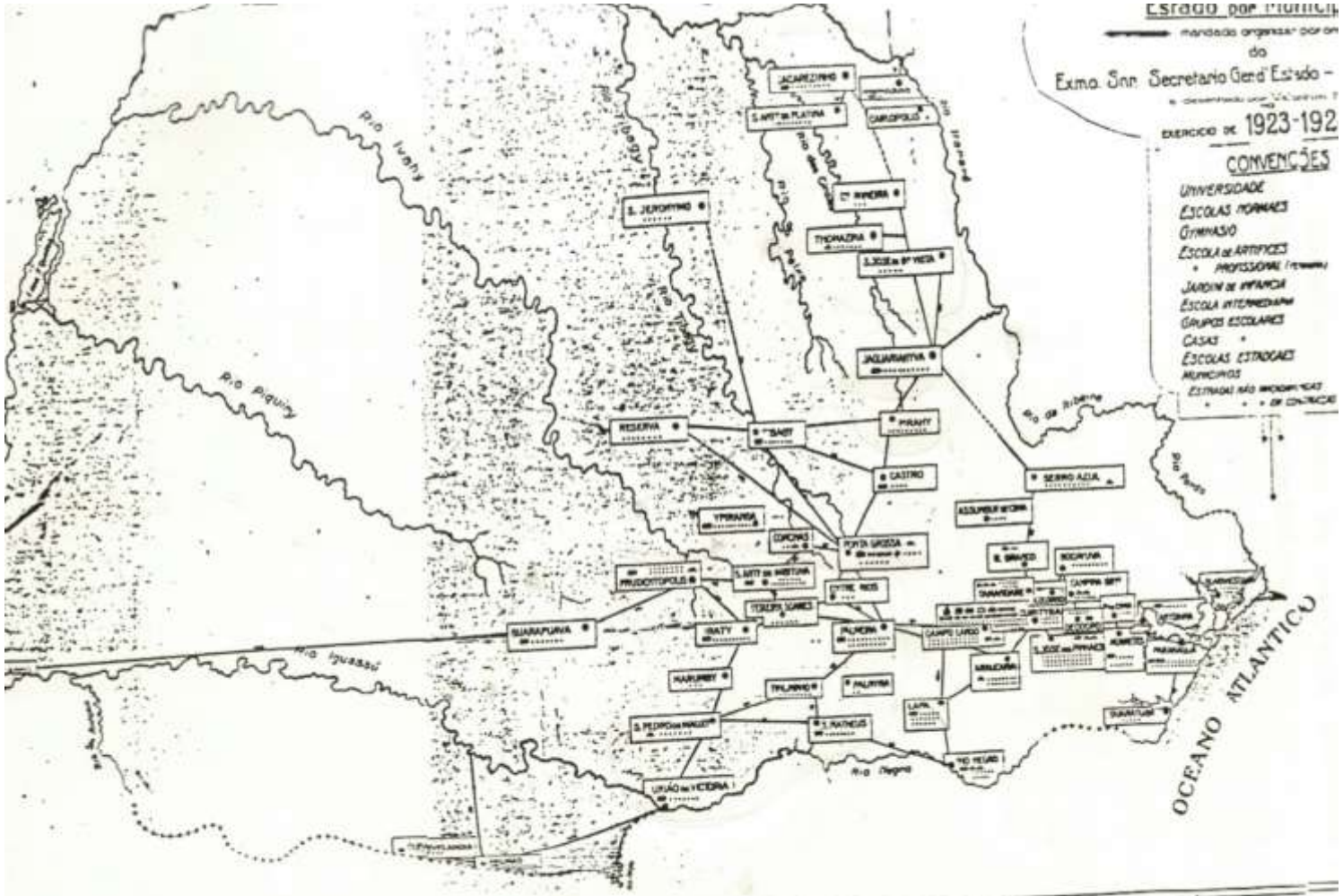
*Vieira de Castro*
**Chefe de Secção**

*Theodorico Franco*
**Director**

Anexo 2 – Mapa das Comunidades Quilombolas do Paraná


POPULAÇÃO NEGRA E COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DO PARANÁ
ITC
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
Porcentagem da população de pretos e pardos na população total (%)
Comunidades Quilombolas
Alto Paraíso
Guaíra
Foz do Iguaçu
Curiúva
Doutor Ulysses
Castro
Ivaí
Turvo
Guarapuava
Candói
Ponta Grossa
Bocaiúva do Sul
Campo Largo
Curitiba
Guaraqueçaba
Lapa
Palmas

Anexo 3 – Mapa discriminativo das escolas públicas existentes em 1923




FONTE: Relatório apresentado pela Inspetoria Geral do Ensino em 31 de Dezembro de 1924.